

ISSN18078834



Boletim elaborado pelo
Escritório Técnico de Estudos
Econômicos do Nordeste/Etene,
do Banco do Nordeste do Brasil/BNB

Fortaleza
Banco do Nordeste do Brasil
2006

Obra publicada pelo



O nosso negócio é o desenvolvimento

Presidente

— Roberto Smith

Diretores

- Augusto Bezerra Cavalcanti Neto
- Francisco de Assis Germano Arruda
- João Emílio Gazzana
- Luis Ethewaldo de Albuquerque Guimarães
- Pedro Rafael Lapa
- Victor Samuel Cavalcante da Ponte

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste — Etene

José Sydrião de Alencar Júnior
(Superintendente)

Biágio de Oliveira Mendes Júnior
(Coordenadoria de Estudos de Indústria e
Serviços — CEIS)
Maria Odete Alves
(Coordenadoria de Estudos Rurais e
Agroindustriais — COERG)

Equipe responsável

Autores: Autores: Ádila Maria Barbosa Pinto,
Antônio Ricardo de Norões Vidal, Assuéro
Ferreira, Carlos Américo Leite Moreira, Carlos
Alberto Figueiredo Junior, Francisco Raimundo
Evangelista, Inez Sílvia Batista Castro, Luciano
Carvalho Vivas, Otávio Augusto Sousa Miranda,
Wendell Márcio Araújo Carneiro.

Estagiários: Jociany Monteiro Luz e
Roberto Alves Gomes.

Ambiente de Comunicação Social
José Maurício de Lima da Silva

Editor

Ademir da Silva Costa (Reg. 461/03/66-CE)

Revisão Vernacular

Hermano José Pinho (Bibliotecário)

Normalização Bibliográfica

Rodrigo Leite Rebouças

Diagramação

Gigliola Sena

BNB/Etene

Av. Paranjana, 5700 - Passaré - CEP 60.740-
000 Fortaleza, Ceará - Brasil
conjuntura@bnb.gov.br

*Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem
necessariamente o ponto de vista do BNB.*

Depósito Legal junto à Biblioteca Nacional, conforme lei nº. 10.994, de 14 de dezembro de 2004

BNB Conjuntura Econômica. — N. 11 (out.-dez. 2006)- . — Fortaleza :
Banco do Nordeste do Brasil, 2006- .

n. il.

Trimestral.

ISSN 18078834

1. Economia — Brasil — Nordeste — Periódico. I. Banco do Nordeste do Brasil.

CDU 33(812/814) (11)

BNB CONJUNTURA ECONÔMICA
ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL

Fortaleza-CE, n. 11

Outubro-Dezembro 2006

SUMÁRIO

05	1 - AVALIAÇÕES E PERSPECTIVAS
05	1.1 - Uma Avaliação das Propostas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)
09	2 - SÍNTSE DE EXPECTATIVAS
13	3 - NÍVEL DE ATIVIDADE
13	3.1 - Produto Interno Bruto
25	3.2 - Produção Industrial
29	3.2.1 - Produção industrial do Nordeste
34	3.3 - Nível de Utilização da Capacidade Instalada
37	3.4 - Comércio
37	3.4.1 - Desempenho do comércio no Brasil
39	3.4.2 - O comércio varejista no Nordeste
43	3.5 - Produção Agropecuária
43	3.5.1 - Agricultura
50	3.5.2 - Pecuária
52	3.5.3 - Agronegócio
52	3.5.3.1 - Desempenho do PIB e do faturamento
58	3.5.3.2 - Balança comercial do agronegócio

61	4 - EMPREGO E RENDIMENTO
61	4.1 - Emprego
64	4.2 - Rendimento
66	4.3 - Considerações Adicionais sobre a Criação de Emprego Formal
66	4.3.1 - O desempenho do Brasil
67	4.3.2 - O desempenho do Nordeste
71	5 - SETOR EXTERNO
71	5.1 - Balança Comercial Brasileira
72	5.1.1 - Exportações
75	5.1.2 - Importações
77	5.2 - Balança Comercial Nordestina
87	5.3 - Balanço de Pagamentos
93	6 - FINANÇAS PÚBLICAS
93	6.1 - Resultado Fiscal do Governo Central
94	6.1.1 - Receitas e despesas do Tesouro Nacional
95	6.2 - Necessidade de Financiamento do Setor Público
96	6.3 - Estados e Municípios do Nordeste
96	6.3.1 - Transferências constitucionais
99	6.3.2 - Receitas tributárias: arrecadação de ICMS
102	REFERÊNCIAS
107	ERRAMOS

1 - AVALIAÇÕES E PERSPECTIVAS

1.1 - Uma Avaliação das Propostas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

Carlos Américo Leite Moreira

Doutor em economia, professor e pesquisador do Departamento de Teoria Econômica da FEAACS e do Mestrado de Logística e Pesquisa Operacional (GES-LOG) da Universidade Federal do Ceará.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) surge num momento de inclusão de uma parcela significativa da população no mercado formal de trabalho e na sociedade de consumo de massas, decorrente, em grande parte, das condições favoráveis de crédito ao consumo, do crescimento da massa salarial e dos programas de transferência de renda.

Com o lançamento do PAC, o Governo pretende conciliar quatro objetivos essenciais: o crescimento com distribuição de renda, a estabilidade monetária, o equilíbrio externo e a redução das disparidades regionais.

Nesse sentido, O PAC propõe ações que resultem em inversões em infra-estrutura e medidas de incentivo e facilitação do investimento. Os investimentos serão sustentados em termos estruturais pela implementação de medidas visando estimular o crédito e o financiamento, onde se destacam:

a) concessão pela União de crédito à Caixa Econômica Federal (CEF) no valor de R\$ 5,2 bi-

lhões para utilização em saneamento básico e habitação popular;

- b) criação do Fundo de Investimento em Infra-Estrutura com recursos do FGTS, no valor inicial de R\$ 5 bilhões;
- c) ampliação da liquidez do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) com o objetivo de permitir a antecipação da opção de compra do imóvel;
- d) elevação em R\$ 7 bilhões do limite de crédito do setor público para investimentos em saneamento ambiental e habitação de baixa renda.

Além da estruturação de uma base financeira doméstica, o impulso aos investimentos será favorecido por medidas de desoneração tributária que incluem:

- a) redução de 25 anos para 2 anos do prazo de recuperação dos créditos de PIS e COFINS em edificações;
- b) isenção de PIS e Cofins nas obras de infra-estrutura de longo prazo nos setores de transportes, portos, energias e saneamento;

- c) criação de Fundo de investimento em infra-estrutura, cujos rendimentos não pagarão imposto de renda após cinco anos de aquisição da conta;
- d) as empresas que aderirem ao Programa de Incentivos ao setor da TV Digital terão isenção de IPI, PIS, Cofins e Cide incidentes na venda de equipamentos transmissores de sinais, na aquisição de bens de capital e nas transferências para aquisição de tecnologia e *software*;
- e) as empresas que aderirem ao Programa de Incentivos ao Setor de Semicondutores não pagarão IRPJ e nem IPI, PIS, Cofins e Cide incidentes sobre a venda de semicondutores e *displays*, sobre a aquisição de bens de capital e as transferências para aquisição de tecnologia e *software*;
- f) aumento para o valor de venda de R\$ 4 mil para a isenção de PIS e Cofins na compra de microcomputadores.

Ademais, projetos de lei e medidas no sentido de melhorar o ambiente de investimento, assim como aperfeiçoar o sistema tributário e a previdência social, foram incorporadas no Programa.

A realização de blocos de inversões tem como objetivo a ampliação da matriz energética (geração e transmissão de energia elétrica; produção, exploração e transporte de petróleo; gás natural e combustíveis renováveis) e o desenvolvimento da infra-estrutura logística (rodovias, portos, aeroportos e hidrovias). Adicionalmente, o Governo pretende incrementar os investimentos em infra-estrutura social urbana envolvendo saneamento, habitação, metrôs, trens urbanos e infra-estrutura hídrica. A realização desses investimentos possibilitará a criação de demanda capaz de viabilizar a ampliação e modernização da capacidade produtiva dos segmentos de bens de capital e bens intermediários. O aumento da produção e do emprego exige uma demanda forte e

uma oferta capaz de responder rapidamente aos impulsos dessa demanda.

Com essas iniciativas, o Governo pretende criar um ciclo endógeno em que os investimentos do setor privado e do Estado, ao criarem seus próprios mercados, estimulem o crescimento da capacidade produtiva. Ou seja, as decisões de investimentos estariam determinadas pelo aumento dos mercados domésticos que seriam criados de maneira autônoma ou induzidos pelas relações intra-industriais.

Os resultados em termos de eficiência produtiva dos principais setores da economia permitirão um aumento da competitividade da estrutura produtiva, garantindo mercados externos adicionais, beneficiando a internacionalização das empresas brasileiras e a obtenção de superávits comerciais recorrentes. Não se trata, portanto, de drive exportador cuja formação de nova capacidade faz-se em razão de mercados externos adicionais, mas de decisões de gastos dos empresários e do Estado que ampliam a capacidade de produção e a competitividade da estrutura produtiva, criando demanda externa e doméstica.

Adicionalmente, as melhores condições de competição da indústria nacional permitirão um processo de internalização da oferta em vários segmentos produtivos, contribuindo ainda mais para a geração de excedentes na balança comercial. Os programas de incentivos ao setor da TV digital (PATVD), estimulando a pesquisa, desenvolvimento e produção de equipamentos aplicados à TV digital e ao setor de semicondutores (PADIS), visando à aquisição de insumos e bens de capital para produção de semicondutores, vão nessa direção.

A ampliação dos gastos com investimentos e a renúncia fiscal terão um efeito multiplicador positivo sobre o produto interno bruto. A questão que se coloca é a seguinte: até que ponto o

crescimento econômico entra em contradição com os objetivos de estabilidade monetária e de equilíbrio externo? Isto pode ocorrer se o crescimento provocar um aquecimento da demanda incompatível com a estrutura de oferta, o que implicaria pressões de preços. Ou, se o crescimento estimulado pela demanda doméstica se traduzir em incrementos das importações de matérias-primas, produtos intermediários e bens de consumo. Não existindo contrapartida em termos de avanço das exportações, teríamos um déficit nas contas externas.

Com relação ao primeiro ponto, vale salientar que o princípio do PAC é justamente estimular investimentos que resultem na modernização e ampliação da capacidade produtiva. Ou seja, a expectativa é a de que essas medidas tornem a oferta suficientemente elástica para atender satisfatoriamente os efeitos multiplicadores da ampliação dos investimentos vinculados ao Programa Piloto de Investimento (PPI). Isto evitaria aumento de preços,

e, consequentemente, a necessidade de aumento nas taxas de juros. Ademais, tem que ser levado em consideração o aumento das importações funcionando como agente anti-inflacionário. Vale destacar que o forte crescimento da demanda de bens de consumo em 2006 não se traduziu em aumentos de preços.

Com relação ao equilíbrio externo, é importante salientar que a idéia fundamental do PAC é a de que o conjunto de medidas de incremento dos investimentos e redução das receitas públicas vai produzir efeitos multiplicadores sobre o PIB, gerados pelo efeito-renda e pelos efeitos de encadeamento. Se, por um lado, a elevação das importações resulta do crescimento da renda e do emprego, por outro, a maior integração da base produtiva em função dos efeitos de encadeamento terá um impacto amortecedor sobre as importações. Ademais, a continuidade da expansão das exportações e o afluxo de capitais externos evitarão desequilíbrios no balanço de pagamentos. ●

2 - SÍNTESE DE EXPECTATIVAS¹



O grande destaque positivo dos três primeiros trimestres de 2006 foi o comportamento da demanda doméstica. Enquanto o Produto Interno Bruto (PIB)² cresceu somente 2,5% no acumulado janeiro-setembro, as taxas de crescimento da formação bruta de capital e do consumo das famílias foram de, respectivamente, 6,0% e 3,7%. O cenário de expansão da demanda interna vem sendo confirmado, nos últimos meses, pela evolução de diversos indicadores.

O consumo das famílias, por exemplo, continua revelando crescimento consistente, impulsionado pelos indicadores de mercado de trabalho que permanecem positivos, devido a continuidade do incremento do emprego, principalmente dos trabalhadores com carteira assinada e da massa salarial. Segundo a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), a taxa de desemprego vem apresentando quedas consecutivas, passando de 10,6%, em agosto/2006, para 9,5% no mês de novembro. Adicionalmente, a expansão do crédito, sobretudo das operações com recursos livres direcionadas para financiar o consumo das famílias, tem sido igualmente crucial para o incremento do poder de compra das famílias (IBGE, 2006j).

Constata-se, também, uma forte expansão das importações de capital, com taxas de cresci-

mento positivas nos últimos trimestres, estimulada pela apreciação cambial, que vem contribuindo decisivamente para o aumento do consumo aparente. Este crescimento das importações está associado a uma forte absorção doméstica, criando perspectivas favoráveis para a ampliação da capacidade produtiva e modernização das empresas. O crescimento dos gastos com investimentos foi também beneficiado pelo bom desempenho da produção (5,0%) nos nove primeiros meses do ano, com destaque para bens de capital para construção civil, bens de capital para energia elétrica e bens de capital para uso misto.

A manutenção dessa trajetória de crescimento da capacidade produtiva dependerá da disposição da indústria manufatureira de elevar os investimentos na ampliação da capacidade instalada e da realização de investimentos de infra-estrutura. O levantamento realizado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) sinaliza para uma expansão do investimento industrial de 13,0% ao ano, em média, no período 2007-2010, beneficiando os setores de siderurgia, papel e celulose, petroquímica, automotivo e eletroeletrônico. Esse incremento permitirá um aumento na taxa de investimento da eco-

¹ Os dados da Síntese de expectativas extrapolam o período de análise da Revista, dada a necessidade de utilizar informações mais recentes sobre as expectativas de mercado para o ano de 2007.

² As expectativas de mercado para o Produto Interno Bruto para 2006 e 2007 são de, respectivamente, 2,7% e 3,5%.

nomia de 1,4 ponto percentual do PIB, entre 2005 e 2010 (BNDES, 2007b).

Adicionalmente, os projetos de infra-estrutura, mapeados pelo BNDES, que podem ser efetivados no período 2007 – 2010 alcançaram a cifra de R\$ 198 bilhões – incremento de 60% sobre os R\$ 124 bilhões investidos pelos mesmos setores no intervalo 2002-2005. Os setores investigados foram de energia elétrica, comunicações, ferrovias e saneamento (BNDES, 2007a) (Tabela 1).

Portanto, os investimentos industriais e de infra-estrutura programados para os próximos

quatro anos, junto com os dados recentes relativos à produção e à absorção de bens de capital, apontam para perspectivas favoráveis de ampliação da capacidade de oferta. Para 2007, a sinalização é de uma taxa de crescimento de 4,0% da produção industrial, a mesma de um mês atrás. Dessa forma, a continuidade da expansão da demanda agregada não se traduzirá em descompassos relevantes no que tange às possibilidades bastante concretas de evolução da oferta agregada nos próximos trimestres (Gráfico 1).

A retomada dos investimentos reflete, entre outros fatores, a percepção dos empresários de

Tabela 01 – Expansão nos Investimentos em Infra - Estrutura (2007 - 2010 / 2002 - 2005)

Setores	Investimento (R\$ bilhões)		Previsão de Crescimento (% ao ano)
	Realizado 2002 - 2005	Previsão 2007 - 2010	
Energia Elétrica	40,8	88,2	16,6
Comunicações	58,7	58,8	0,0
Portos	n.d.	1,9	n.d.
Ferrovias	7,7	11,0	7,4
Saneamento	16,3	38,1	18,5
Infra - Estrutura	123,5	197,9	9,9

Fonte: BNDES (2007a)

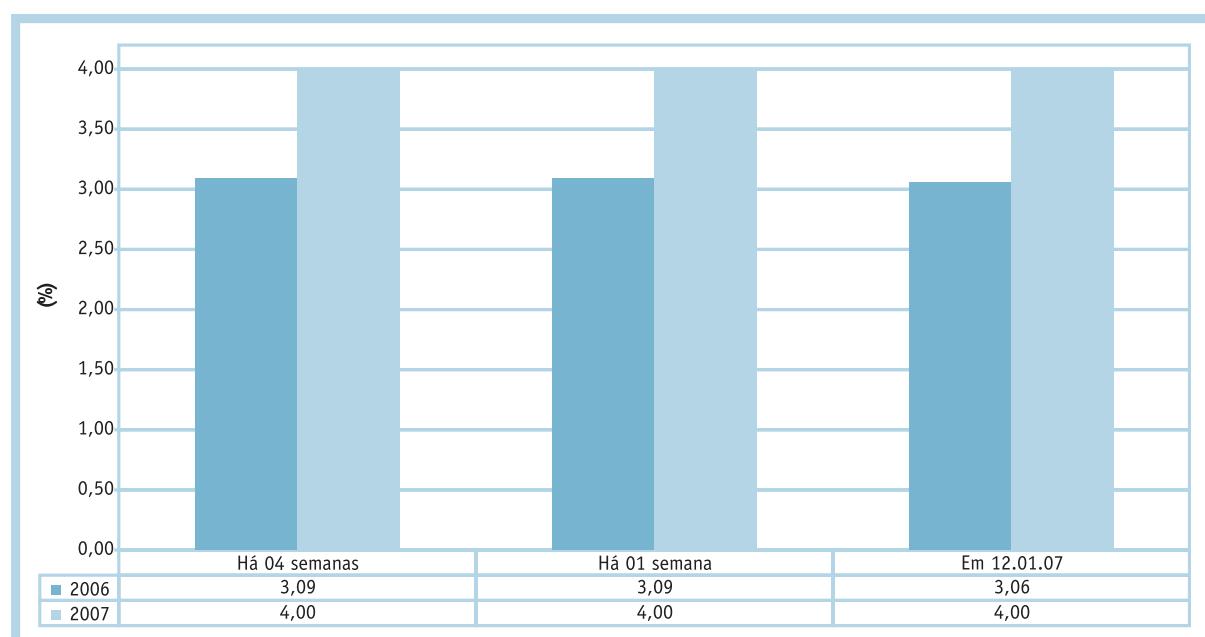


Gráfico 01 – Brasil. Expectativas de Mercado, com Relação às Taxas de Crescimento Anual da Produção Industrial para 2006 e 2007. (Mediana do Agregado)

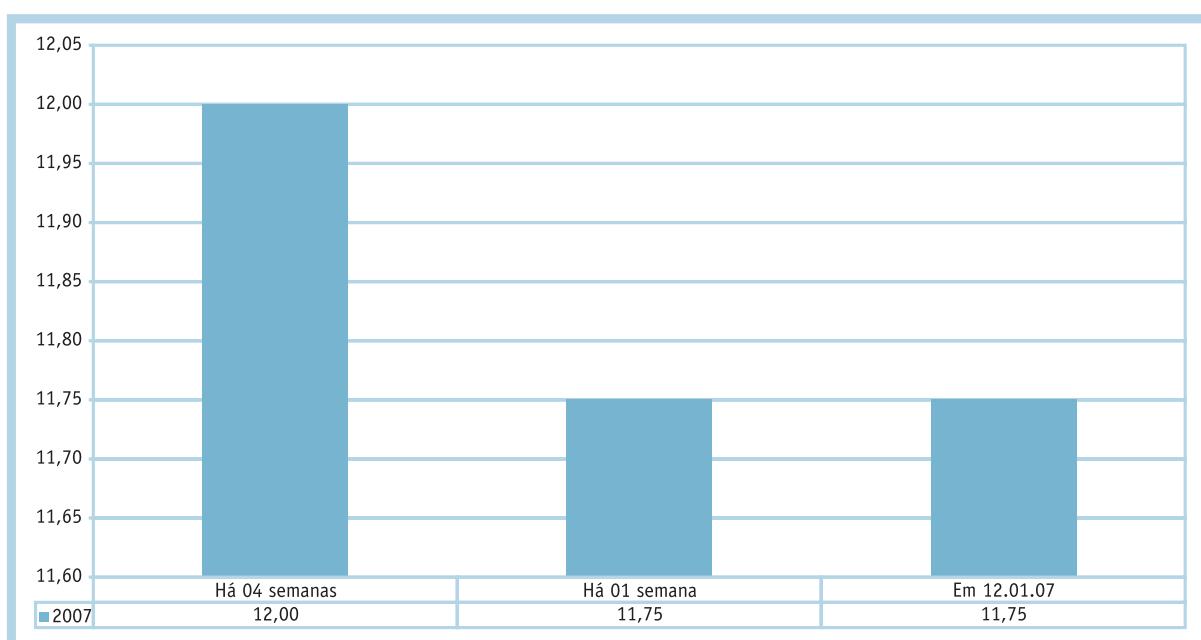
Fonte: Bacen (2007g).

que o ciclo de queda da Selic vai continuar, já que não existe nenhuma pressão de preços que justifique a contenção da demanda interna. De fato, o IPCA fechou 2006 em alta de 3,14%, abaixo da meta estabelecida pelo Banco Central, que era de 4,50%. Entre os fatores responsáveis pela menor inflação oficial do Brasil desde 1998, encontram-se a queda nos preços dos alimentos e das tarifas administradas (como energia elétrica e telefonia) e a valorização cambial. A expectativa de mercado é de que a inflação termine 2007 em torno de 4,07%, abaixo da meta definida pelo Governo. É nesse cenário plenamente favorável que as expectativas elaboradas pelo Banco Central apontam para uma taxa Selic, ao final deste ano, em torno de 11,75% (Gráfico 2).

Com relação ao setor externo, constata-se que, a despeito da valorização cambial vigente, a balança comercial alcançou em 2006 um superávit recorde de US\$ 46,0 bilhões, superando consideravelmente as expectativas do Governo, no início do ano, que estimava um saldo positivo de

US\$ 44,0 bilhões. Os resultados das exportações e das importações de, respectivamente, US\$ 137,4 bilhões e US\$ 91,3 bilhões, também recordes históricos, resultaram numa corrente de comércio US\$ 228,7 bilhões. Vale destacar que as vendas para o mercado internacional em 2006 ultrapassaram as de 2005 em 16,2% e as compras internacionais foram 24,2% maiores que no mesmo período de 2005 (BRASIL, 2007a).

Para 2007, as expectativas de mercado para a balança comercial são de um superávit de US\$ 39 bilhões, inferior ao resultado de 2006, porém acima das previsões formuladas há quatro semanas. Este valor reflete o processo de valorização do real que pode trazer dificuldades para os setores voltados para as exportações. Em 2006, o dinamismo exportador esteve vinculado principalmente à evolução favorável dos preços, que compensou a desaceleração do crescimento das vendas para o mercado externo em *quantum*. Ademais, o câmbio apreciado leva a um processo de substituição da produção doméstica por compras no mercado internacional. Assim, a expan-



**Gráfico 02 – Brasil. Expectativas de Mercado, com Relação a Taxa Selic para Fim de Período.
(Mediana do Agregado)**

Fonte: Bacen (2007g).

são da demanda interna tem levado a um incremento importante das importações em detrimento da produção local. Em 2007, a expectativa do

mercado para a taxa de câmbio no fim de período é de R\$ 2,20/US\$, significando uma estabilidade em relação a 2006 (Gráfico 3). ●

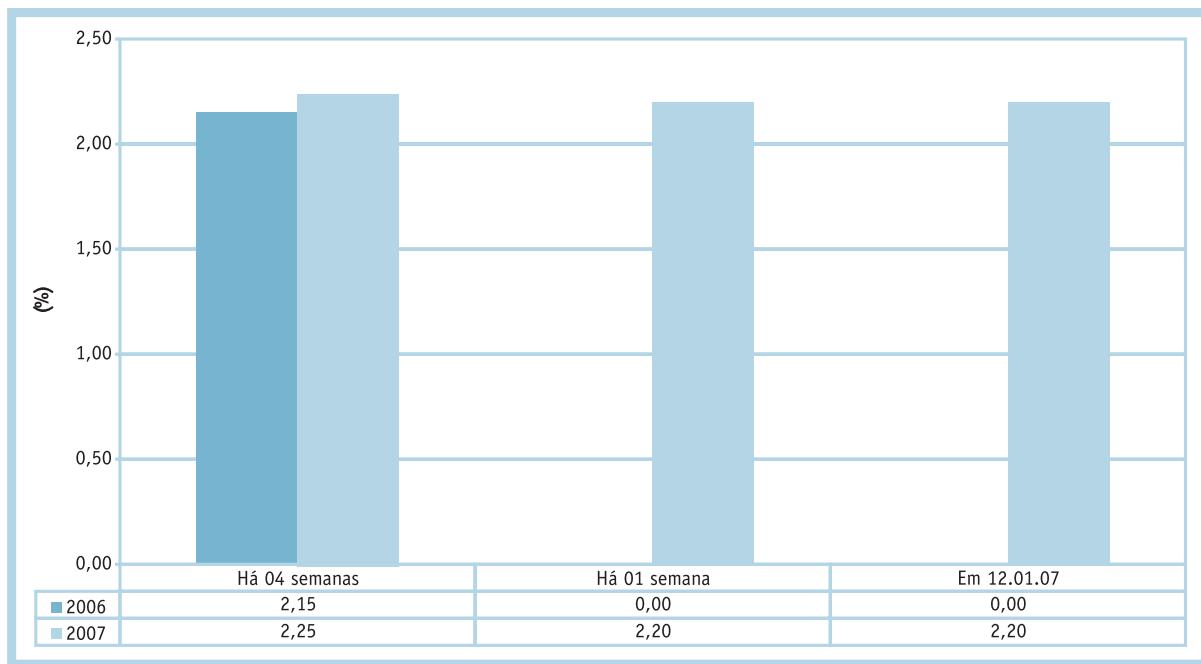


Gráfico 03 – Brasil. Expectativas de Mercado, com Relação à Taxa de Câmbio para Fim de Período. (Mediana do Agregado)

Fonte: Bacen (2007g).

3 - NÍVEL DE ATIVIDADE

3.1 - Produto Interno Bruto

O Produto Interno Bruto, a preços de mercado, registrou aumento modesto de 0,5% no terceiro trimestre, na comparação com o trimestre imediatamente anterior. Com relação ao mesmo período do ano anterior, a expansão atinge 3,2%. Vale mencionar que esse crescimento foi sobre uma base de comparação muito baixa. No acumulado do ano, o crescimento foi de 2,5%, um pouco inferior ao observado no mesmo período de 2005 (2,6%). A expectativa de uma expansão mais significativa não se concretizou, apesar do ciclo de queda da taxa básica de juros (Tabela 2).

O fato é que a queda da Selic não está sendo acompanhada por reduções nos *spreads* bancários. De acordo com o IEDI (2006), o *spread* médio geral no período janeiro-setembro foi de 28,8 pontos percentuais, acima dos 28,2 pontos percentuais observados no mesmo período de 2005. Esse crescimento resultou, sobretudo, do incremento do *spread* para pessoas jurídicas que passou de 13,7 pontos percentuais nos

nove primeiros meses do ano de 2005 para 14,1 pontos percentuais no mesmo período de 2006. Portanto, o custo para o tomador final ainda permanece bastante elevado, apesar da taxa de juros básica se encontrar no seu nível histórico mais baixo (Gráfico 4).

Entretanto, analisando pela ótica dos respectivos componentes de demanda, os resultados foram positivos, principalmente o desempenho da Formação Bruta de Capital Fixo que teve uma expansão de 6,3% frente ao mesmo período do ano passado. O crescimento de 8,3% do consumo aparente de máquinas no terceiro trimestre decorreu, sobretudo, da expansão das importações (23,2%) em detrimento da produção local de bens de capital (2,7%). O câmbio valorizado tem estimulado a importação por parte da indústria brasileira de máquinas e equipamentos.

A contribuição do segmento de máquinas no total do investimento foi também beneficiado pela queda das exportações no período. No ter-

Tabela 02 – Brasil. Variações Trimestrais do PIB a Preços de Mercado (%)

Tipo de Variação	2005-III	2005-IV	2006-I	2006-II	2006-III
Acumulado ao Longo do Ano/ Mesmo Período do Ano Anterior	2,6	2,3	3,3	2,2	2,5
Trimestre/ Mesmo Trimestre do Ano Anterior	1,0	1,4	3,3	1,2	3,2
Trimestre/ Trimestre Imediatamente Anterior (com ajuste sazonal)	-1,1	1,2	1,2	0,4	0,5

Fonte: IBGE (2006a).

ceiro trimestre, as exportações caíram 0,6%, fato que beneficiou a maior absorção de bens de investimento destinados ao aumento da produção doméstica (Tabela 3).

O outro componente da FBCF, a Construção Civil, cresceu 5,4%, no período julho-setembro, dando continuidade à trajetória positiva

dos dois trimestres anteriores. A expectativa é de um crescimento de 5,0% em 2006, o que representará três anos consecutivos de crescimento do setor.

O bom desempenho da Construção Civil tem beneficiado positivamente a geração de empregos com expansão de 9,5% no acumulado

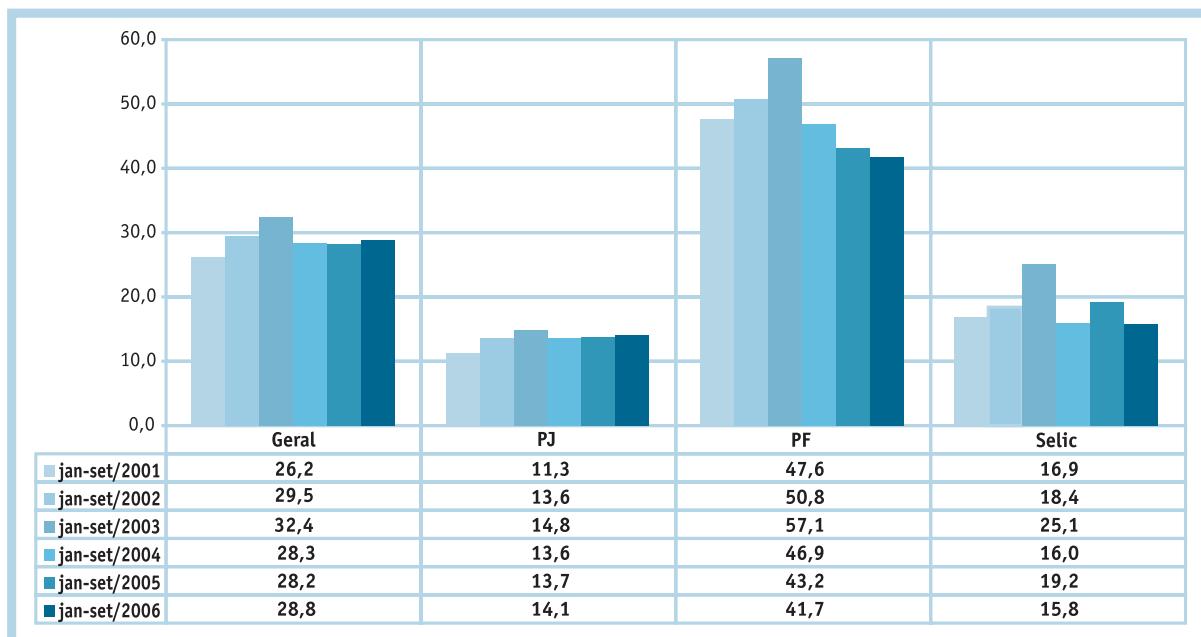


Gráfico 04 – Spreads Bancários e Taxa Selic Média Mensal de Janeiro – Setembro (Pontos Percentuais, %a.a.)

Fonte: IEDI (2006).

Tabela 03 – Brasil. Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)^a (em %)

	Acumulado em 2004	Trim./ Mesmo Trim. do Ano Anterior				Acumulado em 2005	Trim./ Mesmo Trim. do Ano Anterior			
		2005					2006			
		I	II	III	IV		I	II	III	
FBCF	10,9	2,3	4,0	-2,1	2,7	1,6	9,0	2,9	6,3	
Construção	5,7	0,7	3,6	-1,8	2,9	1,3	6,9	2,6	5,4	
Máquinas e Equipamentos	21,2	-3,7	2,3	-2,6	14,2	2,1	13,0	2,1	8,3	
Absorção Nacional ^b	1,1	-8,2	-0,7	-7,2	23,0	0,2	6,7	-4,7	3,6	
Produção	19,9	5,9	8,8	2,5	-0,2	4,1	7,3	-2,3	2,7	
Exportações	71,1	42,3	32,6	30,3	-8,2	18,5	8,0	6,5	-0,6	
Importações	10,2	22,8	24,2	24,4	15,3	21,4	33,7	24,4	23,2	
FBCF - Variação Dessaazonalizada (Trim./Trim Imediatamente Anterior)	10,9	-3,0	3,1	1,2	1,6	1,6	9,0	5,9	6,0	
Taxa de Investimento							2,3	-0,2	2,5	
Nominal	19,6	20,0	19,9	20,4	19,4	19,9	20,9	20,1	20,6	
Apreços do Ano Anterior	18,8	18,8	19,0	19,9	20,2	19,5	20,0	19,4	20,7	

Fonte: IPEA (2006).

Notas: ^a Decomposição da FBCF do IPEA

^b Produção – Exportações

dos três primeiros trimestres, atingindo o número expressivo de 1,5 milhão de trabalhadores formais. Desse total, 60% dos postos de trabalho se encontram no segmento de edificações, que apresentou crescimento de 6,3% no acumulado do ano (SINDUSCON-SP, 2007).

Na comparação janeiro-agosto com igual período de 2005, os maiores desempenhos em termos de geração de emprego foram observadas no Sudeste e no Nordeste com taxas de crescimento de, respectivamente, 8,4% e 6,4%. Essas duas regiões foram responsáveis por 76,0% dos 96 mil empregos criados entre dezembro/2005 e agosto/2006.

O dinamismo do setor também se refletiu positivamente no faturamento do volume de vendas de materiais de construções, que assinalou crescimento de 7,9%, na comparação com setembro de 2005, e de 1,2%, no acumulado do ano. Somente o mercado interno foi responsável por um acréscimo de 9,8% no volume de vendas em setembro, frente ao mesmo período do ano passado. Já no acumulado do ano, o incremento foi 4,3% superior ao do mesmo período do ano passado (ABRAMAT, 2006b).

Os estímulos fiscais associados à ampliação do crédito imobiliário foram cruciais para a boa performance da construção civil nos dez primeiros meses do ano. Dados da Associação Brasileira de Entidades de Crédito Imobiliário (ABECIP, 2007) revelam que as operações contratadas pelos agentes que integram o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) atingiram US\$ 876 milhões em outubro de 2006 – o terceiro maior volume de crédito imobiliário observado em um só mês. Já as operações de crédito imobiliário nos dez primeiros meses do ano alcançaram R\$ 7,6 bilhões ante R\$ 3,6 bilhões no mesmo período do ano anterior – aumento de 108,6%. O número de unidades financiadas registrou uma expansão de 146,7% em outubro, comparativamente ao mesmo mês de 2005, elevando o acumulado dos dez primeiros meses do ano para mais de 93 mil unidades (Tabela 4).

A habitação de interesse social³ assinalou no período janeiro-outubro a aplicação de cerca de R\$ 7,1 bilhões, com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e do Programa de Arrendamento Residencial⁴, sendo que

Tabela 04 – Financiamentos Imobiliários – Números de Unidades e Valores Contratados

Meses	2005						2006					
	Números de Unidades			R\$ Milhões Contratados			Número de Unidades			R\$ Milhões Contratados		
	No Mês	No Ano	12 Meses	No Mês	No Ano	12 Meses	No Mês	No Ano	12 Meses	No Mês	No Ano	12 Meses
Jan	3.725	3.725	55.101	275,7	275,7	3.105,54	6.186,0	6.186,0	63.582,0	475,5	475,5	5.051,9
Fev	3.378	7.103	55.735	240,0	515,7	3.177,65	5.985,0	12.171,0	66.189,0	478,1	953,6	5.290,0
Mar	4.912	12.015	54.577	411,5	927,2	3.376,91	8.218,0	20.389,0	69.495,0	610,9	1.564,5	5.489,4
Abr	5.532	17.547	51.888	482,5	1.409,7	3.576,34	9.650,0	30.039,0	73.613,0	826,8	2.391,3	5.833,7
Mai	3.694	21.241	51.369	289,8	1.699,5	3.651,81	10.604,0	40.643,0	80.523,0	856,8	3.248,1	6.400,7
Jun	3.966	25.207	51.241	361,6	2.061,1	3.746,84	10.385,0	51.028,0	86.942,0	896,9	4.145,0	6.936,0
Jul	5.573	30.780	52.433	519,4	2.580,5	3.987,96	10.589,0	61.617,0	91.958,0	816,5	4.961,5	7.233,1
Ago	3.704	34.484	52.643	311,6	2.892,1	4.074,39	11.600,0	73.217,0	99.854,0	983,4	5.944,8	7.904,9
Set	4.199	38.683	53.374	388,6	3.280,7	4.232,06	8.825,0	82.042,0	104.480,0	781,9	6.726,7	8.298,2
Out	4.463	43.146	54.367	363,0	3.643,7	4.383,68	11.010,0	93.052,0	111.027,0	876,1	7.602,8	8.811,3
Nov	6.945	50.091	55.491	618,4	4.262,1	4.657,39						
Dez	11.030	61.121	61.121	590,0	4.852,1	4.852,12						

Fontes: Bacen (2007e) e ABECIP (2006).

³ Para maiores informações sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), Ver Lei nº 11.124, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República em 16 de junho de 2005.

⁴ "O Programa de Arrendamento Residencial (PAR) tem por objetivo propiciar moradia à população de baixa renda, sob a forma de arrendamento mercantil com opção de compra. São diretrizes do Programa o fomento à oferta de unidades habitacionais e à melhoria das condições do estoque de imóveis existentes, a promoção da melhoria da qualidade de vida das famílias beneficiadas, a intervenção em áreas objeto de Planos Diretores, a criação de novos postos de trabalho diretos e indiretos, o aproveitamento de imóveis públicos ociosos em áreas de interesse habitacional e o atendimento aos idosos e portadores de deficiência física". Ministérios das Cidades. SNH-Programa de Arrendamento Residencial (PAR). Disponível em: www.cidades.gov.br. Acesso em: 18/12/2006.

40,0% desse valor foram direcionados para a construção de novas habitações. Para 2007, o Conselho Curador do FGTS vai investir R\$ 6 bilhões dos R\$ 7,7 bilhões destinados à habitação no financiamento da casa própria de famílias com renda mensal de até cinco salários mínimos. Adicionalmente, R\$ 1,2 bilhão será destinado como subsídio (BRASIL, 2006b).

Vale salientar que o referido Conselho Curador decidiu que 50% dos recursos para habitação serão investidos na produção de novas unidades em 2007, estimulando a geração de empregos e o mercado da construção civil para a população de baixa renda.

Essa ampliação da participação de baixa renda nos financiamentos imobiliários atende à meta de inclusão social, dado que o déficit habitacional está concentrado, sobretudo, nas faixas de menor renda. São esses segmentos que mais necessitam de programas específicos de financiamentos.

Fica evidente que o ciclo de expansão do financiamento residencial resulta de um conjunto de fatores; destacando-se a estabilidade macroeconômica, a atuação mais expressiva dos bancos públicos especializados na operação de crédito habitacional, a maior inserção do público de baixa renda nos programas de habitação e as melhores condições institucionais para a expansão do crédito. Entre as mudanças no campo institucional, merece destaque a criação do patrimônio de afetação, que desvincula os imóveis do patrimônio das construtoras, diminuindo o risco tanto para financiadores como para compradores.

Visando fortalecer ainda mais o segmento da Construção Civil, a União Nacional da Cons-

trução (UNC) apresentou ao Governo um documento intitulado *A Construção do Desenvolvimento Sustentado*, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), que prevê recursos anuais de R\$ 52,5 bilhões nas áreas de saneamento, energia e habitação de interesse social e de mercado, e no segmento de infra-estrutura de transportes (ABRAMAT, 2006a). As propostas buscam um maior incremento e a continuidade do processo de desoneração fiscal com o objetivo de destravar o setor da construção civil. Entre as medidas recomendadas, destacam-se:

- a) maior eficiência ao orçamento do FGTS, diminuindo a burocracia do acesso ao crédito por parte das empresas públicas e privadas e das famílias, com o objetivo de aumentar os recursos para as áreas de habitação e saneamento;
- b) redução gradativa dos encaixes dos recursos de poupança no sentido de ampliar a oferta de crédito imobiliário;
- c) introduzir incentivos tributários e reduzir os riscos legais no mercado para locação residencial e comercial;
- d) ampliar os investimentos em infra-estrutura rodoviária através da simples utilização dos recursos já existentes da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE)⁵;
- e) desenvolver adequadamente as Parcerias Pú- blicas e Privadas (PPPs), escolhendo corretamente os projetos que apresentam garan- tias ao financiador, na perspectiva de injetar recursos privados complementares aos recursos públicos.

Em relação ao consumo das famílias, obser- vam-se, pelo décimo segundo trimestre consecutivo, taxas de crescimento positivas comparativa- mente com o terceiro trimestre de 2005. A expan- são do consumo das famílias decorre em grande

⁵ Instituída desde 2001, a CIDE tem como finalidade o financiamento de programas de infra-estrutura de transportes.

parte das condições favoráveis de crédito ao consumo, do crescimento da massa salarial e dos programas de transferência de renda (Gráfico 5).

O atual crescimento do volume de crédito pessoal no Brasil explica uma parte do incremento do consumo das famílias. De acordo com o Banco Central¹⁶, o estoque total de crédito do sistema financeiro, considerando os recursos livres e direcionados, atingiu R\$ 697,3 bilhões em outubro – aumento de 1,9% no mês e de 21,1% em doze meses (BACEN, 2006). Com esse resultado, a relação desse agregado com o PIB passou de 32,9% em setembro/2006 para 33,1% em outubro/2006.

Já os empréstimos para pessoas físicas totalizaram R\$ 189,1 bilhões em outubro – incremento de 1,3%. O crescimento de 1,4% do crédito pessoal, beneficiado, sobretudo, pela expansão de 2,4% das operações consignadas em folha de pagamento, foi decisivo para esse desempenho.

A taxa média das operações de crédito pessoal assinalou um decréscimo de 0,7 ponto percentual no mês e de 8,6 pontos percentuais em doze meses, atingindo 53,1% – a menor taxa da série histórica. Essa queda está associada não somente aos sucessivos cortes na taxa Selic, mas também à difusão recente do crédito em consignação, que reduz a inadimplência e ajusta o consumo à renda disponível após o débito.

A elevação da concessão de empréstimos para pessoas físicas, associada ao ciclo de queda da taxa Selic tem possibilitado uma melhoria nos indicadores de inadimplência e contribuído para um aumento ainda maior do consumo (Tabela 5).

Um relatório recente do Fundo Monetário Internacional (FMI, 2006) avalia como positiva a ampliação do crédito pessoal nas economias emergentes, ao melhorar as oportunidades de consumo e investimento das famílias e favorecer melhor diversificação da riqueza doméstica. Ademais, o crédito pessoal apresenta vanta-

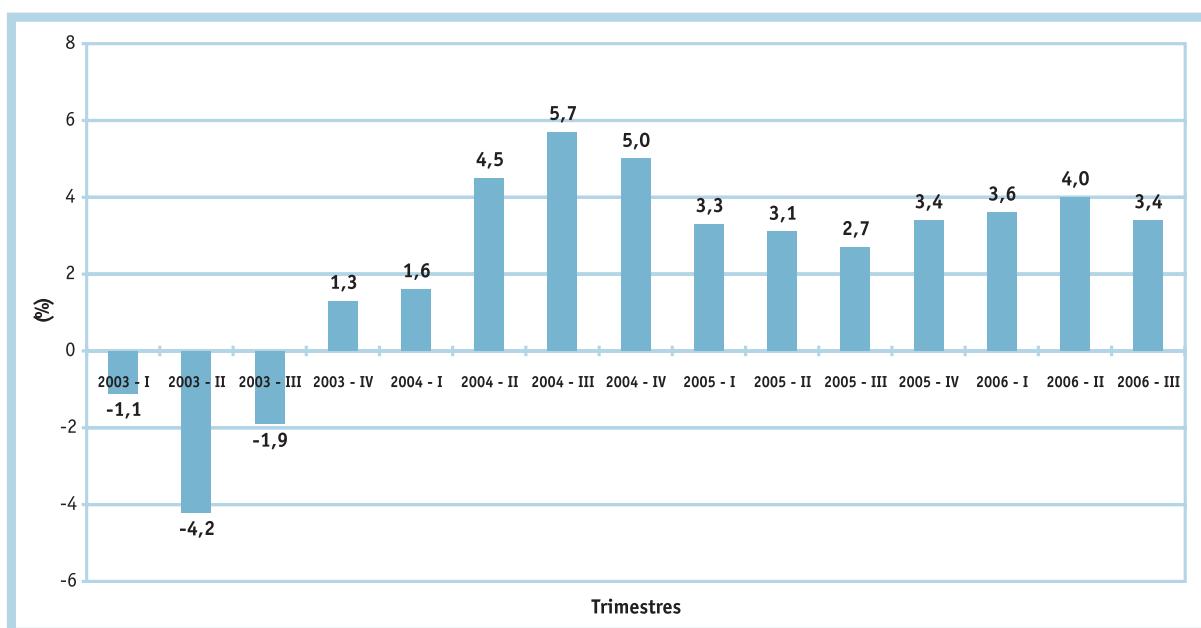


Gráfico 05 – Consumo das Famílias em Relação a Igual Trimestre do Ano Anterior. Taxa Trimestral (%)

Fonte: IBGE (2006a).

gens para o sistema bancário, já que favorece a diversificação e contribui para minimizar o risco sistêmico. O FMI estima que os portfólios de aplicações combinando crédito pessoal e crédito corporativo são menos vulneráveis para os bancos do que portfólios com forte predomínio do crédito empresarial.

Entretanto, o relatório chama atenção para o risco de vulnerabilidades associado à expansão do crédito pessoal. Torna-se fundamental que a expansão do crédito ocorra com uma adequada infra-estrutura legal e regulatória, sob pena de tornar insustentável o endividamento das famílias, o que comprometeria a estabilidade do sistema financeiro e o crescimento econômico.

Outro fator importante para a expansão do consumo das famílias foi o comportamento fa-

vorável tanto do pessoal ocupado como do rendimento médio dos trabalhadores. De acordo com a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), o contingente de pessoas ocupadas, estimado em 20,7 milhões de pessoas, registrou crescimento de 3,0% em relação a novembro de 2005, o que representa cerca de 600 mil pessoas. No recorte regional, constatou-se que Recife (6,4%) e Salvador (4,2%) apresentaram taxas de crescimento superiores à média das regiões pesquisadas pelo IBGE (IBGE, 2006p).

No que se refere às ocupações segundo os diferentes vínculos de trabalho, as informações das seis regiões investigadas revelam a manutenção, em 2006, da trajetória de crescimento dos empregos com carteira assinada no setor privado iniciada em fevereiro de 2005. Até novembro, já foram incorporados na população

Tabela 05 – Brasil. Indicadores de Inadimplência

Período	Cheques Devolvidos por Insuficiência de Fundos (mil)	Cheques Devolvidos por Insuficiência de Fundos/Cheques Compensados (%) ¹
Jan. 2005	8.929	5,32
Fev	8.819	5,73
Mar	10.665	6,26
Abr	9.883	6,35
Mai	10.260	6,03
Jun	9.602	5,92
Jul	9.316	6,03
Ago	10.104	5,92
Set	9.834	6,23
Out	10.176	6,45
Nov	10.331	6,56
Dez	9.114	5,62
Jan. 2006	9.857	6,26
Fev	7.908	6,37
Mar	12.346	7,42
Abr	9.398	7,05
Mai	10.653	6,95
Jun	9.242	6,61
Jul	8.819	6,30
Ago	8.849	6,19
Set	8.090	6,11
Out	9.047	6,24
% mês	11,83	2,16
% mês (-1)	-8,59	-1,40
% mês (-2)	0,35	-1,71
% mês ano ant.	-11,10	-3,26
% ano	-3,46	8,72
% 12 meses	-2,00	10,46

Fonte: Bacen (2007j).

Nota: (1) Refere-se ao total do Brasil.

ocupada 326 mil trabalhadores com carteira assinada – incremento de 3,9%. Em contrapartida, o contingente de trabalhadores sem carteira sofreu uma redução de 55 mil posições nesse mesmo período.

A trajetória de expansão do emprego formal se observa também nas regiões metropolitanas nordestinas pesquisadas pelo IBGE. Salvador e Recife assinalam crescimento de, respectivamente, 7,4% e 4,3% no número de trabalhadores com carteira assinada nos onze primeiros meses do ano, valores superiores à média do total das áreas cobertas pela PME (Gráfico 6).

A aprovação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas contribuirá ainda mais para o maior crescimento do mercado formal de trabalho. A nova lei prevê a simplificação de procedimentos tributários, o que permitirá um incre-

mento substancial na receita das micro e pequenas empresas (LEI, ..., 2007). Com a criação do Simples Nacional, as empresas com faturamento de até R\$ 2,4 milhões por ano poderão unificar a arrecadação de oito impostos e contribuições federais, estaduais e municipais⁶ por meio de uma única alíquota, conforme o ramo de atividade. Ademais, os prestadores de serviços e profissionais autônomos, hoje excluídos do sistema, também serão beneficiados com o novo Simples.

Se, por um lado, a aprovação da lei geral implicará renúncia fiscal importante, por outro lado, estimulará a criação de empresas e empregos formais, gerando receita suficiente para compensar a perda fiscal.

Já o rendimento médio real habitualmente recebido pelos trabalhadores das seis regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE foi esti-

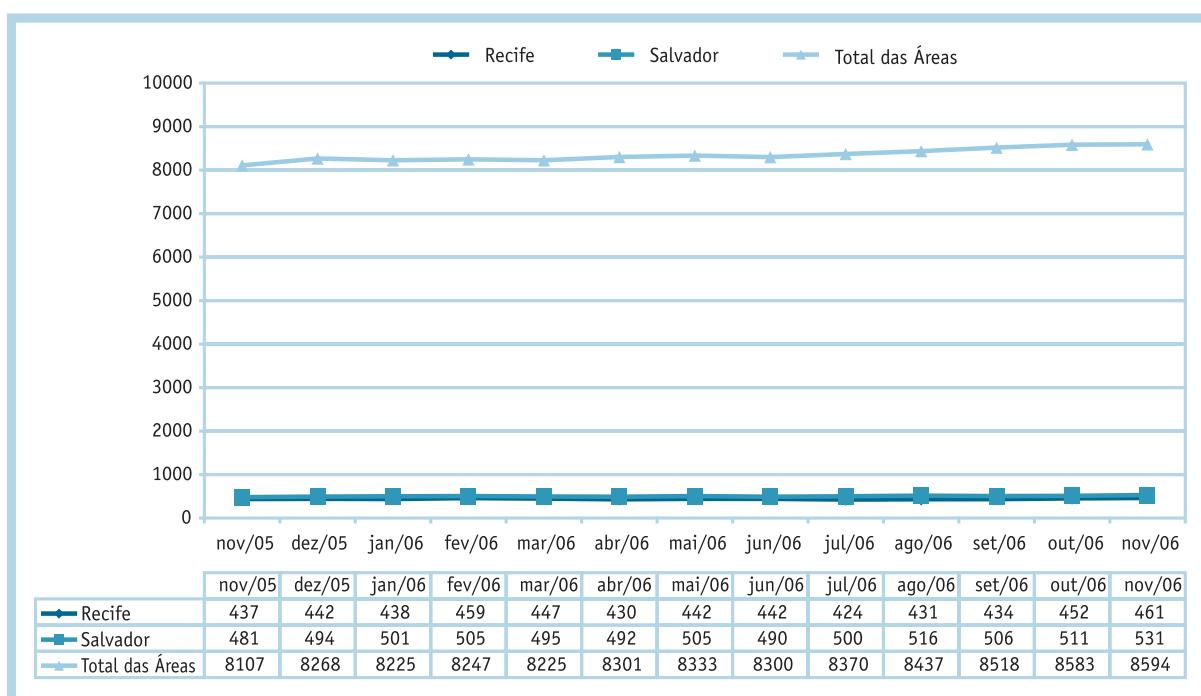


Gráfico 06 – Trabalhadores do Setor Privado com Carteira Assinada. Total das Áreas, Recife e Salvador

Fonte: IBGE (2006j).

⁶ Os impostos são: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Impostos sobre Serviços (ISS), Imposto de Renda, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Programa de Integração Social (PIS), e as contribuições para o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas.

mado em R\$1.056,60 – incremento de 5,7% em relação a novembro de 2005. Esse movimento de recuperação do rendimento, associado à expansão do emprego, tem permitido incrementos positivos da massa salarial (Gráfico 7).

Os ganhos reais do salário mínimo nos últimos três anos foram fundamentais para o crescimento do rendimento dos trabalhadores. Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE, 2006a), entre 2003 e 2006 o incremento do salário mínimo atingiu 75,0%. Considerando o valor de R\$ 380,00 e a previsão de variação do INPC em 3,0%, até o final de 2007, o ganho real acumulado no período totalizaria 32,1%, dada a variação nominal de 90,0% contra uma inflação de 43,8%. Pelo acordo entre Governo e centrais sindicais, o reajuste do salário mínimo para 2008 será com base na reposição da inflação, mais a variação do PIB (Tabela 6).

O aumento do poder de compra do salário mínimo está sendo decisivo para o aquecimento

do mercado interno nordestino, dado a predominância de ocupados recebendo até um salário mínimo na Região Nordeste. A participação chega a 61,0% nessa Região, superando a média nacional (34,9%) (Tabela 7).

Considerando as regiões nordestinas investigadas, a parcela dos que recebiam 1 salário mínimo em Recife e Salvador em 2005 era de 16,2%, acima das demais regiões pesquisadas. No que se refere aos rendimentos reais, relativos às formas de inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho, constata-se que de 23,0% a 25,0% dos trabalhadores do setor privado sem carteira e de cerca de 15,0% dos assalariados do setor privado com carteira assinada recebem 1 salário mínimo, em Recife e Salvador (DIEESE, 2006b).

Os programas de transferências de renda do Governo Federal também estão influenciando positivamente o desempenho do consumo das famílias. Além de ter um efeito dinamizador sobre o consumo dos segmentos mais modestos

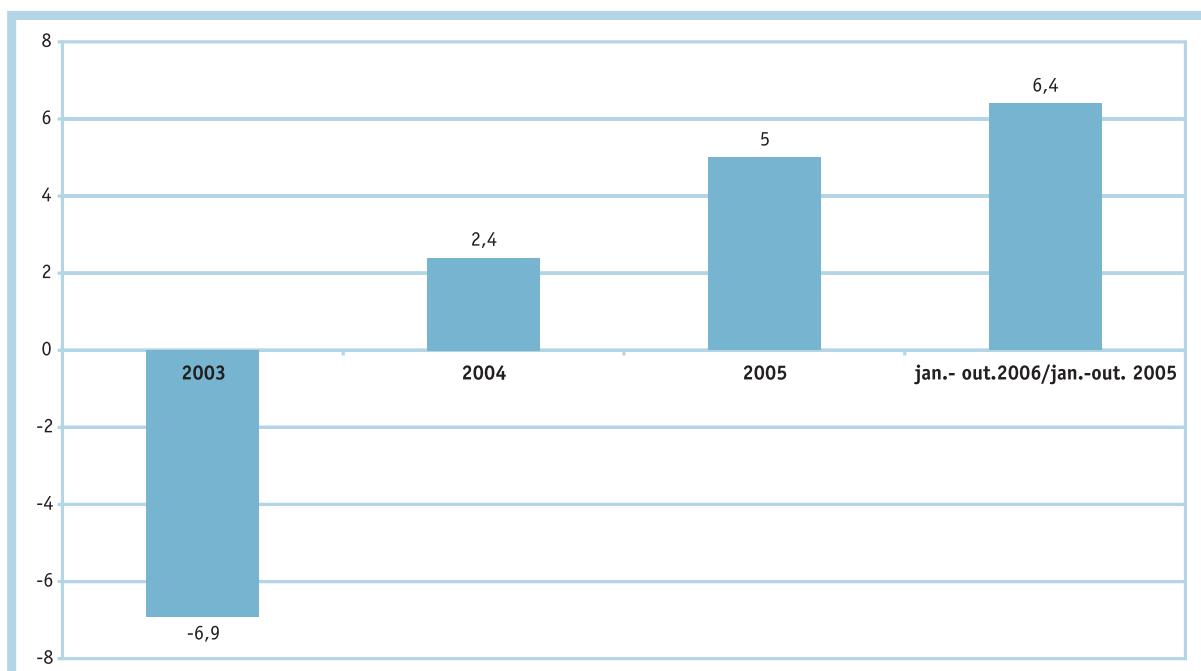


Gráfico 07 – Crescimento da Massa Salarial.

Fonte: Bacen (2007e).

da população, as políticas de renda estão sendo cruciais para ativar as economias locais que se encontravam em processo de semi-estagnação.

Somente o Programa Bolsa Família distribuiu R\$ 9,5 bilhões, atingindo cerca de 11,1 milhões de famílias em todos os municípios brasileiros. Esse Programa tem permitido o crescimento da renda disponível dos setores de mais baixa renda que pode ser comprovado tanto pela melhoria dos indicadores de pobreza e distribuição de renda, como pela elevação do consumo desses segmentos da sociedade.

Relatório recente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2006), aponta o Brasil como exemplo de melhoria na

distribuição de renda, na medida que combina sólido desempenho econômico com declínio na desigualdade de rendimentos e de pobreza. O estudo revela que o grau de concentração de renda, medido pelo coeficiente de Gini, passou de 0,607 em 2002 para 0,580 em 2006. Já a renda média dos 10% mais pobres, que representava 0,7% da renda nacional em 2005, aumentou para 0,8% em 2006. Por outro lado, os 10% mais ricos concentravam 45,8% da renda em 2006, valor inferior aos 46,9% observados em 2005. O relatório aponta o crescimento do emprego e do rendimento e os programas sociais do Governo Federal, com destaque para o Bolsa Família, como os grandes responsáveis pela redução da desigualdade.

Tabela 06 – Reajuste do Salário Mínimo 2003-2007

Período	Salário Mínimo R\$	Reajuste Nominal %	INPC %	Aumento Real %
Abril de 2002	200,00			
Abril de 2003	240,00	20,00	18,54	1,23
Abril de 2004	260,00	8,33	7,06	1,19
Abril de 2005	300,00	15,38	6,61	8,23
Abril de 2006	350,00	16,67	3,21	13,04
Abril de 2007 (*)	380,00	8,57	3,00	5,41
Total (abr/2002- mar/2007)		90,00	43,83	32,10

Fonte: DIEESE (2006a).

Nota: (*) Inflação Estimada.

Tabela 07 – Brasil e Grandes Regiões. Distribuição dos Ocupados, por Faixa de Rendimento

Regiões	Com Rendimento até 2 S.M.			Com Rendimento Acima de 2 S.M.	Total
	Até 1 S.M.	Mais de 1 a 2 S.M.	Total		
Norte	Nº	222.452	1.859.599	4.086.051	1.397.544
	%	40,6%	33,9%	74,5%	25,5%
Nordeste	Nº	11.252.040	4.333.460	15.585.500	2.870.307
	%	61,0%	23,5%	84,4%	15,6%
Sudeste	Nº	8.553.463	12.175.701	20.729.164	13.497.522
	%	25,0%	35,6%	60,6%	39,4%
Sul	Nº	2.807.065	4.515.286	7.322.350	4.852.661
	%	23,1%	37,1%	60,1%	39,9%
Centro-Oeste	Nº	1.699.458	2.014.783	3.714.241	2.010.741
	%	29,7%	35,2%	64,9%	35,1%
Brasil	Nº	26.538.478	24.898.828	51.437.306	24.628.775
	%	34,9%	32,7%	67,6%	32,4%

Fonte: DIEESE (2006a).

Vale mencionar que as transferências de recursos para as famílias pobres juntamente com a evolução do mercado de trabalho e as boas condições do mercado de crédito estão tendo um peso crescente da renda disponível para o consumo dos Estados nordestinos. De fato, as vendas no comércio varejista no acumulado do ano cresceram em todos os Estados nordestinos, no comparativo com o mesmo período do ano anterior. O Maranhão (18,3%) apresentou a maior taxa de crescimento do volume de transações entre os estados do Nordeste e a terceira do Brasil, seguido por Alagoas (14,8%), Piauí (13,0%) e Rio Grande do Norte (12,2%) (IBGE, 2006i).

Os acréscimos nos segmentos mais dependentes da renda disponível das famílias foram significativos nos Estados nordestinos. O ramo de hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumos evidenciou expansão de 13,32% na Bahia, de 9,4% em Pernambuco e de 8,0% no Ceará.

O consumo das famílias também tem sido beneficiado indiretamente pelos programas de microcrédito produtivo orientado para as atividades produtivas de pequeno porte. Na região Nordeste, o Programa Crediamigo, do BNB, que tem como objetivo dinamizar o microcrédito como instrumento de combate à pobreza e redução das desigualdades, atende uma parcela significativa de empreendedores que desenvolvem atividades relacionadas à produção, à comercialização de bens e à prestação de serviços. Normalmente, os clientes são pequenos empreendedores que atuam no mercado informal da economia e não dispõem de garantias tradicionais exigidas pelo setor financeiro para concessão de empréstimos. Até novembro de 2006, o Programa Crediamigo alcançou a marca de 230.083 clientes ativos e um volume de recursos de R\$ 157,1 milhões aplicados – incremento de 15,3% comparativamente a dezembro de

2005. Considerando o acumulado abril/98 a novembro/2006, o Programa já contratou 3,1 milhões de operações, em montante superior a R\$ 2,6 bilhões, sendo que 72,8% desse valor (R\$ 1,9 bilhão) foram contratados no período 2003 a 2005 (Gráficos 8 e 9).

No âmbito do setor externo, as exportações aumentaram 7,5% no terceiro trimestre, em relação ao mesmo período do ano anterior, após a retração de 0,6% assinalada no segundo trimestre. Já as importações apresentaram uma taxa de crescimento bem mais acentuada nessa base de comparação – incremento de 20%. Vale salientar que o crescimento das importações ultrapassou o das exportações pelo terceiro trimestre consecutivo.

Dados da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior revelam que a balança comercial registrou superávit de US\$ 37,9 bilhões no acumulado do ano e o recorde histórico de US\$ 46,3 bilhões em doze meses (FUNCEX, 2006b). As vendas internacionais alcançaram 113,4 bilhões, com incremento de 17,3%, e as importações alcançaram o recorde histórico de US\$ 75,5 bilhões.

No mês de outubro, o maior crescimento das importações (40,6%) em relação às exportações (27,8%) repercutiu fortemente no resultado da balança comercial brasileira que apresentou o menor superávit desde maio de 2006 (US\$ 3,9 bilhões). Fica evidente que a valorização do câmbio tem prejudicado o desempenho da balança comercial em 2006.

Esse fato é preocupante principalmente se levarmos em conta que em alguns setores (calçados, máquinas agrícolas, têxtil, indústria automotiva) a perda de mercado dos produtores nacionais para os concorrentes está resultando em redução do emprego. Isto quando não ocorre o fechamento de empresas no País e reinício das atividades em outros locais com melhores condições competitivas, como mão-de-obra barata e câmbio favorável.

Entretanto, a taxa de câmbio afeta os setores de forma diferenciada, conforme a composição das suas exportações e importações. Um estudo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e

Social (BNDES, 2006) que revelou o desempenho das vendas ao exterior, de setores constituídos por empresas pouco demandantes de insumos importados tem sido inferior ao restante da economia.

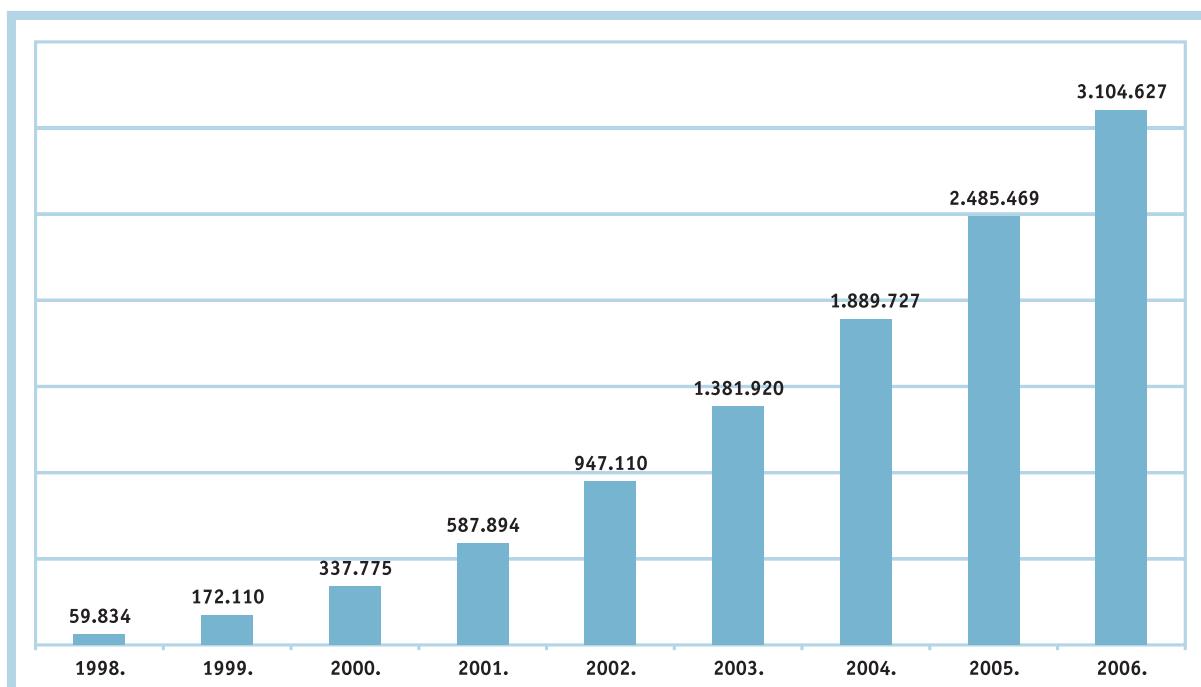


Gráfico 08 – Nordeste. Crediamigo Contratações. Quantidade Acumulada de Operações - Nov./2006

Fonte: BNB (2006a).

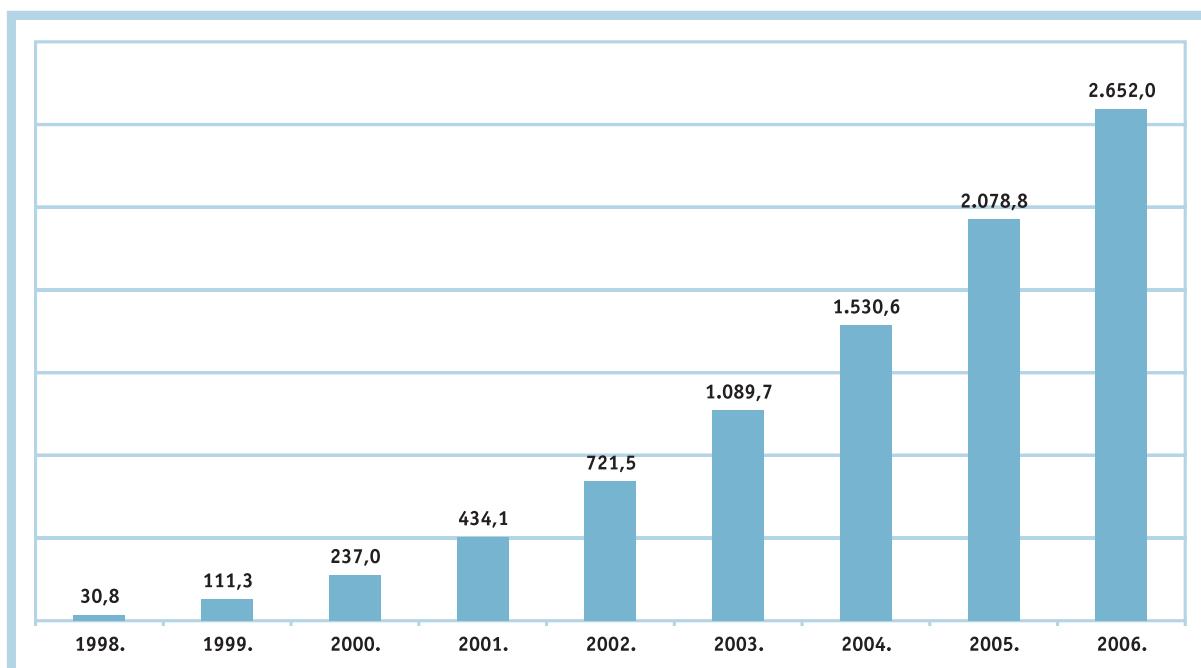


Gráfico 09 – Nordeste. Crediamigo Contratações. Valores Desembolsados Acumulados (R\$ milhões) - Nov./2006

Fonte: BNB (2006a).

Nesse grupo, encontram-se as indústrias de papel e celulose, alimentos e bebidas, couro e calçados e madeira⁷.

Por outro lado, os segmentos que são fortes importadores de insumos e componentes vêm apresentando resultados positivos em termos de exportações. São indústrias onde as perdas de faturamento com as vendas externas são mais do que compensadas pela redução de custo na importação de insumos. As empresas de material eletrônico e comunicações e de máquinas de escritório e informática, que concentram as atividades na etapa final de produção, com a importação de itens para a montagem dos bens, assim como a indústria química e de instrumentos médicos e ópticos, fazem parte desse grupo.

Finalmente, é importante mencionar que os preços internacionais foram determinantes para o aumento das vendas externas no acumulado janeiro-outubro, com destaque para os semimanufaturados (15,9%). Já os manufaturados e os básicos assinalaram crescimento de, respectivamente, 11,0% e 10,9%. Na média global, a variação dos preços de exportação foi de 11,9%.

No que se refere ao *quantum*, o destaque foi a categoria de produtos básicos que registrou um incremento de 6,4% no acumulado dos dez primeiros meses do ano. Já os produtos semimanufaturados e manufaturados assinalaram incrementos mais modestos de, respectivamente, 4,6% e 4,2%. Na média global, o *quantum* de exportações no período janeiro-outubro evoluiu 4,7%.

O aumento de 16,8% no *quantum* foi o principal fator que impulsionou o aumento das im-

portações no acumulado do ano. Analisando por categoria de uso, observa-se um maior crescimento das importações de bens de consumo duráveis, que teve um incremento de 80,6% no *quantum*, seguido pelo segmento de bens de capital (28,0%) e bens intermediários (16,1%).

É importante chamar a atenção para o fato de que o maior ritmo de crescimento das importações, sobretudo de bens de consumo duráveis, ocorre num contexto de modesto crescimento econômico, o que pode acentuar processos de substituição da produção local por importados. Por outro lado, o barateamento dos preços de bens intermediários e de bens de capital contribui para reforçar a expansão da capacidade produtiva – especialmente necessária nesse contexto de crescimento da demanda interna (Tabela 8).

O consumo do Governo registrou estabilidade no terceiro trimestre na comparação com o mesmo período do ano anterior – variação de 0,1%. O acréscimo foi de 2,0% e, no acumulado do ano, 1,6%.

O desempenho do consumo do Governo continua sendo fortemente influenciado pela necessidade de cumprimento das metas fiscais. Considerando o acumulado de janeiro a novembro, o superávit do Governo Federal ficou em R\$ 55,7 bilhões (2,94% do PIB) contra R\$ 56,8 bilhões (3,23% do PIB) no mesmo período do ano passado (BRASIL, 2006a).

O menor resultado do superávit deve-se à queda do ritmo de crescimento da receita do Tesouro Nacional – incremento de 11,8% contra 16,4% no acumulado de 2005. Essa queda resulta, principalmente, das medidas tomadas

⁷ Para verificar o impacto do câmbio sobre os diferentes setores, foi calculado o coeficiente de comércio exterior das firmas (CCEF) que mede a relação importação/exportação das empresas exportadoras de cada setor. O estudo leva em consideração somente a indústria de transformação.

pelo Governo, de redução da arrecadação de alguns tributos, no sentido de estimular o investimento. Por outro lado, a performance de alguns setores da economia, em especial a indústria extrativa (petróleo e minerais metálicos), contribuiu para o aumento de arrecadação. Já

as despesas do tesouro registraram um incremento de R\$ 22,9 bilhões em relação ao mesmo período do ano anterior – aumento de 13,0%. Desse total, as despesas com pessoal e encargos sociais e custeio e capital cresceram, em temos nominais, R\$ 10,7 bilhões e R\$ 12,1 bilhões.

Tabela 08 – Índices de Preço e Quantum das Importações Totais e por Classe de Produtos

Base Média 1996 = 100

Período	Importações Totais		Categoria de Uso									
	Preço	Quantum	Bens de Capital		Intermediários		BC Duráveis		BC não Duráveis		Combustíveis	
			Preço	Quantum	Preço	Quantum	Preço	Quantum	Preço	Quantum	Preço	Quantum
Variação Percentual												
Out 06 / Set 06	-0,9	8,7	-1,7	8,4	0,6	6,5	0,0	-2,9	2,2	4,4	-7,5	22,8
Out 06 / Out 05	2,7	36,8	-1,5	39,1	2,2	33,9	3,7	85,7	8,5	25,5	6,2	42,5
Acumulado no Ano	7,1	16,8	-2,1	28,0	3,5	16,1	4,5	80,6	14,6	12,2	28,7	4,0
Acumulado 12 meses	7,5	14,4	-0,7	25,0	3,8	14,1	4,0	76,2	13,8	11,6	28,9	0,5

Fonte: Funcex (2006a).

3.2 - Produção Industrial

De acordo com a Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física (PIM-PF), do IBGE (2006h), a indústria brasileira cresceu em outubro 0,8% frente ao mês anterior, após recuar de 1,1% em setembro. Essa recuperação permitiu que os demais indicadores registrassem resultados superiores aos observados no mês de setembro. Comparativamente ao mesmo período do ano anterior, ocorreu um acréscimo de 4,8% da atividade industrial, melhor desempenho desde março deste ano.

Já o indicador acumulado do ano, frente ao mesmo período do ano anterior, alcançou 2,9%. Ao longo dos últimos doze meses, a taxa de

crescimento foi de 2,7%, sinalizando aceleração no ritmo de crescimento em relação à taxa do mês anterior. O indicador de média móvel trimestral permanece positivo em 0,8% em outubro frente a setembro, mantendo uma trajetória de crescimento desde abril de 2006.

Analizando por categoria de uso, constatou-se que todos os setores registraram expansão em outubro na comparação com o mesmo período do ano anterior, com destaque para os segmentos de bens de consumo duráveis (12,0%) e de bens de capital que cresceram bem acima da média geral (9,3%).

Tabela 09 – Brasil. Indicadores de Produção Industrial por Categoria de Uso (Outubro/ 2006)

	Indústria Geral	Bens de Capital	Bens Intermediários	Bens de Consumo	Bens de Consumo Duráveis	Semi Duráveis e Não Duráveis
No Mês (com Ajuste Sazonal)	0,8	-1,6	-0,2	1,4	3,2	0,4
Mesmo Mês do Ano Anterior	4,8	9,3	1,8	6,8	12,0	5,4
No Ano	2,9	5,5	2,0	3,8	6,9	2,9
Doze Meses	2,7	5,5	1,7	3,7	6,8	2,8

Fonte: IBGE (2006h).

Nessa base de comparação, vinte e dois dos vinte e sete segmentos pesquisados assinalaram variação positiva. Os melhores desempenhos foram nos segmentos em máquinas para escritórios e equipamentos de informática (44,3%), máquinas e equipamentos (11,2%) e veículos automotores (5,9%).

Em relação à indústria automobilística, as informações da Associação Nacional de Fabricantes de Veículos (ANFAVEA, 2006b) revelam que as montadoras fabricaram 226,4 mil veículos em outubro – aumento de 14,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. O bom desempenho da indústria automobilística foi impulsionado, sobretudo, pelo crescimento de 27,3% das vendas internas, já que as exportações apresentaram retração de 2,9%.

Os dados de novembro mostram um desempenho mais modesto da produção de automóveis – incremento de apenas 1,0% em relação ao mesmo período de 2005. Foram produzidos 221,2 mil veículos contra 218,9 mil de novem-

bro do ano anterior. Esse resultado está vinculado, principalmente, ao baixo desempenho das exportações que caíram 10,2%, em relação a novembro de 2005, para US\$ 970,6 milhões. No ano, as exportações alcançaram US\$ 11,8 bilhões, 7,5% acima do mesmo período de 2005.

Em contrapartida, a participação de autoveículos importados no total de licenciamento vem crescendo substancialmente, atingindo 10,5% em novembro de 2006 contra 5,4% no mesmo período do ano anterior. O crescimento das importações e o câmbio favorável respondem ao dinamismo das vendas internas que atingiram 182,7 mil unidades em novembro e 1,72 milhão no acumulado do ano (Gráfico 10).

O desempenho da indústria de bens de capital, no mês de outubro, resulta em grande parte do crescimento do segmento de bens de capital para fins industriais seriados (25,8%), bens de capital para fins industriais (24,3%) e bens de capital de uso misto (20,7%). Vale mencionar também os resultados positivos do

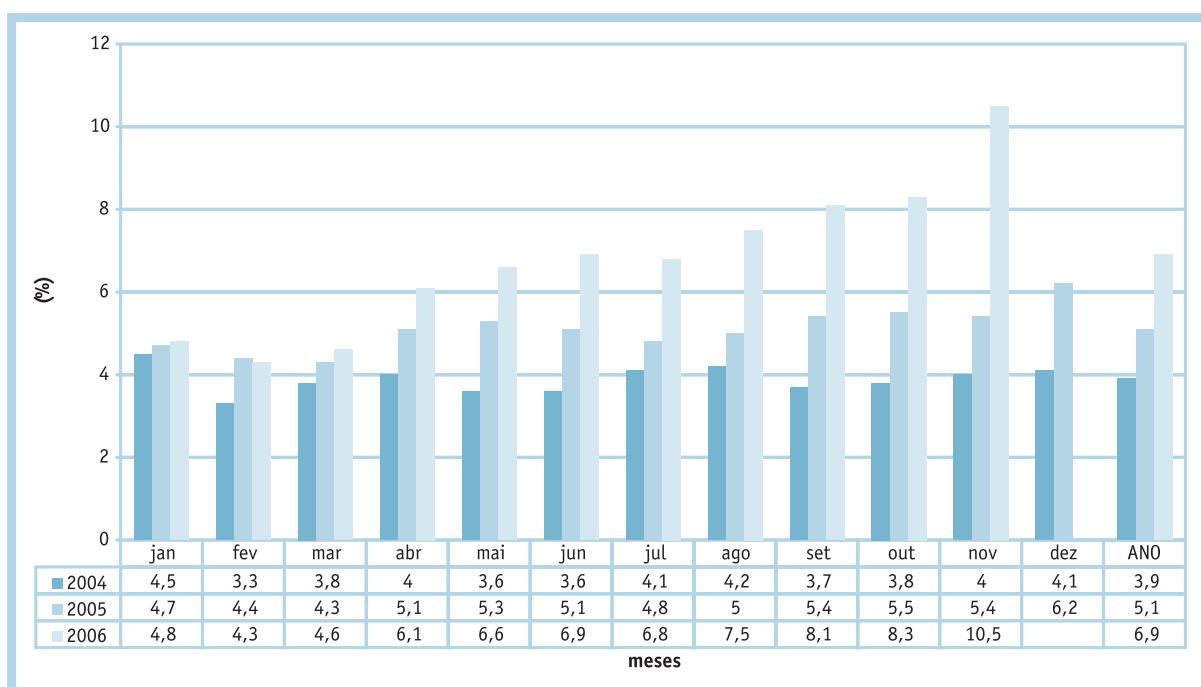


Gráfico 10 – Participação dos Veículos Importados no Licenciamento

Fonte: Anfavea (2006a).

segmento de bens de capital para o setor de energia elétrica (11,6%) e bens de capital para fins industriais não seriados (15,1%). Já a produção direcionada a agricultura permanece registrando resultados negativos, com recuo de 100,0% em máquinas agrícolas e 81,0% em peças agrícolas (Tabela 10).

No acumulado do ano, a partir dos índices de categoria de uso, todos os segmentos também registraram crescimento. Os maiores incrementos foram observados no setor de bens de consumo duráveis (6,9%), impulsionados por boas condições de renda e de crédito, e de bens de capital (5,5%), que assinalaram desempenho acima da média global da indústria (2,9%). Já os segmentos de bens de consumo semi e não-duráveis (2,9%) assinalaram crescimento igual à média nacional.

Constata-se que 21 das 27 atividades que têm séries pesquisadas sazonalmente ajustadas contribuíram positivamente para o incremento da produção industrial no acumulado janeiro-outubro de 2006, comparativamente ao mesmo período de 2005. Entretanto, vale salientar o padrão de crescimento concentrado da indústria, pois somente nove atividades foram responsáveis por 84% da taxa de crescimento acumulada de 2,9% no período.

Apresentaram acréscimos relevantes a fabricação de máquinas para escritórios e equipamentos de informática (52,6%) e máquinas, aparelhos e materiais elétricos (11,4%). Os fabricantes de microcomputadores portáteis e de CPUs, no valor de até R\$ 11.000,00 vêm sendo amplamente beneficiados por incentivos fiscais do Governo Federal. O Governo publicou no dia 02/01/2007 no Diário Oficial a Medida Provisória (MP) 340, prorrogando por mais três anos a vigência dos incentivos fiscais. De acordo com o texto da MP, as empresas devem investir apenas 2,5% do faturamento em pesquisa e desenvolvimento para se beneficiar com a redução de IPI. Vale salientar que esse percentual é de 5,0% para as demais empresas.

Em contrapartida, os segmentos madeira (-7,2%), vestuário e acessórios (-5,3%) e calçados e artigos de couro (-3,1%) assinalaram as maiores quedas. Esses três setores são intensivos em mão-de-obra, sendo que o primeiro vem apresentando resultados negativos nas exportações, enquanto os ramos de calçados e vestuário estão perdendo mercado para a concorrência externa. De fato, o incremento das importações prejudica a produção industrial desses dois segmentos, desencadeando um processo de substituição do produto nacional pelo fa-

Tabela 10 – Brasil. Produção Física – Índices Especiais de Bens de Capital

Segmentos	Variação (%)		
	Mensal	Acumulada	
		Out.06	No Ano
Bens de Capital para Fins Industriais	24,3	4,2	2,6
Bens de Capital para Fins Industriais Seriados	25,8	3,9	2,0
Bens de Capital para Fins Industriais Não-Seriados	15,1	6,1	6,3
Bens de Capital Agrícolas	-100,0	-19,8	-23,6
Bens de Capital Peças Agrícolas	-81,0	-44,2	-48,2
Bens de Capital para Construção	0,9	10,2	14,2
Bens de Capital para o Setor de Energia Elétrica	11,6	29,3	33,1
Bens de Capital Equipamentos de Transporte	-4,1	-1,8	-1,6
Bens de Capital de Uso Misto	20,8	10,8	10,0

Fonte: IBGE (2006d).

bricado em outros países, sobretudo a China, tanto no mercado externo (calçados) como no mercado interno (vestuário). Portanto, a concorrência chinesa e o câmbio valorizado fazem com que o incremento da demanda desses bens de consumo popular seja atendido, em proporção crescente, pelas importações, em detrimento da produção no País (Gráfico 11).

Diante dessas restrições, os produtores de calçados brasileiros estão procurando atuar em nichos de maior valor agregado e procurando abrir novos mercados, o que permitiu a estabilidade do faturamento das exportações de calçados no acumulado janeiro-novembro comparativamente ao mesmo período de 2005. O setor exportou US\$ 1,708 bilhão em 2006 contra US\$ 1,716 bilhão em 2005 (GLOBAL 21, 2006).

Alguns produtores de calçados estão procurando se beneficiar do processo de valorização do Euro para conquistar o mercado europeu. O Euro teve uma valorização de 11,5% ante o dólar e de 1,85% ante o real em 2006, o que permitiu um aumento de 5% da rentabilidade das vendas externas feitas em Euro, em outubro do ano passado, na comparação com dezembro de 2005. Nessa mesma base de comparação, a rentabilidade das exportações brasileiras em dólares teve uma queda de 1,25%⁸ (GLOBAL 21, 2007a).

Os problemas enfrentados pelos setores intensivos em trabalho têm afetado os resultados do emprego industrial. Em outubro, segundo a Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salários (PIMES), o emprego industrial

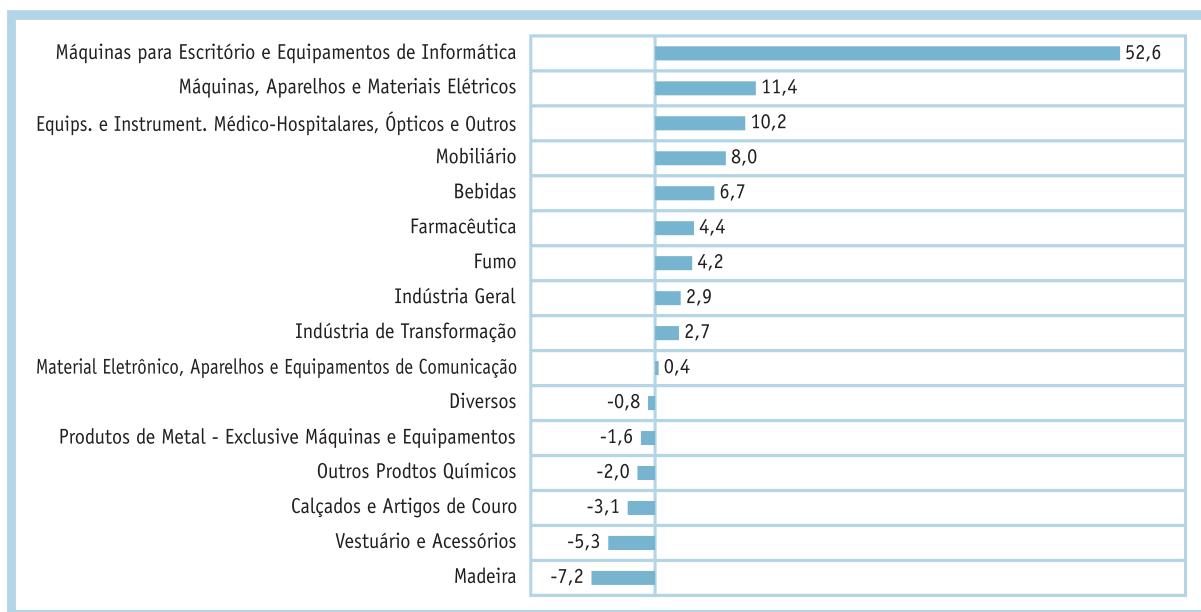


Gráfico 11 – Classes e Gêneros Selecionados da Indústria de Transformação. Jan./Out.06. Variação Acumulada no Ano (%)

Fonte: IBGE (2006h).

⁸ O índice de rentabilidade das exportações totais é calculado pela FUNCEX a partir da taxa de câmbio nominal média do mês (R\$/US\$) corrigida pela relação entre o índice de preços das exportações totais e o índice de custos das exportações. O índice de custo total agrupa 31 setores elaborado a partir da estrutura de custos dos setores produtivos derivada da Matriz de insumo-produto de 1995, do IBGE. O índice de custo de cada setor é calculado com base na participação dos insumos de procedência nacional, dos insumos importados e dos salários e encargos, com os respectivos pesos obtidos da matriz. Os índices de preços associados a esses três componentes são, respectivamente: (i) os índices setoriais atacadistas divulgados pela Fundação Getulio Vargas; (ii) o índice de preço de importação da FUNCEX multiplicado pela taxa de câmbio nominal R\$/US\$; e (iii) um índice de salário médio por hora calculado com base nos dados de salários e horas pagas totais da FIESP.

registrou recuo de 0,3% no acumulado do ano. Do ponto de vista setorial, 11 das 18 atividades pesquisadas assinalaram redução do número de trabalhadores (IBGE, 2006g). Exercendo as principais influências negativas figuraram calçados e artigos de couro (-13,2%),

máquinas e equipamentos (-7,2%) e vestuário (-5,4%). Por outro lado, as admissões superaram as demissões em 7 atividades, principalmente em refino de petróleo e álcool (13,6%), aparelhos eletrônicos e de telecomunicações (4,6%) e alimentos e bebidas (8,0%).

3.2.1 - Produção Industrial do Nordeste

O crescimento de 4,8% da produção industrial em outubro, na comparação com o mesmo mês do ano anterior, refletiu a expansão de treze dos quatorze locais pesquisados pelo IBGE (2006h), fato que não era registrado desde maio de 2005. As maiores variações foram observadas nos Estados do Ceará (12,4%) e Pernambuco (11,2%). O Estado do Amazonas foi o único a registrar variação negativa nessa base de comparação.

A região Nordeste registrou, no mês de outubro, em comparação com o mesmo período do ano anterior, expansão industrial de 6,0%. Nesse indicador, a indústria nordestina registra crescimento superior ao da indústria nacional (4,8%). O forte crescimento da indústria do Nordeste no mês de outubro decorre dos resultados positivos de nove dos onze setores. As atividades que registraram maiores incrementos foram alimentos e bebidas (6,2%), refino de petróleo e produção de álcool (6,2%) e produtos químicos (2,3%). Somente a indústria extrativa (-5,9%) e máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-2,6%) apresentaram taxas negativas de crescimento.

No acumulado dos últimos dez meses, ocorreu expansão de 3,9% - incremento superior à média nacional (2,9%). Vale salientar que a região Nordeste vem apresentando taxas superiores à média nacional desde abril de 2006⁹, com exceção do mês de julho.

O crescimento da atividade industrial nordestina acima da média nacional torna-se crucial no sentido de dar continuidade ao crescimento da participação da Região no PIB brasileiro. Os resultados das contas nacionais de 2004 revelaram que, comparativamente a 2003, apenas as regiões Nordeste (de 13,8% para 14,1%) e Norte (de 5% para 5,3%) ganharam participação no PIB do País (IBGE, 2007a).

No tocante ao PIB, entre os Estados nordestinos, cabe destaque para a Bahia que assinalou um incremento de 9,6% - o maior incremento da série 1985-2004. Setorialmente, constatou-se um crescimento de 17,0% da indústria baiana, salientando-se o refino de petróleo (27,0%), produção de automóveis (56,0%) e agropecuária (12,0%), com incremento de 155% do algodão e de 52,0% da soja. Os Estados do Maranhão (5,2%), Ceará (4,6%), Piauí

⁹ O desempenho da indústria nordestina também aparece nos Indicadores Industriais do Instituto de Desenvolvimento Industrial do Ceará (INDI). Segundo o levantamento, o faturamento da indústria manufatureira do Nordeste alcançou 56,6 pontos no terceiro trimestre, nível superior ao observado no trimestre imediatamente anterior (48 pontos). Já o emprego industrial passou de 50,5 pontos no segundo trimestre para 53,9 pontos no terceiro trimestre, resultado em sintonia com o incremento da produção industrial e do faturamento, nessa base de comparação (FIEC, 2006). Sondagem Industrial - Nordeste. Julho-Setembro de 2006. Os indicadores gerados pela Pesquisa de Sondagem Industrial do Instituto de Desenvolvimento Industrial do Ceará variam de 0 a 100 pontos. Valores acima de 50 pontos indicam crescimento ou expansão da variável e, abaixo de 50, representam redução da variável.

(4,5%) e Sergipe (4,3%) também registraram bons resultados em termos de taxas de crescimento do PIB (Tabela 11).

O movimento de desconcentração regional da produção da indústria de transformação contribuiu significativamente para esses resultados. Considerando o valor da transformação industrial da Pesquisa Industrial Anual (PIA), do IBGE (2007b), a produção industrial na região Nordeste, que ocupava a quarta posição em 1996, passou a ser a terceira mais importante do País em 2004.

A variação do valor real da transformação industrial revela a intensidade do processo de desconcentração. No Nordeste, esse percentual foi de 22,8% entre 1996 e 2004, inferior somente à região Centro-Oeste (120,9%). Com relação ao número de unidades industriais e de pessoas ocupadas, as taxas de crescimento foram de, respectivamente, 49,5% e 42,8%, nesse intervalo, superando amplamente o desempenho da região Sudeste. Os setores que mais evoluíram em termos de participação no valor da transformação industrial, nesse período, foram os produtores de *commodities* (celulose e papel, produtos químicos, refino de petróleo e álcool, produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos) e os intensivos em trabalho (vestuário, têxtil e calçados), além da indústria automotiva beneficiada, sobretudo pelos investimentos realizados no Estado da Bahia.

Esse perfil da indústria nordestina permanece no contexto atual. O aumento da produção industrial nordestina no acumulado do ano decorre dos resultados positivos de nove das onze atividades pesquisadas. As atividades que se destacaram foram celulose e papel (21,8%), metalurgia básica (11,9%) e alimentos e bebidas (4,4%). Os segmentos produtores de *commodities* estão sendo beneficiados pelas altas cotações vigentes no mercado internacional e pela crescente demanda chinesa, enquanto a indústria de alimentos e bebidas tem sido estimulada pelo crescimento da massa de rendimentos. Vale destacar que esse segmento tinha perdido participação no valor de transformação industrial, entre 1996 e 2004 (Gráfico 12).

Em contrapartida, o resultado negativo ficou por conta do segmento de vestuário que registrou queda expressiva de 14,5%, prejudicado pela concorrência asiática, sobretudo, da China, e pelo câmbio apreciado. Entretanto, as indústrias têxtil (7,1%) e de calçados (3,6%) continuam apresentando resultados positivos, apesar da crise enfrentada por esses setores em nível nacional.

Os três Estados Nordestinos pesquisados pelo IBGE registraram crescimento em outubro, comparativamente ao mesmo período do ano anterior. Vale salientar que Pernambuco e Ceará assinalaram os maiores incrementos da produção industrial entre os Estados investigados no País, nessa base de comparação (Gráfico 13).

Tabela 11 – Participação dos Estados Nordestinos no PIB de 2004 e 2003

Estados	Variação do Volume do PIB em 2004	Valor do PIB em Milhões de Reais 2004	Participação em 2004	Participação em 2003
Bahia	9,6	86.882	4,9	4,7
Maranhão	5,2	16.547	0,9	0,9
Ceará	4,6	33.261	1,9	1,8
Piauí	4,5	8.611	0,5	0,5
Sergipe	4,3	13.121	0,7	0,8
Alagoas	3,9	11.556	0,7	0,7
Pernambuco	3,9	47.697	2,7	2,7
Rio Grande do Norte	2,2	15.906	0,9	0,9
Paraíba	1,6	14.863	0,8	0,9

Fonte: IBGE (2007b).

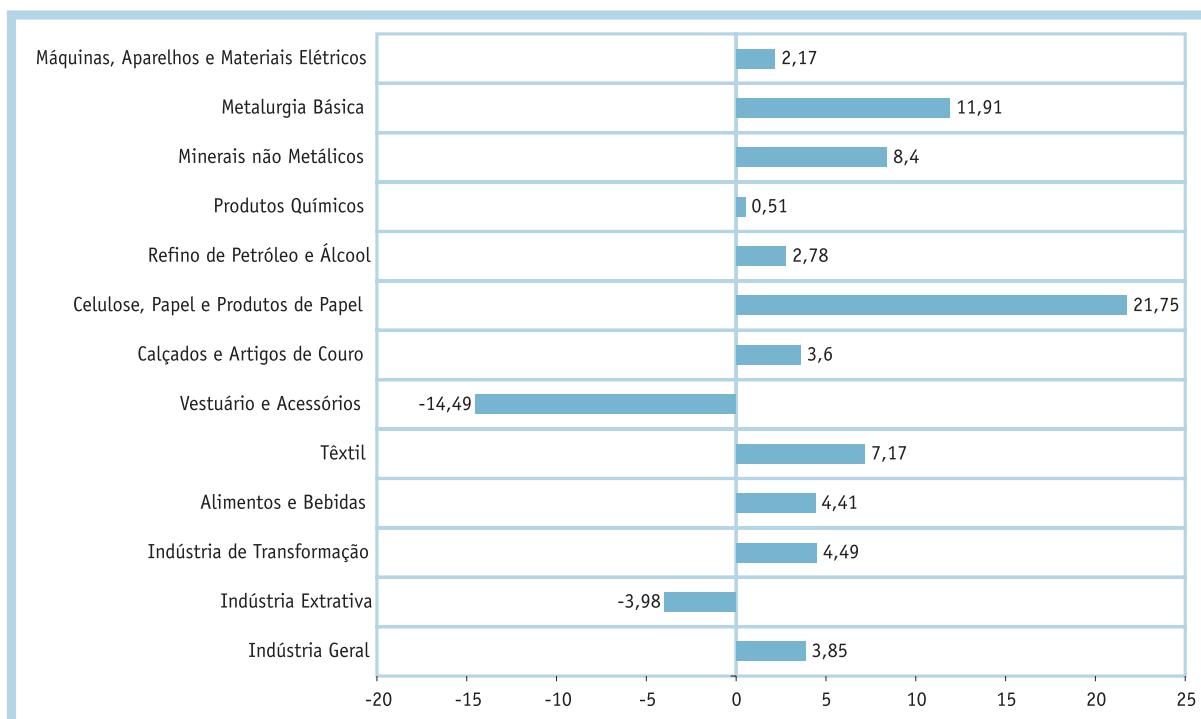


Gráfico 12 – Nordeste: Produção Industrial por Setor de Atividade. Taxa de Variação Acumulado no Ano (Outubro/2006)

Fonte: IBGE (2006b).

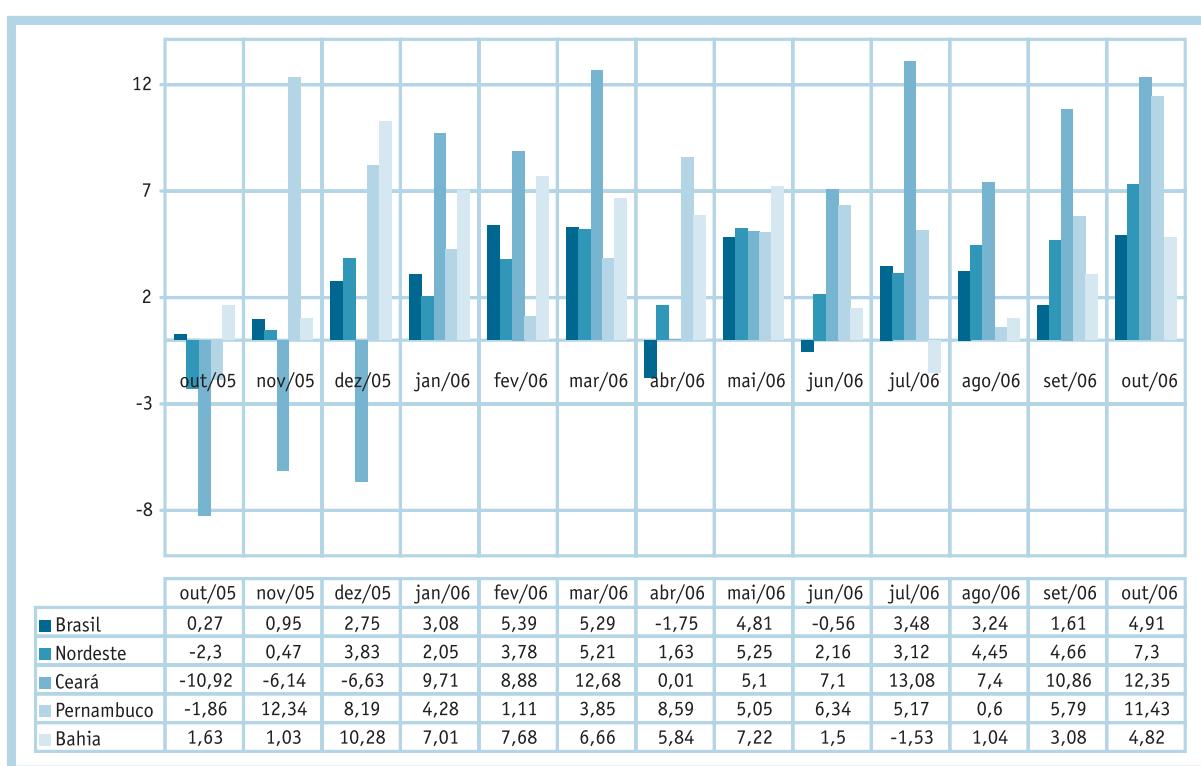


Gráfico 13 – Evolução da Produção Industrial. Brasil, Nordeste, Pernambuco e Bahia. Taxas de variação Mensal

Fonte: IBGE (2007c).

No ano, o destaque fica com o Ceará (8,8%) – o segundo maior incremento entre os locais pesquisados pelo IBGE. Os Estados de Pernambuco (5,3%) e Bahia (4,0%) também sinalaram desempenho satisfatório, com incremento superior aos 2,9% da média nacional.

A trajetória da taxa acumulada nos últimos doze meses aponta para uma expansão do ritmo da atividade industrial nos Estados nortistas investigados ao longo de 2006, sobretudo a partir do segundo semestre. Os dados revelam que, no Ceará, a aceleração do crescimento industrial foi ainda mais acentuada, revertendo a trajetória de desaceleração observada em 2005 (Gráfico 14).

No caso cearense, o aumento de 12,4%, no mês de outubro, na comparação com outubro de 2005, resultou do acréscimo de oito das dez atividades industriais pesquisadas. Os maiores acréscimos foram nas indústrias de produtos

químicos (40,1%), alimentos e bebidas (26,1%) e calçados e artigos de couro (13,3%). Por outro lado, os segmentos que registraram recuo foram: refino de petróleo e produção de álcool (-33,9%) e vestuário (-9,0%).

No acumulado dos últimos dez meses, a indústria cearense registrou uma expansão de 8,8%, com oito das dez atividades investigadas apresentando taxas positivas. Os ramos que se destacaram foram máquinas, aparelhos e material elétrico (91,0%), produtos químicos (31,5%) e têxtil (13,7%). Em contrapartida, as duas retrações vieram de vestuário (-13,6%) e de minerais não-metálicos (-6,6%).

O resultado negativo do segmento de vestuário está em grande parte vinculado ao desempenho das exportações. Segundo dados do Centro Internacional de Negócios (CIN) da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC, 2007), as vendas de confecções do Esta-

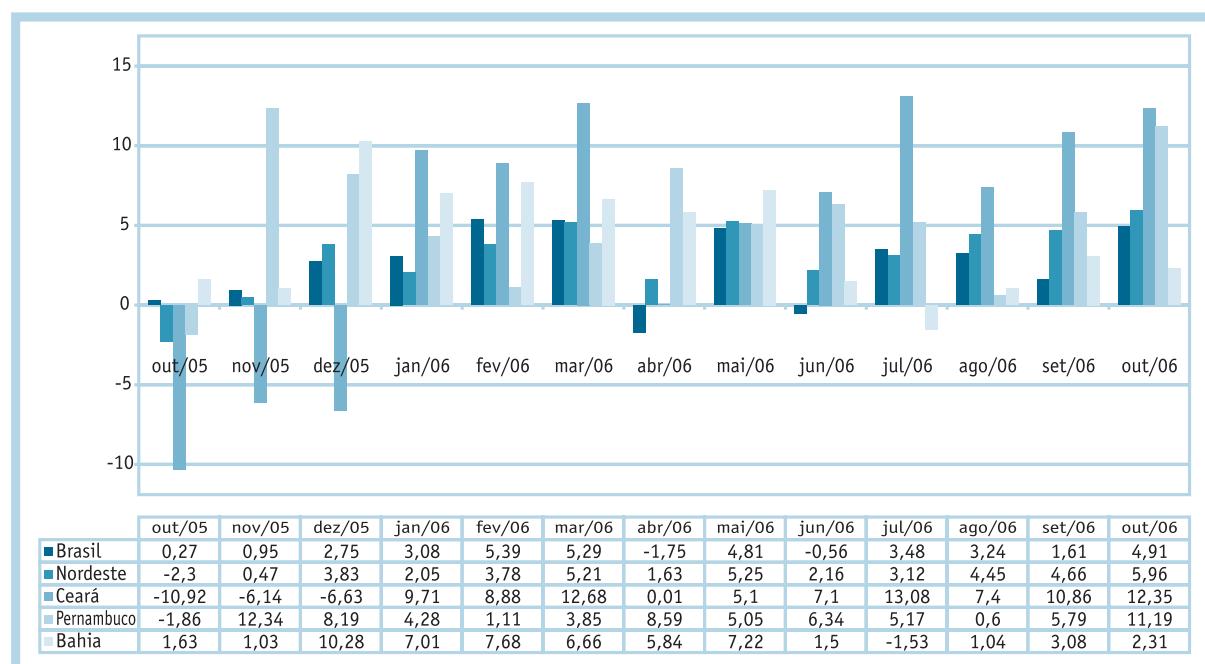


Gráfico 14 – Nordeste. Evolução da Produção Industrial. Brasil, Nordeste, Bahia, Ceará e Pernambuco.
Taxa de Variação Acumulado de 12 meses (Out.05-Out.06)

Fonte: IBGE (2007c).

do, para o mercado internacional, assinalaram uma queda expressiva de 66,1%, passando de US\$ 24,2 milhões para US\$ 8,2 milhões. Isto implicou o recuo de 2,9% para 0,9% da participação do setor de confecções nas exportações cearenses. A desvalorização do dólar e a concorrência da China e da Índia são apontadas como os principais fatores para a queda das exportações. Ademais, a entrada ilegal de produtos estrangeiros tem prejudicado o desempenho do mercado interno, análise válida para todo o País.

O impacto sobre a geração de emprego tem sido significativo. Segundo o CIN, o setor têxtil e de confecções gera um total de 1,6 milhão de empregos, sendo que o Ceará participa com 60 mil. De 2002 até julho de 2006, em torno de 260 mil empregos foram eliminados no País. Desse total, 18 mil trabalhadores perderam o emprego no Ceará, principalmente, no segmento de confecções (FIEC, 2007).

Na indústria baiana, a expansão de 2,3% da produção no mês de outubro decorreu do incremento de quatro das nove atividades industriais pesquisadas. Esse desempenho deve-se, principalmente, aos resultados favoráveis de alimentos e bebidas (9,5%) e metalurgia básica (3,3%). Em contrapartida, apresentaram as maiores quedas na produção os ramos de veículos automotores (-13,6%) e produtos químicos (-1,2%).

No acumulado do ano, cinco dos nove setores investigados contribuíram para o crescimento de 4,0% da produção industrial baiana. As atividades que mais se expandiram foram celulose e papel (24,6%), refino de petróleo e produção de álcool (5,4%) e de metalurgia básica (11,2%). Além desses segmentos pesquisados pelo IBGE, registra-se o bom desempenho das indústrias calçadistas instaladas na Bahia que não foram afetadas pela crise do setor em nível nacional.

Conforme levantamento da Abicalçados (2007), as empresas instaladas na Bahia apresentam resultados positivos e, pelo menos duas grandes empresas estudam expansão da capacidade produtiva e lançamento de novos produtos. É o caso da fabricante Azaléia que possui quatorze unidades no Estado, com produção próxima de 80 mil pares dia, com mais 8,5 mil empregos na região de Itapetinga, onde estão localizadas a unidade Nordeste e suas filiais. A redução das vendas externas foi compensada com a criação de novos produtos, como a linha OLK, da marca Olympikus, que é atualmente líder no País, com incremento de 25% em 2006.

Já a fabricante Bibi produz oito mil pares diárias de calçados infantis, em Cruz das Almas, resultado da expansão de mais de 30% na capacidade produtiva, o que permitiu a geração de 200 novos empregos em 2006. A estratégia da empresa é investir no design e na fabricação de produtos diferenciados com maior valor agregado.

Em contraposição, os ramos de veículos automotores (-6,0%) e alimentos e bebidas (-1,8%) registraram as maiores quedas. No caso do setor automobilístico, o anúncio recente de investimentos no País de mais de US\$ 2,2 bilhões entre 2007 e 2011, concentrados principalmente na região Nordeste, feito pelo Presidente da Ford, na América do Sul, certamente contribuirão para reverter os resultados negativos de 2006. Além de fortalecer a unidade de produção localizada na Bahia, a Ford comprou 100% das ações da Troller Veículos Especiais S/A, montadora de jipes cearense, com fábrica na cidade de Horizonte. Com isso, a Ford pretende ampliar sua presença no segmento de veículos leves off-road. Esse anúncio ocorre no momento de reestruturação da multinacional, em nível mundial, com o objetivo de evitar maiores perdas de mercado para os concorrentes. Vale registrar que as vendas da montadora nos Estados Uni-

dos assinalaram uma queda de 7,9% em 2006, comparativamente a 2005.

A aquisição da Troller pela Ford faz parte de um movimento crescente de fusões e aquisições na região Nordeste. Segundo dados da consultoria KPMG reproduzidos pelo jornal *O Povo*, o número de operações envolvendo fusões e aquisições de empresas do Nordeste cresceu 138% nos nove primeiros meses do ano, comparativamente ao mesmo período de 2005, com liderança da Bahia (19 operações), seguida por Pernambuco (6), Sergipe (6), Maranhão (6) e Ceará (5) (AQUISIÇÃO..., 2007). Foram 50 transações no acumulado janeiro-setembro contra somente 21 no mesmo período de 2005.

Na indústria Pernambucana, nove dos onze setores investigados contribuíram para a for-

mação da taxa de 11,2% em outubro, frente ao mesmo período do ano anterior, com ênfase para alimentos e bebidas (22,9%), celulose e papel (25,8%) e produtos químicos (5,6%). As únicas quedas estão vinculadas a máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-15,3%) e minerais não-metálicos (-14,3%).

No período janeiro-outubro, a taxa de crescimento da produção pernambucana foi de 5,3%, com incremento em quatro dos nove ramos pesquisados. Os destaques positivos foram observados em alimentos e bebidas (10,7%) e metalurgia básica (9,9%). Em sentido contrário, as principais influências negativas foram registradas no segmento produtos químicos (-9,6%) e máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-9,2%).

3.3 - Nível de Utilização da Capacidade Instalada

A Sondagem Conjuntural da Indústria de Transformação, realizada para o mês de outubro pela Fundação Getúlio Vargas, indica que o Nível de Utilização da Capacidade Instalada (NUCI), sem ajuste sazonal, alcançou 84,2% no terceiro trimestre ante 83,8% no trimestre terminado em julho. O aumento da utilização da capacidade instalada não foi suficiente para atingir o patamar registrado em outubro de 2005 (85,2%) e muito menos o nível recor-

de atingido em outubro de 2006 (86,1%) (FGV, 2007), (Tabela 12).

Analizando por categoria de uso, constatou-se que o NUCI do setor produtor de bens de capital registrou ligeira queda, passando de 84,0% no trimestre anterior para 83,5% no trimestre terminado em outubro. A redução do NUCI, em confronto com os bons resultados em termos de expansão da produção industrial, sugere a maturação de investimentos em

Tabela 12 – Brasil. Nível de Utilização da Capacidade Instalada (NUCI). Percentuais

Discriminação	2003		2004				2005				2006			
	julho	Outubro	Janeiro	Abri	Julho	Outubro	Janeiro	Abri	Julho	Outubro	Janeiro	Abri	Julho	Outubro
Indústria de Transformação	80,4	81,6	80,8	81,9	84,5	86,1	83,6	84,4	84,7	85,2	83,6	83,1	83,8	84,2
Setores														
Bens de Consumo	75,3	77,1	75,1	75,7	80,4	82,2	75,6	79,6	82,3	82,6	81,4	77,7	80,2	80,8
Bens de Capital	71,2	77,5	75,1	79,1	81,8	81,2	83,4	82,5	82,4	81,2	77,5	81,9	84,0	83,5
Material de Construção	78,7	78,4	80,5	81,9	80,5	86,4	85,2	83,8	80,2	80,0	80,8	85,8	84,6	87,0
Bens de Consumo Intermediário	86,3	86,3	85,7	87,2	87,4	88,9	87,8	87,5	87,2	87,5	86,0	86,2	87,7	87,9

Fonte: FGV (2007). Elaboração: Equipe BNB-ETENE/Conjuntura Econômica.

ampliação da capacidade produtiva no setor de bens de capital.

O NUCI do setor de bens de consumo duráveis foi de 80,8%, ligeiramente superior ao patamar observado no trimestre anterior (80,2%), apesar do bom desempenho do setor nesse período, influenciado pela expansão do crédito e da massa salarial. O forte crescimento das importações, beneficiado pelo real valorizado, também tem contribuído para evitar um aumento significativo da utilização da capacidade instalada nesse segmento.

Já o setor de material de construção continua assinalando incrementos relevantes no nível de utilização da capacidade instalada, passando de 84,6% no segundo trimestre para 87,0% no terceiro trimestre. Isto se deve, em grande parte, ao ciclo de expansão do financiamento residencial bem como às políticas de incentivos ao setor da construção civil, implementadas pelo Governo Federal.

No caso do setor de bens intermediários – o NUCI alcançou 87,9%, um pouco acima do nível do trimestre terminado em julho, após ter registrado uma queda na passagem do segundo para o terceiro trimestre. Por um lado, essa relativa estabilidade se explica em função do crescimento da produção de bens intermediários em 2006 se encontrar num patamar inferior à média agregada nacional, que pode estar revelando, para alguns segmentos específicos, a substituição da oferta interna por importações, dada a condição cambial favorável.

Por outro lado, a manutenção do NUCI desse segmento acima do nível de utilização da in-

dústria de transformação resulta, em grande medida, das condições ainda favoráveis dos preços das *commodities* metálicas no mercado internacional e da forte demanda de alguns bens intermediários por parte da China.

Para 2007, a Sondagem Especial da Indústria de Transformação – Quesitos Especiais, da FGV (2007), registrou um crescimento do número de empresas que planejam aumentar os investimentos produtivos em 2007. Em relação ao levantamento realizado em outubro de 2004, a proporção de empresas que programam aumentar os gastos com investimento é de 39%, acima dos 38% que previam o mesmo em 2006. Vale mencionar também que diminuiu de 22% para 13%, a proporção de empresas projetando recuo dos investimentos.

Essa tendência é confirmada por levantamento realizado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES, 2007b). O trabalho analisou nove setores da indústria, cinco da infra-estrutura, além de software e construção residencial, com objetivo de verificar os resultados referentes aos horizontes de investimentos da indústria para o período 2007-2010¹⁰. A maior parte dos investimentos será direcionada para setores de bens intermediários e de *commodities*, como petróleo e gás, mineração, siderurgia, papel e celulose e petroquímica. Esses segmentos respondem por R\$ 311 bilhões, ou seja, 82% do total dos investimentos¹¹. Vale destacar que esses segmentos têm forte presença na região Nordeste (Tabela 13).

São setores predominantemente intensivos em capital e com investimentos focalizados em projetos de longo prazo de maturação. Outro

¹⁰ Os setores pesquisados responderam, em 2005, por 63% da taxa de todo o investimento da indústria e por 15% da formação bruta de capital fixo da economia.

¹¹ Para chegar a essa conclusão sobre a trajetória de crescimento dos investimentos para 2007-2010, o BNDES reuniu informações sobre os pedidos de financiamento das empresas, os desembolsos na carteira de crédito do próprio banco e consultas realizadas a entidades empresariais e às próprias empresas.

Tabela 13 – Horizonte de Investimentos da Indústria (2007-2010)

Setores	Investimentos	
	R\$ Bilhão	%
Indústria	379,6	100,0
Petróleo e Gás	183,6	48,4
Extrativo Mineral	52,7	13,9
Siderúrgico	37,1	9,8
Papel e Celulose	20,0	5,3
Petroquímico	17,6	4,6
Automotivo	28,5	7,5
Eletrônico	15,6	4,1
Fármacos	4,6	1,2
Sucroalcooleiro	19,9	5,3

Fonte: Torres Filho e Puga (2006).

traço marcante está vinculado ao fato de suas operações serem realizadas, basicamente, com preços determinados em moeda estrangeira. O levantamento também ressaltou que as empresas pertencentes a esses segmentos são internacionalizadas e muitas são classificadas como “grau de investimento” pelo mercado financeiro internacional. Por fim, a expansão da produção direciona-se, em grande parte, para os mercados externos. Essas características fazem com que os investimentos desses setores tenham certa autonomia dos condicionantes macroeconômicos internos, como renda e taxa de juros.

No caso das empresas vinculadas ao setor de bens duráveis, os investimentos mais relevantes estão concentrados no setor automotivo e eletroeletrônico que estão respondendo favoravelmente aos sinais positivos da economia, como o ciclo de queda dos juros, o aumento da renda e a expansão do volume de crédito.

Os números apontam para uma taxa de crescimento dos investimentos na casa de

dois dígitos ao ano. Essa taxa foi obtida a partir de uma comparação realizada entre o volume total de investimentos programados pelas empresas entre 2007 e 2010, comparativamente ao período 2002 e 2005. Os maiores incrementos foram observados nos segmentos siderúrgico (20,8%), papel e celulose (16,9%) e petroquímico (14,8%) (Tabela 14).

Os fatores determinantes para impulsionar essas inversões são setoriais. No caso dos ramos de papel e celulose e siderurgia, por exemplo, está ocorrendo um deslocamento de bases produtivas, com a migração de fábricas do Hemisfério Norte para o Hemisfério Sul, onde as vantagens competitivas são maiores.

Finalmente, o levantamento conclui que, a efetivação dos investimentos de ampliação da capacidade produtiva programados pela indústria permitirá um incremento na taxa de investimento da economia de 1,4 ponto percentual do PIB, entre 2005 e 2010.

Tabela 14 – Crescimento dos Investimentos Programados (2007-2010/ 2002-2005)

Setores	Investimentos (R\$ bilhões)		Previsão de Crescimento (% ao ano)
	Realizado	Previsão	
	2002-2005	2007-2010	
Petróleo e Gás	99,2	183,6	13,1
Extrativa Mineral	29,8	52,7	12,1
Siderúrgico	14,4	37,1	20,8
Papel e Celulose	9,2	20	16,9
Petroquímico	8,8	17,6	14,8
Automotivo	20,9	28,5	6,4
Eletroeletrônico	8,2	15,6	13,9
Fármacos	3,9	4,6	3,4
Sucroalcooleiro	12,5	20,5	10,3
Indústria	207	380,2	12,9

Fonte: Torres Filho e Puga (2006).

3.4 - Comércio

3.4.1 - Desempenho do comércio no Brasil

O volume de vendas¹² do comércio brasileiro expandiu-se 10,2% em novembro de 2006, comparativamente ao mesmo período do ano anterior. Este crescimento foi acompanhado de um incremento um pouco menor na receita nominal (9,7%), indicando declínio no nível de preços dos bens comercializados.

Uma análise do comércio por ramo de atividade, conforme a realizada pela Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2007d), revela que as atividades de hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo; móveis e eletrodomésticos; equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação registraram taxas de variação do volume de vendas superiores aos aumentos das receitas nominais, no período de janeiro a novembro de 2006, em rela-

ção aos mesmos meses de 2005, como se pode depreender da Tabela 15.

As atividades que contribuíram positivamente para o desempenho do comércio no mês de novembro (em comparação ao mesmo período do ano passado), considerada a receita nominal do comércio varejista ampliado, foram, pela ordem de desempenho: outros artigos de uso pessoal e doméstico (elevação de 19,6%); material para construção (crescimento de 13,9%) e tecido, vestuário e calçados com elevação de 12,3%. Tiveram os piores desempenhos os setores combustíveis e lubrificantes (crescimento de 1%) e livros, jornais, revistas e papelaria (crescimento de 1,5%).

A ampliação da venda de material para construção é reflexo direto do bom desempenho da construção civil que vem apresentando trajetó-

¹² Dados do comércio varejista ampliado (que inclui as atividades de 1 a 10, listadas na tabela 15).

Tabela 15 – Brasil. Indicadores de Desenvolvimento do Comércio Varejista, segundo Grupos de Atividades PMC (nov./06)

Atividades	Receita Nominal				Volume de Vendas			
	Taxas de Variação				Taxas de Variação			
	Indicador mês/mês	Novembro	Jan.-Nov./06	12 Meses	Indicador mês/mês	Novembro	Jan.-Nov./06	12 Meses
COMÉRCIO VAREJISTA	0,93	9,09	7,5	7,58	0,56	9,22	6,25	6,1
1. Combustíveis e Lubrificantes	0,68	1,00	3,31	2,94	2,05	-2,58	-8,33	-8,24
2. Hipermercados, Supermercados, Produtos, Alimentícios, Bebidas e Fumo	0,84	9,05	6,37	6,02	0,22	9,17	7,64	7,01
3. Tecidos, Vestuários e Calçados	3,63	12,39	7,28	8,55	5,74	7,01	1,95	2,94
4. Móveis e Eletrodomésticos	0,61	10,38	8,15	8,58	0,51	14,86	10,93	10,74
5. Artigos Farmacêuticos, Médicos, Ortopédicos, de Perfumaria e Comunicação	-	7,81	9,42	9,87	-	3,42	3,96	4,34
6. Equipamentos e Materiais para Escritório, Informática e Comunicação	-	8,60	14,92	19,79	-	22,67	32,25	37,32
7. Livros, Jornais, Revistas e Papelaria	-	1,58	6,17	5,80	-	-3,11	0,94	0,57
8. Outros Artigos e Uso Pessoal e Doméstico	-	19,60	20,97	21,18	-	23,90	17,64	17,46
COMÉRCIO VAREJISTA AMPLIADO	-	9,74	7,72	7,59	-	10,22	6,46	6,11
9. Veículos e Motos, Partes e Peças	3,14	10,02	7,74	7,36	1,01	12,22	7,14	6,52
10. Material de Construção	-	13,99	9,57	8,73	-	10,42	5,39	4,37

Fonte: IBGE (2007d).

Nota: (*) Série com ajuste sazonal

ria positiva de crescimento há três trimestres, desde janeiro de 2006.

Considerando o volume de vendas do comércio varejista ampliado, as atividades que melhores desempenhos apresentaram no mês de novembro foram: outros artigos de uso pessoal e doméstico com crescimento de 23,9%; equipamentos e materiais para escritório (elevação de 22,6%) e móveis e eletrodomésticos (ampliação de 14,8%). Os que, sob este mesmo prisma, apresentaram piores desempenhos foram: livros, jornais, revistas e papelaria (-3,1%); combustíveis (-2,5%) e artigos farmacêuticos, médicos ortopédicos e de perfumaria (elevação de 3,4%).

Os incrementos de venda de equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação foram sentidos na produção industrial, que, no acumulado de janeiro a outubro/2006, apresentou expansão de 52,6% do volume produzido.

O desempenho da atividade equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação pode ser explicado pela elevação do con-

sumo de computadores, uma vez que, fatores como isenção fiscal por parte do Governo Federal e barateamento dos insumos importados (consequência da queda do dólar) concorreram para a redução de preços dos computadores e consequente ampliação das vendas.

A valorização do real também contribuiu indiretamente para a elevação das importações de artigos manufaturados, o que impulsionou o desempenho da atividade móveis e eletrodomésticos.

Prova de que os importados (sob a forma de insumos e produtos finais) vêm ocupando espaço é que, de acordo com os Boletins Setoriais da Funcex (2006c e 2006d) (Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior), o setor equipamentos eletrônicos apresentou elevação da sua quantidade (54,3%) e do valor total das importações (39,2%) durante o primeiro semestre de 2006 (apesar da queda de preços neste item).

O mesmo setor, no ano de 2005, assumiu o primeiro lugar no *ranking* de valor das importa-

ções (US\$ 9,2 bilhões), deslocando para o segundo lugar o setor de petróleo e carvão (US\$ 9 bilhões). Em 2006, no primeiro semestre, equipamentos eletrônicos, permaneceu na liderança, com vendas de US\$ 5,5 bilhões, enquanto refino de petróleo e petroquímicos (US\$ 5 bilhões) ocupou a segunda colocação.

Também nos dois meses anteriores (setembro e outubro), verifica-se o processo de crescimento apresentado pelo setor comercial no País. Esta tendência vem se mantendo nos últi-

mos doze meses pesquisados com aumento de 6,1% do volume de vendas (considerada a comparação dos últimos doze meses com igual período, imediatamente anterior).

A explicação para este aquecimento do comércio repousa em fatores como a redução da taxa média mensal de desocupação (razão entre população desocupada e a população economicamente ativa) bem como na elevação do rendimento médio real¹³ dos trabalhadores (de acordo com dados do SIDRA) (IBGE, 2006j; 2006l; 2007e).

3.4.2 - O comércio varejista no Nordeste

OCINCO estados nordestinos apresentaram crescimentos nos volumes mensais de vendas do comércio varejista¹⁴ superiores à média nacional (9,2%), em novembro de 2006, comparativamente ao mesmo mês de 2005. Alagoas foi o maior destaque com incremento de 39,4%, sendo seguido pelo Maranhão, com elevação de 17,0%; Ceará, com crescimento de 13,7%; Bahia com aumento de 13,4% e Pernambuco, com 11,8% de expansão.

Se tomarmos como referência o comportamento deste mesmo indicador, para o período de janeiro-novembro de 2006, ou o acumulado de dezembro de 2005 a novembro de 2006 (últimos doze meses), constata-se que quase

todos os Estados nordestinos¹⁵ apresentaram taxas de crescimento superiores às médias nacionais, como se pode depreender da Tabela 16.

Este mesmo comportamento também se repete no índice de receita nominal, como se pode observar no desempenho expressivo¹⁶ dos Estados nordestinos, conforme exposto na Tabela 17.

Cumpre ressaltar que a expressiva expansão do volume de vendas, no mês de novembro, do Estado de Alagoas, é parcialmente explicada por uma base de comparação deprimida, o ano de 2005.

Para este Estado, estão disponíveis os dados sobre endividamento¹⁷ em Maceió e Arapiraca. A situação na capital e no interior parecem ser

¹³ Para o cálculo do rendimento real empregaram-se os seguintes procedimentos: para cada Região Metropolitana deflaciona-se o rendimento pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) de cada Região e para deflacionamento do total das áreas utiliza-se a média ponderada deste mesmo índice, das seis regiões metropolitanas pesquisadas, e excluem-se os trabalhadores não remunerados ou que recebem somente benefícios.

¹⁴ O índice de volume de vendas do comércio varejista distingue-se do índice de volume de vendas do comércio varejista ampliado pela exclusão dos setores veículos, motos, partes e peças e material de construção.

¹⁵ Apenas Sergipe, na comparação entre novembro de 2006 e novembro de 2005 e no acumulado do ano, apresentou médidas abaixo das nacionais.

¹⁶ Apenas Piauí, Sergipe e Rio Grande do Norte, na comparação entre novembro de 2005 a novembro de 2006, tiveram desenvolvimento abaixo do nacional.

¹⁷ Trata-se de pesquisa realizada pelo Instituto Fecomércio de Estudos, Pesquisas e Desenvolvimento (IFEPD) e pela Federação do Comércio do Estado de Alagoas, sendo apoada pelo Banco do Nordeste do Brasil S/A.

Tabela 16 – Variação de Volume de Vendas no Comércio Varejista, por Unidade da Federação (Nov./2006).

Unidade da Federação	Variação		
	Mensal Out.06/Out.05	Acumulado	
		No ano	12 Meses
BRASIL	9,22	6,25	6,10
Maranhão	17,07	18,26	19,03
Piauí	6,84	12,45	14,59
Ceará	13,76	9,36	9,52
Rio Grande do Norte	3,77	11,41	13,28
Paraíba	8,91	8,55	10,47
Pernambuco	11,85	6,45	6,81
Alagoas	39,45	17,24	16,53
Sergipe	4,40	5,77	8,87
Bahia	13,40	9,50	9,05

Fonte: IBGE (2007d).

Tabela 17 – Variação da Receita Nominal de Vendas no Comércio Varejista, por Unidade da Federação - (Nov./2006).

Unidade da Federação	Variação		
	Mensal Nov.06/Nov.05	Acumulado	
		No ano	12 Meses
BRASIL	9,09	7,50	7,58
Maranhão	17,29	20,15	21,14
Piauí	7,52	13,72	16,04
Ceará	14,43	10,27	10,67
Rio Grande do Norte	3,38	11,66	13,72
Paraíba	10,02	11,51	13,75
Pernambuco	13,15	9,45	10,13
Alagoas	41,28	21,04	20,51
Sergipe	6,33	9,64	13,01
Bahia	15,71	13,04	12,44

Fonte: IBGE (2007d).

bem distintas. Em Maceió, onde se estima um potencial de consumidores residentes de cerca de 506.228 pessoas, constata-se que a taxa de consumidores com contas ou dívidas em atraso atinge o patamar médio de 56,5%, no período dezembro de 2005 a novembro de 2006. A parcela da renda dos consumidores que está comprometida com contas ou dívidas tais como cheques pré-datados, cartões de crédito, carnês de lojas, empréstimo pessoal, compra de imóvel e prestações de carros e seguros alcança 26,5%, no mesmo período.

As características sócio-demográficas do consumidor de Maceió com maior percentual de contas em atraso envolvem o agente de idade

superior a 35 anos, com até oito anos de escolaridade e das classes D e E. Não há diferença expressiva entre os sexos na determinação da taxa de consumidores com contas em atraso.

Em Arapiraca, com número de consumidores residentes¹⁸ em torno de 107.000, a taxa média de consumidores com dívidas em atraso é bem menor (21,6%), o mesmo ocorrendo com o comprometimento da renda (16,5%).

O indicador de consumidores com contas ou dívidas em atraso sofreu redução em Maceió, no mês de novembro, chegando ao menor percentual dos últimos doze meses até novembro de 2006: 49,2%. Este fato também pode ter favorecido a expansão do comércio em Alagoas.

¹⁸ Com idade superior a 18 anos.

Também estão disponíveis dados sobre taxa de endividamento do consumidor para a cidade de Fortaleza (IPDC, 2006). Nesta capital, o número de consumidores potenciais é estimado em 1.373.293, a taxa média de pesquisados com dívidas em atraso, no período dezembro de 2005 a novembro de 2006, está em torno de 32,8% e o comprometimento da renda, entre os mesmos, é da ordem de 22,3%.

No que concerne ao perfil do consumidor, constata-se que, em Fortaleza os consumidores do sexo feminino, de 25 a 34 anos, com até o primeiro grau e renda familiar mensal até cinco salários mínimos apresentam a maior taxa de contas ou dívidas em atraso.

A Pesquisa Mensal do Comércio fornece dados sobre volume e a receita nominal de dez atividades, para os Estados do Ceará, Pernambuco e Bahia, conforme a Tabela 18.

A análise da variação do volume de vendas no comércio varejista ampliado, por atividade e unidade da federação, revela que, dentre três Estados nordestinos, foram constatados declínios

nas quantidades vendidas, para o período de janeiro a novembro de 2006, primordialmente para dois setores: o de combustíveis e lubrificantes e o de livros, jornais revistas e papelaria.

No que concerne à atividade combustíveis e lubrificantes, o desempenho decorre da reação do consumidor aos sucessivos incrementos no preço da gasolina, que vem sendo substituída por combustíveis mais baratos, como álcool e gás veicular, ao mesmo tempo em que se dá o incremento da participação dos carros flex na frota nacional.

A exemplo do ocorrido na economia nacional, o maior incremento de vendas ocorreu na atividade equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação. O setor de informática foi particularmente favorecido pelo comportamento do dólar no período.

Para as cidades de Fortaleza, Natal, João Pessoa e Recife estão disponíveis informações de outras pesquisas conjunturais de comércio, sendo que, para o mês de novembro, apenas Recife e Fortaleza apresentam dados.

Tabela 18 – Variação de Volume de Vendas e Receita Nominal no Comércio Varejista Ampliado, por Atividades nos Estados Ceará, Pernambuco e Bahia (Nov./06)

Atividades	Jan.-Nov.06/ Jan.-Nov.05						Nov.2006/ Nov.2005					
	Ceará		Pernambuco		Bahia		Ceará		Pernambuco		Bahia	
	Volume de Vendas	Receita Nominal	Volume de Vendas	Receita Nominal	Volume de Vendas	Receita Nominal	Volume de Vendas	Receita Nominal	Volume de Vendas	Receita Nominal	Volume de Vendas	Receita Nominal
Comércio Varejista Ampliado	15,34	16,83	10,11	12,71	11,81	14,95	20,34	21,30	15,47	16,96	14,50	16,00
Combustíveis e Lubrificantes	-17,73	-7,80	-12,02	-0,24	-2,21	10,63	-14,53	-8,78	-13,19	-8,04	4,16	11,80
Hipermercados, Supermercados, Produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo	7,75	6,30	10,02	10,13	13,84	13,29	4,67	4,10	15,71	15,40	17,41	17,40
Tecidos, Vestuários e Calçados	7,79	11,23	-2,15	4,26	1,81	9,21	20,17	25,34	3,42	9,18	5,64	10,94
Móveis e Eletrodomésticos	27,44	25,21	20,20	19,29	20,46	20,49	35,01	31,61	30,62	28,33	23,76	22,69
Artigos Farmacêuticos, Médicos, Ortopédicos, de Perfumaria e Cosméticos	11,67	15,65	16,22	20,87	3,51	10,83	18,76	21,70	19,07	22,94	4,92	12,75
Livros, Jornais, Revistas e Papelaria	-2,68	1,56	-27,22	-25,78	-28,93	-26,43	16,11	20,10	-40,30	-39,06	-31,28	-29,15
Equipamentos e Materiais para Escritório, Informática e Comunicação	73,22	45,78	86,03	79,23	24,44	8,55	20,79	3,89	40,82	32,58	-0,85	-10,19
Outros Artigos de Uso Pessoal e Doméstico	13,00	19,54	7,72	16,39	11,86	18,40	32,10	37,77	23,69	31,16	16,92	24,03
Veículos e Motos, Partes e Peças	33,66	34,24	19,99	20,68	21,19	22,26	38,62	37,69	24,85	25,57	22,74	21,25
Materiais de Construção	8,77	15,35	6,20	10,49	3,65	9,13	19,08	26,27	12,30	17,01	-5,08	0,36

Fonte: IBGE (2006d).

As pesquisas conjunturais são importantes por envolverem variáveis não abrangidas na PMC como o nível de emprego no setor. Ademais, as amostras das pesquisas conjunturais envolvem estabelecimentos que apresentam pelo menos um empregado e, portanto, evidenciam o desempenho da atividade comercial para empresas de pequeno, médio e grande portes. A Pesquisa Mensal do Comércio entrevista somente empresas com vinte ou mais pessoas ocupadas.

A Região Metropolitana de Recife, de acordo com a pesquisa conjuntural da Fecomércio pernambucana, acompanhou, no mês de novembro, o desempenho do restante do Estado, dada a elevação de 10,2% no faturamento real¹⁹, em relação ao mesmo mês do ano anterior; crescimento do nível de emprego²⁰ de 3,97% e alteração do nível de salário (elevação de 2,6%) (FECOMÉRCIO-PE, 2006).

Em Fortaleza, o aumento do faturamento no mês de novembro de 2006, comparativamente a igual período de 2005, foi de 12,8%. Os setores que apresentaram maior expansão foram lojas de eletroeletrônicos, óticas e cine-foto-som (69,7%) e eletrodomésticos (54,4%). Quando são analisados os últimos doze meses,²¹ estas atividades também são as que apresentam maiores expansões no faturamento. Um aspecto a ser ressaltado é que, a despeito do bom desempenho das vendas, a variação nos últimos doze meses do emprego, no comércio em geral, foi negativa em -1,07%.

Um dos fatores que contribuíram para a expansão do comércio nacional (e, por consegü-

ência, regional) foi o aumento do volume de crédito ao longo do ano de 2006. Segundo dados do Bacen (2007a), o volume total de recursos emprestados a pessoa física no Brasil, (cheque especial, crédito pessoal, cartão de crédito, financiamento imobiliário, aquisição de bens e outros recursos de crédito não especificados) passou de 159 bilhões de reais em janeiro, para 191 bilhões de reais em novembro (representando uma elevação de 20%).

Os dados nacionais referentes a volume de crédito, o fato de as taxas de juros a pessoa física ao longo do ano apresentarem tênue tendência de declínio e o comportamento de outras variáveis já citadas (renda e taxa de câmbio) explicam porque determinados setores tiveram bom desempenho também no Nordeste, como móveis e eletrodomésticos, equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação e veículos e motos, partes e peças. Tais setores que englobam televisores, computadores e carros, comportam bens que, em virtude de seus valores elevados, são mais afetados pelas condições de crédito.

Os dados do Ceará, Pernambuco e Bahia exemplificam o bom desempenho destes setores. O volume de vendas (comércio varejista ampliado) de móveis e eletrodomésticos, no Ceará, teve elevação de 35,0% no mês de novembro, com relação ao mesmo período do ano anterior, enquanto a mesma variável, no Estado de Pernambuco, apresentou elevação de 30,6%. A variável receita nominal também confirma esta tendência na Bahia. O segmento equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação baiano apresentou, considerado

¹⁹ Receita mensal bruta da empresa decorrente da venda de mercadorias, incluindo impostos e taxas incidentes sobre o faturamento tais como: IPI, ICMS, CONFINS e outros, excluindo-se as receitas financeiras e não operacionais.

²⁰ Total de pessoas em atividade na empresa e por ela diretamente remuneradas, com vínculo formal ou informal.

²¹ Até novembro de 2006.

o acumulado do ano, alta de 24,4% no volume de vendas e 8,5% na receita nominal com relação à mesma época no ano passado.

Alerta-se, entretanto, que os indicadores de volume de vendas e receita nominal destes setores, para o mês de novembro, mostram

um arrefecimento do desempenho dos mesmos, chegando, no caso extremo do setor equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação na Bahia, a apresentar índices negativos de volume de vendas (-0,8) e receita nominal (-10,2).

3.5 - Produção Agropecuária

3.5.1 - Agricultura

FEm consonância com o terceiro (e último deste ano) levantamento de avaliação da safra 2006/2007 da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), observa-se uma redução na área destinada ao cultivo de grãos no País da ordem de 4,4% em relação à safra anterior, ou seja, passará de 47,2 para 45,2 milhões de hectares; a produção, porém, superará a safra 2005/2006 em 1,1%, atingindo a marca de 120,2 milhões de toneladas de grãos.

Enquanto a redução da área plantada pode ser creditada às baixas cotações dos produtos, à valorização do real e à descapitalização dos produtores, o aumento na produção é justificado pela não repetição das condições adversas da safra passada, representadas pelo excesso ou falta de chuvas, em especial nos Estados do Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Dentre os principais grãos da agricultura brasileira, os maiores incrementos na produção são verificados para as culturas de algodão-pluma (29,4%), algodão-caroço (25,5%) e feijão 1ª safra (20,8%). Reduções na produção podem ser observadas no trigo (-54,2%), feijão 2ª safra (-9,4%) e arroz (-4,4%) (Tabela 19).

A expectativa da CONAB para o algodão é de um aumento da área cultivada em 20,8% em relação à safra anterior, atingindo 1,03 milhão

de hectares. Esse fato contribuirá positivamente para o aumento na produção anteriormente destacado.

O estímulo para o aumento de área cultivada de algodão foi a tendência de melhoria dos preços nos mercados interno e externo, uma vez que a estimativa da oferta mundial da safra 2006/2007 encontra-se inferior à demanda do período. O Nordeste brasileiro contribuirá com um incremento de 16,9% na produção (abaixo da média nacional), puxado pelas produções do Piauí (25,0%), Bahia (20,1%) e Maranhão (15,8%) (Tabela 20).

O incremento na produção brasileira do feijão primeira safra (20,8%) serviu para平衡ar as quedas verificadas nas 2ª e 3ª safras, que apresentaram declínio de -9,4% e -3,5%, respectivamente. Assim sendo, a expectativa de produção de feijão total brasileira para a safra 2006/2007 obteve um leve acréscimo de 2,0%, atingindo 3.544 mil toneladas. Na primeira safra, todos os Estados brasileiros aumentaram a expectativa de produção, à exceção de Espírito Santo (-2,9%), Tocantins (-2,5%) e Minas Gerais (-0,5%). O Nordeste (BA) contribuiu com um aumento de 45,5%.

As condições climáticas contribuíram negativamente para a safra 2006/2007 de arroz: estia-

Tabela 19 – Estimativa da Produção em Grãos. Safras 2005/2006 e 2006/2007 (em 1.000 t)

Produto	Safra				Variação	
	05/06 (a)	06/07			Percentual	Absoluta
		2º Levantamento	Lim. Inf. (b)	Lim. Sup. (c)	Dezembro (d)	(d)/(a)
Algodão - Caroço ¹	1.68,7	1.973,2	2.076,2	2115,4	25,5	429,7
Algodão - Pluma	1.037,9	1.251,1	1.316,5	1342,9	29,4	305,0
Amendoim Total	267,7	244,4	248,6	249,8	-7,1	-17,9
Amendoim 1º Safras	209,4	186,8	191,0	192,2	-8,2	-17,1
Amendoim 2º Safras	58,4	57,6	57,6	57,6	-1,4	-0,8
Arroz	11.579,0	11.292,4	11.560,6	11067,5	-4,4	-511,4
Aveia	516,5	490,5	490,5	418,3	-19,0	-98,2
Centeio	6,6	6,2	6,2	6,2	-6,1	-0,4
Cevada	399,4	266,2	266,2	196,6	-50,8	-202,8
Feijão Total	3.473,2	3.505,4	3.537,4	3544	1,8	70,8
Feijão 1º Safras	1.149,0	1.349,2	1.381,2	1387,8	20,8	238,8
Feijão 2º Safras	1.469,7	1.331,8	1.331,8	1331,8	-9,4	-137,9
Feijão 3º Safras	854,5	824,4	824,4	824,4	-3,5	-30,1
Girassol	93,6	108,3	108,3	97	3,6	3,4
Mamona	103,9	125,3	129,2	151,6	45,9	47,7
Milho Total	41.682,2	42.860,6	43.539,0	43.567,5	4,5	1.885,3
Milho 1º Safras	31.808,1	32.923,8	33.602,2	33.630,7	5,7	1.822,6
Milho 2º Safras	9.874,1	9.936,8	9.936,8	9.936,80	0,6	62,7
Soja	53.413,9	53.916,7	55.224,1	54717,7	2,4	1.303,8
Sorgo	1.543,0	1.604,7	1.612,0	1610	4,3	67,0
Trigo	4.873,1	2.244,4	2.244,4	2234,3	54,2	-2.638,8
Triticale	306,3	242,3	242,3	242,3	-20,9	64,0
Brasil ²	119.944,1	118.880,6	121.285,0	120218,2	1,1	274,1

Fonte: Conab (2006c).

Notas: ¹ Produção de caroço de algodão.

² Exclui a produção de algodão em pluma.

Tabela 20 – Algodão em Caroço: Comparativo de Área, Produtividade e Produção: Safras 2005/2006 e 2006/2007

Região/UF	Área (em mil ha)			Produtividade (em kg/ha)			Produção (em mil t)		
	Safra 05/06	Safra 06/07	Var. %	Safra 05/06	Safra 06/07	Var. %	Safra 05/06	Safra 06/07	Var. %
Nordeste	300,5	336,7	12,0	2903	3029	4,4	872,3	1019,9	16,9
PI	7,3	7,3	-	2850	3300	15,8	20,8	24,1	15,8
MA	13,8	17,3	25,0	2820	2820	-	38,9	48,6	25,0
CE	9,7	9,7	-	825	825	-	8,0	8,0	-
RN	14,1	14,1	-	680	-	-100,0	9,6	-	-100,0
PB	8,5	8,5	-	810	-	-100,0	6,9	-	-100,0
PE	3,2	3,2	-	705	-	-100,0	2,3	-	-100,0
AL	10,2	10,2	-	405	-	-100,0	4,1	-	-100,0
BA	233,7	266,4	14,0	3345	3525	5,4	781,7	939,1	20,1
Centro-Oeste	465,6	617,9	32,7	3497	3603	3,0	1628,2	2226,5	36,8
MT	366,0	486,8	33,0	3600	3660	1,7	1317,6	1781,6	35,2
MS	30,0	43,8	45,0	3600	3603	0,8	108,0	157,9	46,2
GO	66,7	84,7	27,0	2905	3270	12,6	193,1	277,0	43,0
DF	2,9	2,9	-	3030	3450	13,9	8,8	10,0	13,9
Sudeste	74,2	64,9	-12,5	2602	2745	5,5	193,1	178,3	-7,7
MG	30,4	32,5	7,0	2850	2910	2,1	86,6	94,7	9,3
SP	43,8	32,4	-26,0	2430	2580	6,2	106,4	83,6	-21,4
Sul	15,9	14,9	-6,0	1890	2250	19,0	30,1	33,6	11,9
PR	15,9	14,9	-6,0	1890	3029	19,0	30,1	33,6	11,9
Norte/Nordeste	300,5	336,7	12,0	2903	3029	4,4	872,3	1019,9	16,9
Centro-Sul	555,7	697,8	25,6	3331	3495	4,9	1851,3	2438,4	31,7
Brasil	856,2	1034,4	20,8	3181	3343	5,1	2723,6	3458,3	27,0

Fonte: Conab (2006c).

gem no período de plantação e geada nos períodos de floração e frutificação. A estiagem que acometeu o Estado do Rio Grande do Sul (responsável por 58% da produção nacional) provocou redução de 12,6% na sua produção. Como consequência, o volume produzido no País caiu 4,4%, amenizado pelos aumentos de produção verificados no Norte, Nordeste e Centro-Oeste (9,4%, 8,3% e 17,6%, respectivamente).

O milho brasileiro sofreu uma redução de aproximadamente 1,1% em sua área cultivada na safra 2006/2007. A região Sul, apesar de reduzir em 6,6% sua área, ainda continua como maior produtor nacional, respondendo por 43,5% da produção. O Nordeste do Brasil permanece com uma participação de 8% da produção nacional, produzindo 3.504,4 mil toneladas. Dentre os principais motivos que levaram à

redução na área plantada, podemos citar a migração dos produtores da região Sul para o cultivo da soja e feijão, que apresentam menores custos de produção. Apesar disso, a quantidade produzida elevou-se em relação à safra 2005/2006 em 4,5%, atingindo 43,57 milhões de toneladas. Contribuindo positivamente para esses números, encontramos os Estados da Bahia, Goiás e Minas Gerais, que elevaram suas produções em 39,6%, 18,0% e 14,8%, respectivamente, com incrementos na área plantada menos que proporcionais aos aumentos da produção: 4,1%, 12,5% e 2,9%, respectivamente (Tabela 21).

Tal como o milho, a área destinada ao cultivo da soja apresentou uma redução aproximada de 7,1% em relação à safra anterior, passando a ser cultivada em 20.660,2 mil hectares. Esse fato é

Tabela 21 – Milho Total (1^a e 2^a Safras): Comparativo de Área, Produtividade e Produção: Safras 2005/2006 e 2006/2007

Região/UF	Área (em mil ha)			Produtividade (em kg/ha)			Produção (em mil t)		
	Safra 05/06	Safra 06/07	Var. %	Safra 05/06	Safra 06/07	Var. %	Safra 05/06	Safra 06/07	Var. %
Norte									
RR	538,5	560,1	4,0	1.996	1.948	-2,4	1.074,6	1.091,1	1,5
RO	12,2	12,2	-	2.000	2.000	-	24,4	24,4	-
AC	124,2	140,2	12,9	1.865	2.001	7,3	231,6	280,5	21,1
AM	36,6	37,0	1,1	1.459	1.497	2,6	53,4	55,4	3,7
AP	12,9	12,9	-	1.798	1.868	3,9	23,2	24,1	3,9
PA	1,5	1,6	6,7	800	813	1,6	1,2	1,3	8,3
TO	275,7	280,1	1,6	2.078	1.900	-8,6	572,9	532,2	-7,1
Nordeste	75,4	76,1	0,9	2.227	2.276	2,2	167,9	173,2	3,2
MA	2.826,1	2.879,9	1,9	1.167	1.217	4,3	3.297,0	3.504,4	6,3
PI	362,7	366,3	1,0	1.170	1.210	3,4	424,4	443,2	4,4
CE	265,3	283,9	7,0	879	855	-2,7	233,2	242,7	4,1
RN	638,8	638,8	-	1.159	1.035	-10,7	740,4	661,2	-10,7
PB	84,0	84,0	-	625	575	-8,0	52,5	48,3	-8,0
PE	187,6	187,6	-	900	622	-30,8	168,8	116,7	-30,9
AL	283,4	283,4	-	780	493	-36,8	221,1	139,7	-36,8
SE	83,7	83,7	-	630	615	-2,4	52,7	51,5	-2,3
BA	142,7	142,7	-	1.680	1.235	-26,5	239,7	176,2	-26,5
Centro-Oeste	777,9	809,5	4,1	1.497	2.007	34,1	1.164,2	1.624,9	39,6
MT	2.327,6	2.451,6	5,3	3.911	4.047	3,5	9.102,6	9.920,7	9,0
MS	1.014,5	1.055,2	4,0	3.630	3.688	1,6	3.682,6	3.892,0	5,7
GO	610,9	613,5	0,4	3.434	3.501	2,0	2.098,0	2.147,9	2,4
DF	662,8	745,7	12,5	4.660	4.889	4,9	3.088,8	3.645,9	18,0
Sudeste	39,4	37,2	-5,6	5.919	6.315	6,7	233,2	234,9	0,7
MG	2.472,0	2.442,4	-1,2	3.881	4.127	6,3	9.594,2	10.079,8	5,1
RJ	1.371,7	1.412,1	2,9	3.850	4.293	11,5	5.280,8	6.062,6	14,8
ES	39,8	40,1	0,8	2.101	2.551	21,4	83,6	102,3	22,4
SP	11,1	11,1	-	2.396	2.270	-5,3	26,6	25,2	-5,3
Sul	1.049,4	979,1	-6,7	4.005	3.973	-0,8	4.203,2	3.889,7	-7,5
PR	4.720,4	4.409,8	-6,6	3.943	4.302	9,1	18.613,8	18.971,5	1,9
SC	2.499,6	2.302,7	-7,9	4.356	4.788	9,9	10.887,6	11.026,1	1,3
RS	784,8	714,2	-9,0	4.050	4.650	14,8	3.178,4	3.321,0	4,5
Norte/Nordeste	1.436,0	1.392,9	-3,0	3.167	3.320	4,8	4.547,8	4.624,4	1,7
Centro-Sul	3.364,6	3.440,0	2,2	1.299	1.336	2,8	4.371,6	4.595,5	5,1
Brasil	9.520,0	9.303,8	-2,3	3.919	4.189	6,9	37.310,6	38.972,0	4,5
	12.884,6	12.743,8	-1,1	3.235	3.419	5,7	41.682,2	43.567,5	4,5

Fonte: Conab (2006c).

explicado pelo receio dos produtores, diante das adversidades climáticas da safra passada. Mesmo com essa redução, a produtividade média passou para 2.648 kg/ha, 10,2% superior ao período 2005/2006, aumento creditado às condições climáticas favoráveis ao plantio em áreas mais produtivas (CONAB, 2006c).

O aumento da produtividade da soja elevou a produção total no período em 2,4%, atingindo 54.717,7 mil toneladas. O Nordeste permaneceu com o mesmo nível de participação no cômputo nacional, 6,77%, registrando uma redução na área plantada de 1,5% e aumento de 4,0% na produção.

O último levantamento da safra 2006/2007 de café aponta um aumento de 29,0%, tendo por base a safra 2005/2006, com a produção de 42,5 milhões de sacas de 60kg, numa área de 2,3 milhões de hectares. A principal razão para esse incremento é a bianualidade positiva da cultura, aliada aos bons tratos culturais e recuperação dos preços. Quando comparamos com a safra 2004/2005 (safra também beneficiada pela bianualidade positiva), observamos

um aumento de 8,25% na produção. Os maiores produtores da safra 2006/2007 tendem a manter suas posições, Minas Gerais (51,7%), Espírito Santo (21,2%), São Paulo (10,5%) e Bahia (5,3%), variando, porém, suas participações relativas para 2007/2008: 43,6%, 28,0%, 7,5% e 7,0%, respectivamente. Isso mostra um aumento percentual de produção na Bahia e Espírito Santo, ganhando espaços do norte de Minas Gerais e São Paulo, este último cedendo lugar para a cultura da cana-de-açúcar (Tabela 22).

Em contrapartida ao bom desempenho da safra 2006/2007, o primeiro levantamento de expectativa da safra de café 2007/2008 divulgado em dezembro/07 pela CONAB (2006a) aponta uma tendência de redução entre 26,9% e 23,9% na produção total, influenciada pela queda de 3,1% na área plantada e 23,1% na produtividade. A bianualidade negativa, associada às condições climáticas adversas no período de floração, explica essa redução. Quando comparamos com a safra 2005/2006 (também afetada pela bianualidade negativa), a safra 2007/2008 apresenta-se 4,9% inferior àquela.

Tabela 22 – Café Beneficiado. Comparativo de Produção

UF/Região	Produção (Mil sacas beneficiadas)									
	Safra 2006/2007			Safra 2007/2008				Total (b)		
	Arábica	Robusta	Total (a)	Infer.	Super.	Infer.	Super.	Infer.	Super.	
Minas Gerais	21957	30	21987	13368	14063	29	31	13397	14094	
Sul e Centro-Oeste	12043	-	12043	6028	6190	-	-	6028	6190	
Triângulo, Alto Paranaíba e Noroeste	4313	-	4313	2643	2940	-	-	2643	2940	
Zona da Mata, Jequitinhonha, Mucuri, Rio Doce, Central e Norte	5601	30	5631	4697	4933	29	31	4726	4964	
Espírito Santo	2128	6881	9009	1840	1910	7107	7152	8947	9062	
São Paulo	4470	-	4470	2340	2420	-	-	2340	2420	
Paraná	2248	-	2248	1690	1860	-	-	1690	1860	
Bahia	1725	526	2251	1685	1750	509	529	2194	2279	
Rondônia	-	1263	1263	-	-	1420	1467	1420	1467	
Mato Grosso	25	225	250	12	15	153	165	165	180	
Pará	-	280	280	-	-	287	315	287	315	
Rio de Janeiro	255	9	264	188	195	6	7	194	202	
Outros	207	283	490	173	181	267	281	440	462	
BRASIL	33015	9497	42512	21296	22394	9778	9947	31074	32341	

Fonte: Conab (2006a).

O mercado de grãos vem apresentando sinais de melhora, comparado ao início de 2006, em especial para o milho. No caso da soja, o quadro ainda é preocupante, em virtude de projeções de novas safras recordes nos Estados Unidos, maior produtor mundial, e estoque de passagem ainda elevado. Isso ocasiona pressão sobre os preços, o que deverá provocar pouca reação das cotações internacionais no curto prazo. Na Bolsa de Chicago (CBOT), principal formadora de preço para essa cultura no mercado internacional, os preços futuros da soja estão cotados a US\$ 243,52/t, para vencimento em janeiro de 2007, e US\$ 265,56, para vencimento em janeiro de 2008, crescimento de 9,1%, em um ano (CMA, 2006).²² Pelo Índice CEPEA/ESALQ, o valor comercializado da soja no mercado à vista está em US\$ 246,83, valor superior ao projetado para janeiro próximo (CEPEA, 2006a).

No mercado interno, o preço da soja está contado a R\$ 31,81/sc 60kg, pelo Índice CEPEA/ESALQ, cuja referência é o Estado do Paraná. Na Região Nordeste, os preços estão menos atraentes para os produtores, com valores de R\$ 25,80/sc 60kg, em Balsas (MA), e R\$ 25,50/sc 60kg, em Barreiras (BA), conforme visualizado no Gráfico 15. Estes valores, porém, estão melhores que os apresentados no mesmo período de 2005, de R\$ 23,50/sc 60kg em Balsas e R\$ 24,00/sc 60kg em Barreiras, valores próximos ao que é praticado atualmente em Sorriso (MT), de R\$ 23,80/ sc 60kg.

Espera-se que haja aumento nos preços da soja para os próximos meses, porém, de forma pouco expressiva. Os fatores para este comportamento, segundo a Conab (2006b), seriam: contínuo crescimento da produção mundial e consumo em menor ritmo de crescimento que o da produção, o que ocasionaria estoques elevados. Outros pontos que merecem destaque para a próxima safra são: ainda a forte va-

lorização do Real frente ao Dólar; os custos deverão continuar elevados, em virtude do reajuste nos preços da mão-de-obra e do diesel; maior controle da ferrugem asiática e fretes caros (por conta das más condições das vias de escoamento da produção); e substituição da soja por outras culturas mais rentáveis, como a cana-de-açúcar, o algodão e o milho, o que reduzirá a área plantada, embora aquela tenha maior liquidez. Tudo isto, somado à baixa rentabilidade do produtor, em virtude dos preços auferidos nas últimas safras, tende a reduzir a intenção no plantio da soja para a próxima safra (Gráfico 15).

No caso do milho, observam-se melhores condições de preço para o final do ano de 2006. Comparativamente a 2005, todas as praças analisadas apresentaram incrementos significativos de preço para o mês de dezembro, conforme se observa no Gráfico 16. Essa melhora nas condições para o produtor teve início no segundo semestre deste ano, em São Paulo e Cascavel, e em outubro, nas praças nordestinas. Em Fortaleza (CE), a saca do milho de 60kg estava cotada em R\$ 20,00, em janeiro de 2006, passando a R\$ 26,00, na primeira quinzena de dezembro, incremento de 30,0%. Observa-se igual crescimento, considerando o mesmo período de 2005. Em Barreiras (BA), comportamento semelhante, com forte elevação dos preços, de 76,9%, passando de R\$ 13,00 para R\$ 23,00, entre janeiro e dezembro de 2006. Vale lembrar que estes valores apenas são resultados da recuperação do preço do milho no mercado nacional, em virtude da sua desvalorização, que vem ocorrendo desde o primeiro semestre de 2003. Os preços da saca do milho em Fortaleza (CE) e Barreiras (BA) estavam cotados em R\$ 27,00 e R\$ 23,00, respectivamente, em janeiro de 2003.

Esta elevação nos preços do milho está fortemente relacionada com a decisão dos Estados

²² Preços de fechamento da bolsa para o dia 14 de dezembro de 2006, convertidos de cents/bushel para US\$/toneladas.

Unidos de produzir álcool a partir do processamento do milho, no cenário internacional. Outro fator que deve ser levado em consideração é o aumento da demanda chinesa, pelas mudanças no padrão de consumo de sua população. No mercado nacional, os fatores que têm contribuído para a retomada do preço

do milho são o ajuste entre a oferta e demanda do produto, contribuindo para a redução dos estoques finais, e a mudança nas condições de crescimento da economia brasileira, como a queda dos juros e o aumento do crédito e da renda, segundo informações da Conab (2006b) (Gráfico 16).

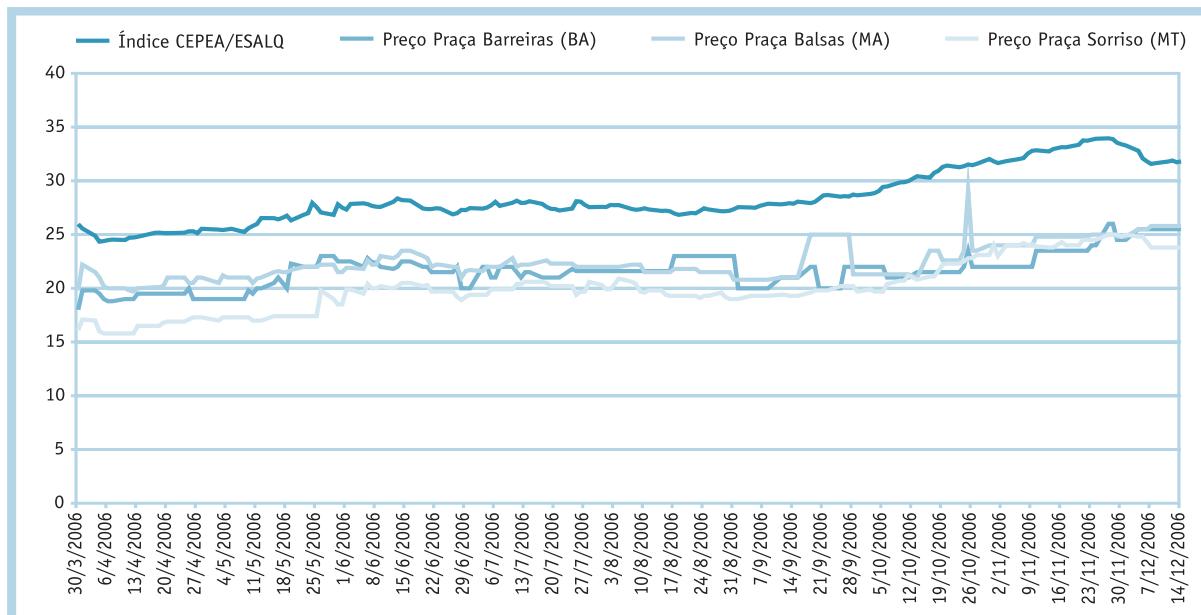


Gráfico 15 – Evolução dos Preços da Saca de 60 kg da Soja em Barreiras-BA, Balsas-MA, Sorriso-MT e o Índice ESALQ, nos Anos de 2005 e 2006.

Fonte: CEPEA (2006a) e CMA (2006).

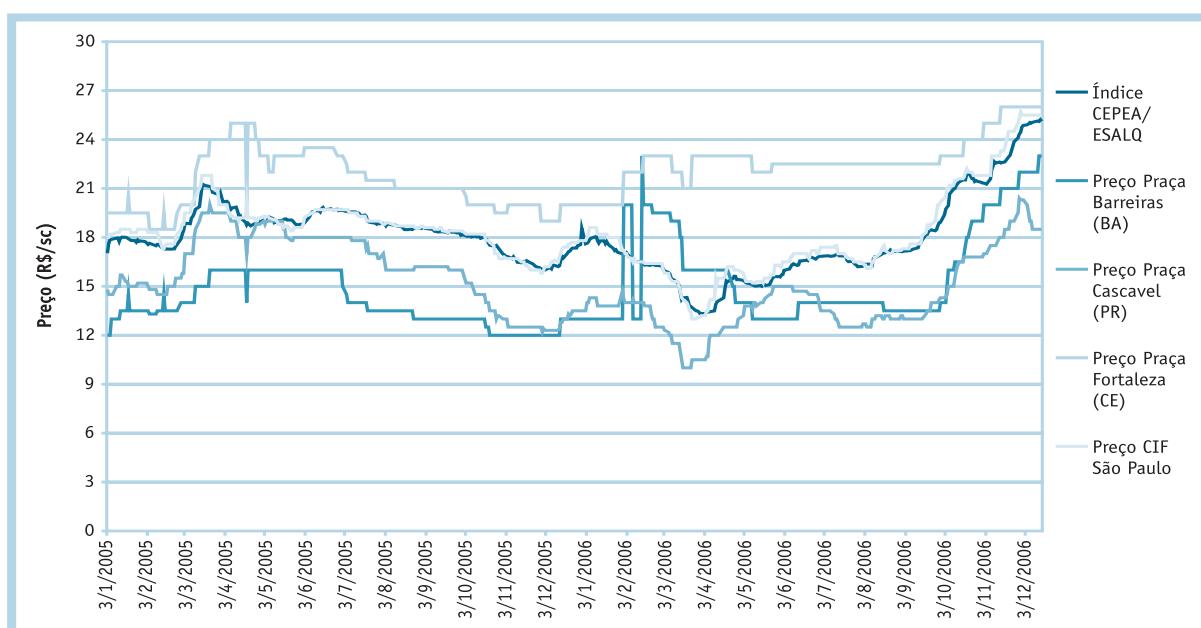


Gráfico 16 – Evolução dos Preços da Saca de 60 kg do Milho em Barreiras-BA, Fortaleza-CE, Cascavel-PR, São Paulo (CIF) e o Índice ESALQ, nos Anos de 2005 e 2006

Fonte: CEPEA (2006b) e CMA (2006).

A forte elevação do preço do algodão em pluma no início de 2006 se manteve durante todo o ano, com pequenas reduções para as quatro praças analisadas no Gráfico 17 e o Índice CEPEA/ESALQ, estas resultantes da própria dinâmica do mercado (safras e entressafras). A redução da área plantada em função dos baixos preços internacionais, do câmbio desfavorável e dos custos elevados, observados em 2005, fez cair a oferta, de forma que os estoques nacionais encontram-se bem ajustados, o que não deve ocasionar redução de preços para a próxima safra, segundo informações da Conab (2006b). Até a primeira quinzena de dezembro de 2006, houve incremento no preço da arroba do algodão em pluma de 17,4%, em Rondonópolis (MT); 16,4%, em São Paulo (SP); 13,0%, em Fortaleza (CE) e 11,1%, em Barreiras (BA); comparativamente ao início do ano. O Índice CEPEA/ESALQ variou em 16,2%, no mesmo período. Para o mesmo período de 2005, observa-se também substanciais incrementos nos preços da arroba do algodão, de 26,7% em Rondonópolis (MT), 26,2% em São Paulo (SP), 20,4% em Fortaleza (CE), 20,0% em Barreiras (BA) e 23,3% no Índice CEPEA/ESALQ.

Segundo análise da Conab (2006b), alguns fatores importantes que contribuirão para a manutenção dos preços em níveis superiores aos observados na safra anterior são: a possibilidade de produção inferior que a demanda, caracterizando um quadro de menor oferta, e os preços futuros do algodão na NYBOT apontam valores superiores aos verificados atualmente no mercado internacional. Como resultado, espera-se maior área plantada para a safra 2006/2007, no Brasil (Gráfico 17).

Segundo a Organização Internacional de Café (OIC), a produção mundial deste produto deve alcançar 120 a 122 milhões de sacas, com consumo projetado, em 2006, em 116 milhões de sacas. Esse excedente deve ser utilizado para repor os baixos estoques de passagem na temporada anterior, projetados em 38,89 milhões de sacas estocadas (entre exportadores e importadores). Somando isto a uma previsão de menor safra no Brasil em 2007/2008, principal produtor de café, deve-se ter carência de oferta, o que proporciona maiores cotações do produto no mercado internacional, com tendência positiva. Esta perspectiva pode se estender ao longo

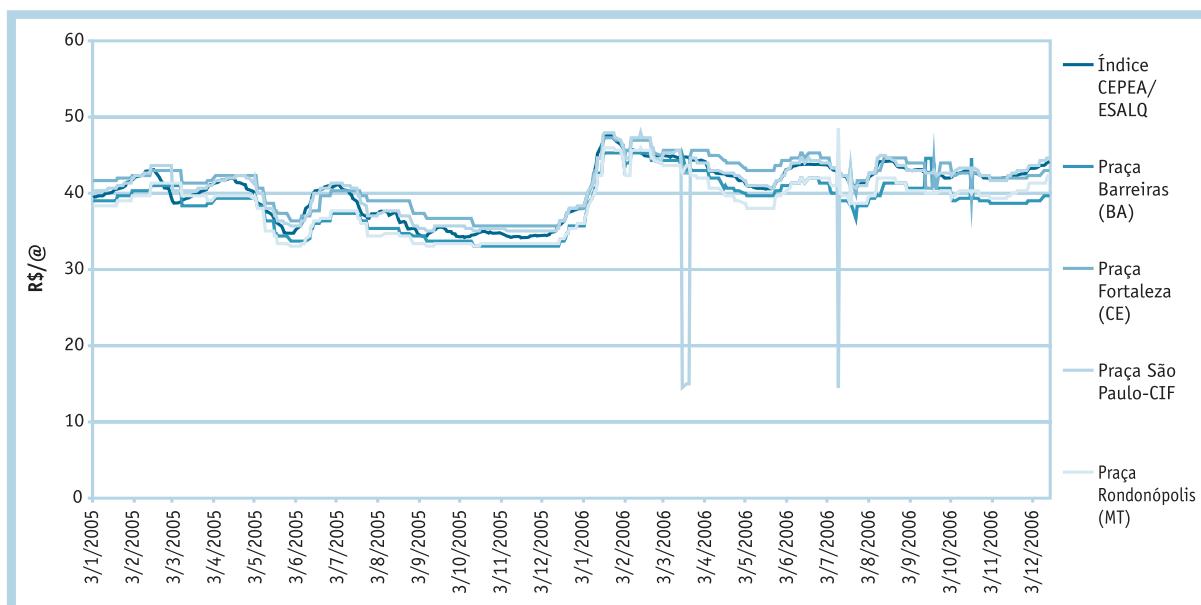


Gráfico 17 – Evolução dos Preços da Arroba da Pluma de Algodão em Barreiras-BA, Fortaleza-CE, Rondonópolis-MT, São Paulo (CIF) e Índice CEPEA/ESALQ, nos Anos de 2005 e 2006.

Fonte: CEPEA (2006c) e CMA (2006).

dos próximos meses, pelo menos até junho de 2007, quando avançar a nova safra (CMA, 2006).

No mercado regional, as cotações em Vitória da Conquista (BA) apresentam-se ascendentes desde o início do segundo semestre de 2006. Até a primeira quinzena de dezembro (2006), o café Bica Dura T.6/7 estava cotado a R\$ 270,00/sc 60kg, 20,0% superior ao preço observado no

mesmo período de 2005; o café Bica Rio T.6/7 estava cotado a R\$ 230,00/sc 60kg, 48,4% superior; e o café despolpado estava cotado a R\$ 295,00, 25,5% superior (CMA, 2006). O Índice CEPEA/ESALQ apresentou os seguintes valores para os cafés arábica e conillon, respectivamente, de R\$ 290,53/sc 60kg e R\$ 219,28/sc 60kg, valores 19,9% e 34,8% superiores aos observados no mesmo período de 2005 (CEPEA, 2006d).

3.5.2 - Pecuária

O fechamento dos dados da pesquisa Produção Pecuária Municipal de 2005, pelo IBGE (2006n), evidenciou uma forte desaceleração na taxa de crescimento do rebanho bovino brasileiro. O efetivo bovino, que havia crescido 3,2% em 2000, 3,8% em 2001, 5,1% em 2004 e 5,5% em 2003, mudou de ritmo, diminuindo o crescimento para 4,6% em 2004, e o reduziu ainda mais em 2005: 1,3%. Com esses novos números, cabe rever a participação do Nordeste no efetivo bovino nacional, estimada anteriormente no nº 9 desta BNB-Conjuntura, com base nas taxas de crescimento estaduais do período 2001-2004 (Tabela 23).

Contrariando a tendência nacional, o rebanho bovino do Nordeste cresceu quase 4%. Destacaram-se positivamente os estados de Pernambuco (12,0%), Alagoas (10,2%) e Maranhão (8,8%). Apenas o rebanho bovino baiano permaneceu estável e o piauiense teve um leve decréscimo. Os rebanhos dos demais estados, à exceção do Ceará, cresceram acima da média nacional, daí o resultado regional destacado. Se os desempenhos nacional e regional tiverem se repetido em 2006, o rebanho bovino nordestino deve alcançar 28,1 milhões de cabeças, o que representará 13,4% do rebanho nacional.

Tabela 23 – Nordeste. Efetivo do Rebanho Bovino, por Estado, 2004, 2005 e Projeção para 2006. (Mil cabeças)

UF	2004	2005 Valor Previsto (a)	2005 Valor Observado (b)	Erro de Previsão (a-b) (*)	Taxa de Crescimento 2005/2004	2006 Projeção (**)	Participação Percentual (%)
Brasil	204.513	214.851	207.157	7.694,0	1,3	209.835	100,00
Nordeste	25.967	26.878	26.969	-91,5	3,9	28.062	13,37
MA	5.928	6.507	6.449	57,8	8,8	7.016	3,34
PI	1.831	1.844	1.827	16,9	-0,2	1.823	0,87
CE	2.270	2.295	2.299	-4,0	1,3	2.329	1,11
RN	943	1.001	979	22,1	3,8	1.016	0,48
PB	1.000	1.029	1.053	-23,5	5,2	1.108	0,53
PE	1.705	1.717	1.910	-193,0	12,0	2.138	1,02
AL	894	912	985	-73,9	10,2	1.086	0,52
SE	930	952	1.005	-53,2	8,1	1.087	0,52
BA	10.466	10.678	10.463	214,8	0,0	10.460	4,98

Fonte: Elaboração própria. Dados básicos do IBGE (2006n).

Notas: (*) Os valores negativos significam que o observado foi maior que o previsto.

(**) Projetado com base na taxa de crescimento de período 2004/2005.

[1] IBGE. Produção da pecuária municipal 2005. Rio de Janeiro: IBGE, 2005. v.33, 38p.

O declínio no crescimento do rebanho bovino e os problemas sanitários detectados em outubro de 2005 – que resultaram no embargo às exportações para vários países – não foram suficientes para impedir o Brasil de se tornar o líder mundial nas receitas de exportação com carne bovina, superando a Austrália (DOMINGUES, 2006). Até novembro/2006, as exportações de 2,11 milhões de toneladas de carne bovina brasileira alcançaram US\$ 3,47 bilhões, contra os totais de US\$ 3,37 bilhões e 1,34 milhão de toneladas da Austrália. Esse resultado é atribuído à conquista de novos mercados (como o Oriente Médio), ao aumento no preço da carne “e à incorporação de produtos com maior valor agregado (cortes embalados a vácuo, refrigerados)” (DOMINGUES, 2006). A previsão para 2006 é de que se atinja um total de US\$ 4 bilhões só com a exportação de carne bovina, o que seria um recorde. Espera-se que, em 2007, o Brasil sustente a posição recém-conquistada, posto que as exportações deverão crescer entre 10 a 15% em valor e entre 5 a 10% em volume, conforme a Associação Brasileira da Indústria Exportadora de Carne Bovina – ABIEC (ROCHA, 2006).

As carnes em geral constituem um setor bastante relevante na balança comercial do agronegócio brasileiro, tendo respondido por aproximadamente 20% do saldo (considerados os dados de janeiro a outubro dos últimos dois anos), conforme a Tabela 24. Em 2005 – ano completo – esse percentual alcançou quase 21% (US\$ 8,06 bilhões em um saldo total de US\$ 38,5 bilhões).

Para a Região Nordeste, entretanto, o setor carnes não se configura com essa importância: participou com somente 0,01% das exportações em 2005 (jan-out) e 0,05% em 2006 (jan-out). Também nas importações essa participação é pouco significativa: 1,97% e 1,10% para os mesmos períodos. Além disso, apresentou resultado deficitário naqueles anos. As condições edafoclimáticas (com exceção para o Estado do Maranhão e algumas áreas da Bahia) e de sanidade animal explicam a pouca relevância das exportações de carne bovina no contexto nordestino. De positivo cabe destacar que, entre aqueles dois períodos, houve crescimento das exportações e queda das importações de carnes, o que contribuiu para a diminuição do déficit de US\$ 9,6 milhões em 2005 para US\$ 6,5 milhões em 2006.

Tabela 24 – Brasil e Nordeste. Participação das Carnes na Balança Comercial do Agronegócio (US\$ milhões)

Itens	Exportação	%	Importação	%	Saldo	%
Jan.-Out./05						
Brasil						
Carnes	6.853,50	18,93	107,40	2,60	6.746,10	21,04
Demais Setores	29.348,30	81,07	4.028,70	97,40	25.319,50	78,96
Total	36.201,80	100,00	4.136,10	100,00	32.065,60	100
Nordeste						
Carnes	0,30	0,01	9,90	1,97	-9,60	-0,38
Demais Setores	3.064,50	99,99	491,30	98,03	2.573,30	100,38
Total	3.064,80	100,00	501,20	100,00	2.563,70	100
Jan.-Out./06						
Brasil						
Carnes	7.893,40	17,43	114,60	1,90	7.778,80	19,82
Demais Setores	37.391,90	82,57	5.917,00	98,10	31.474,80	80,18
Total	45.285,30	100,00	6.031,60	100,00	39.253,70	100
Nordeste						
Carnes	1,60	0,05	8,10	1,10	-6,50	-0,24
Demais Setores	3.416,80	99,95	723,40	98,90	2.693,40	100,24
Total	3.418,30	100,00	731,40	100,00	2.686,90	100

Fonte: Elaboração própria. Dados básicos do AgroStat (2006).

3.5.3 - Agronegócio

3.5.3.1 - Desempenho do PIB e do faturamento

No início do mês de dezembro/2006, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – (CNA, 2006) publicou o último boletim Indicadores Rurais do ano, com as expectativas de desempenho do agronegócio brasileiro para 2006. Não obstante a divulgação ter-se dado no final do ano, as informações básicas utilizadas cobriram somente os meses de janeiro a agosto; a ausência de informações sobre quase todo o segundo semestre com certeza fragiliza as inferências feitas, mas os erros de previsão só poderão ser avaliados no próximo ano, com a incorporação dos dados sobre os meses faltantes.

Até agosto/2006, o PIB do agronegócio da agropecuária sofreu uma queda de 0,87%, em consequência de desempenho negativo de quase todos os seus segmentos, exceto o da indústria (Tabela 25, Gráfico 18), que cresceu 0,54%.

O segmento dos insumos foi o de pior desempenho (-2,86%), seguindo-se a produção (-2,33%) e a distribuição (-0,54%) (Gráfico 18).

A contribuição dos subsetores do agronegócio – agricultura e pecuária – para o PIB apresentou-se distinta daquela destacada na revista BNB-Conjuntura Econômica n° 10. Enquanto o agronegócio agrícola teve desempenho positivo (0,38%), o agronegócio pecuário acentuou sua queda e seguiu negativo (-3,82%) (Tabela 25; Gráfico 19). Dois segmentos da agricultura – insumos e produção – acumularam variações negativas (2,64% e 1,25%, respectivamente), mas os outros dois, indústria (1,31%) e distribuição (1,04%), tiveram evolução positiva. Já todos os segmentos da pecuária tiveram desempenho negativo, especial-

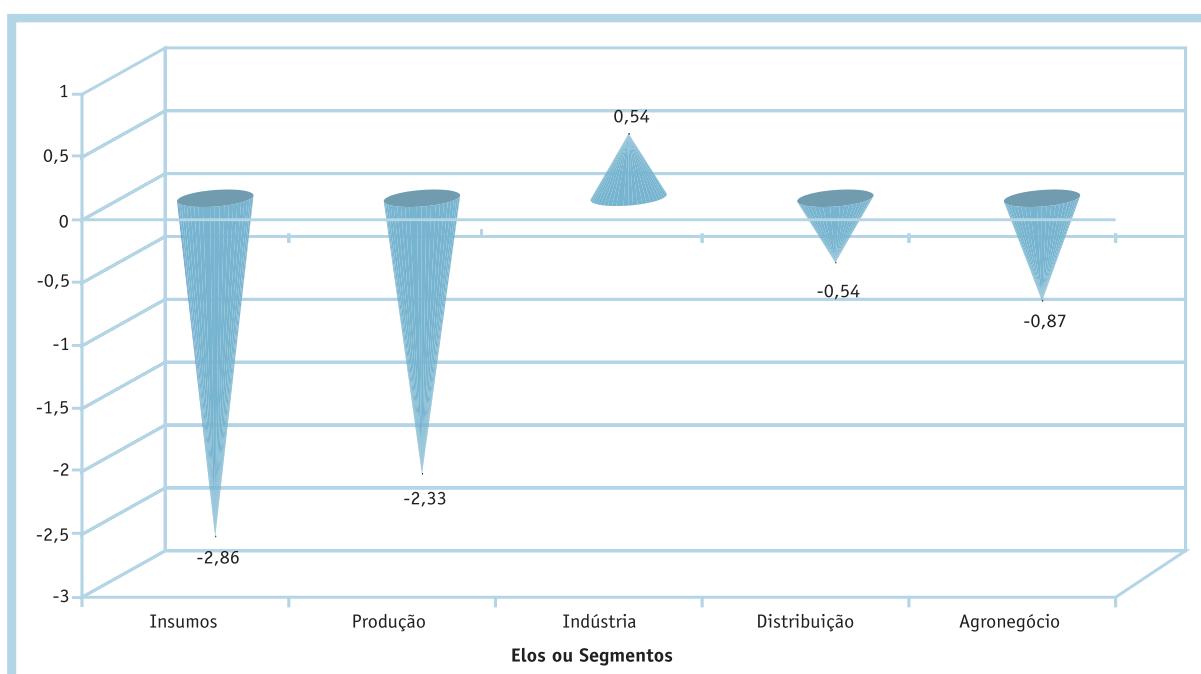


Gráfico 18 – PIB do Agronegócio. Variação (%). Acumulada de Janeiro a Agosto/2006

Fonte: CNA (2006).

Tabela 25 – Brasil. PIB do Agronegócio. Taxas de Crescimento Mensal, 2005-2006 (%)

Meses	Insumos	Básico (A)	Indústria	Distribuição	Agronegócio Global (B)
AGROPECUÁRIA					
Setembro/2005	-1,3924	-1,1131	-0,5613	-0,7688	-0,8498
Outubro	-1,1709	-0,8033	0,0278	-0,2102	-0,3762
Novembro	-1,2079	-0,4507	-1,1223	-0,7661	-0,8531
Dezembro	-0,6560	-0,4624	-1,0759	-0,8508	-0,8110
Acumulado em 2005	-10,1601	-9,7891	0,1301	-3,3326	-4,6578
2006					
Janeiro	-0,4544	-0,3479	0,0472	-0,1229	-0,1564
Fevereiro	-0,3520	-0,2326	0,0927	-0,0581	-0,0817
Março	-0,5376	-0,4974	0,1618	-0,0873	-0,1518
Abril	-0,4854	-0,3745	-0,1666	-0,3255	-0,3020
Maio	-0,3484	-0,2402	-0,0650	-0,0908	-0,1450
Junho	-0,2100	-0,2028	-0,0880	-0,1466	-0,1479
Julho	-0,2759	-0,3853	0,3181	0,1597	0,0356
Agosto	-0,2280	-0,0686	0,2355	0,1280	0,0794
Acumulado em 2006	-2,8558	-2,3259	0,5359	-0,5431	-0,8670
AGRICULTURA					
Meses	Insumos	Básico (C)	Indústria	Distribuição	Agronegócio Global (D)
Setembro/2005	-2,0515	-1,8897	-0,5656	-0,9198	-1,0717
Outubro	-1,8812	-1,5467	0,0515	-0,2752	-0,5355
Novembro	-1,8837	-0,9134	-1,2175	-0,9800	-1,1436
Dezembro	-0,7114	-0,1009	-1,0320	-0,6778	-0,7125
Acumulado em 2005	-15,0618	-15,4612	0,5165	-3,7580	-5,7780
2006					
Janeiro	-0,7124	-0,5601	0,0985	-0,0758	-0,1561
Fevereiro	-0,5330	-0,2911	0,1608	0,0441	-0,0246
Março	-0,6350	-0,3854	0,2395	0,0866	-0,0059
Abril	-0,4696	-0,1866	-0,0710	-0,1454	-0,1524
Maio	-0,3618	-0,1932	-0,0212	0,0195	-0,0703
Junho	0,0551	0,1488	0,0364	0,1269	0,0886
Julho	-0,0358	0,0216	0,4844	0,5764	0,3817
Agosto	0,0203	0,1932	0,3758	0,4090	0,3213
Acumulado em 2006	-2,6444	-1,2484	1,3092	1,0440	0,3818
PECUÁRIA					
Meses	Insumos	Básico (E)	Indústria	Distribuição	Agronegócio Global (F)
Setembro/2005	-0,3508	-0,1007	-0,5357	-0,4201	-0,3140
Outubro	-0,0676	0,1487	-0,1108	-0,0607	0,0058
Novembro	-0,1774	0,1317	-0,5627	-0,2758	-0,1609
Dezembro	-0,5730	-0,9127	-1,3323	-1,2440	-1,0434
Acumulado em 2005	-1,6659	-1,4886	-2,0748	-2,3447	-1,8958
2006					
Janeiro	-0,0684	-0,0815	-0,2528	-0,2308	-0,1571
Fevereiro	-0,0827	-0,1595	-0,3077	-0,2926	-0,2168
Março	-0,3934	-0,6371	-0,2968	-0,4872	-0,4979
Abril	-0,5087	-0,6096	-0,7340	0,7424	-0,6596
Maio	-0,3286	-0,2991	-0,3273	-0,3474	-0,3240
Junho	-0,6014	-0,6452	-0,8338	-0,7855	-0,7160
Julho	-0,6328	-0,9013	-0,6880	-0,8227	-0,8026
Agosto	-0,5993	-0,4036	-0,6234	-0,5439	-0,5136
Acumulado em 2006	-3,1722	-3,6791	-3,9942	-4,1760	-3,8240

Fonte: CNA (2006) (modificado).

Notas: (A) somente o setor primário da agropecuária; (B) todo o agronegócio da agropecuária; (C) somente o setor primário da agricultura; (D) todo o agronegócio da agricultura; (E) somente o setor primário da pecuária; (F) todo o agronegócio da pecuária.

mente aqueles situados a jusante da produção (indústria, com -3,99% e distribuição, com -4.18%) (Gráfico 19).

Como resultado, prevê-se que o PIB do agronegócio global se reduza em R\$ 6,62 bilhões, alcançando R\$ 531,01 bilhões em 2006 (queda de 1,23% em relação a 2005) (Tabela 26 e Gráfico 20). Cabe destacar que as per-

das ora previstas são menores que as da edição anterior desta Conjuntura. Uma vez que ainda faltam incorporar as informações dos meses de setembro a dezembro/2006, podemos dizer que esses são números ainda muito preliminares.

A tendência de queda de preços continua para a maior parte dos produtos do agronegócio. Os preços de todos os produtos

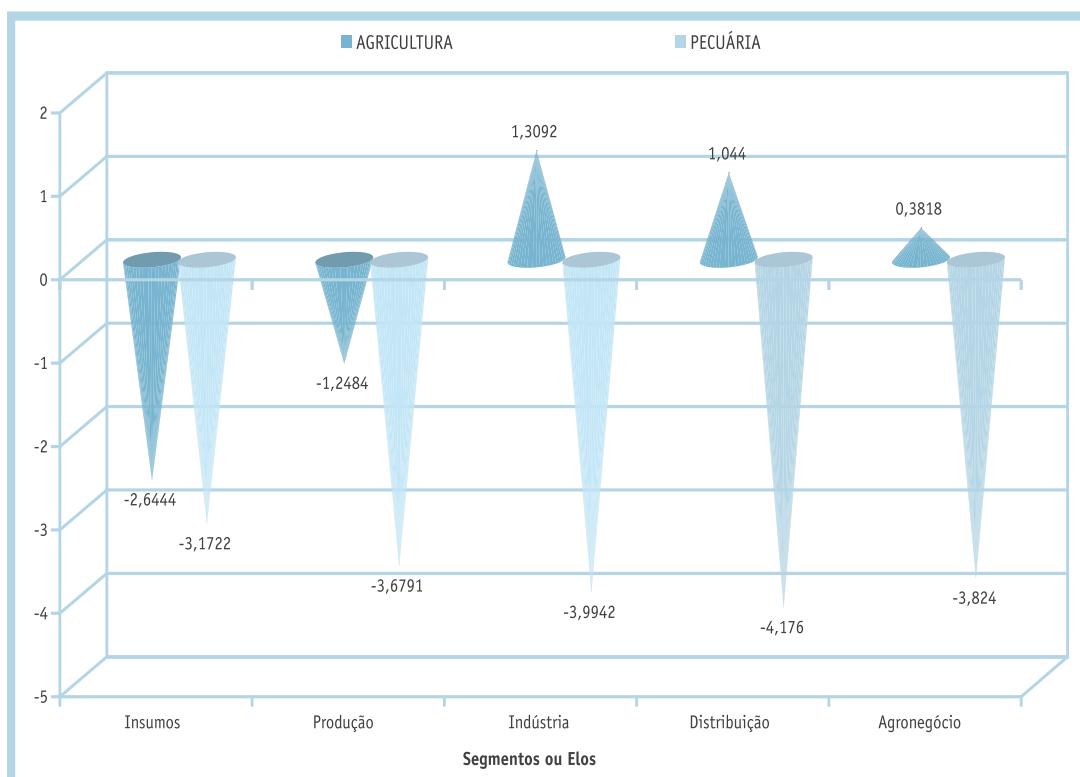


Gráfico 19 – PIB da Agricultura e da Agropecuária. Variação (%). Acumulada de Janeiro a Agosto/2006

Fonte: CNA (2006).

Tabela 26 – Brasil. PIB da Agropecuária e do Agronegócio em 2005 e 2006 (R\$ bilhões a preços de 2005)

Atividades	Anos		Variação 2005/2006	
	2005	2006	(%)	Abs.
Agricultura	85,20	83,61	-1,87	-1,59
Pecuária	67,84	64,13	-5,47	-3,71
Agropecuária	153,04	147,74	-3,46	-5,30
Agronegócio	537,63	531,01	-1,23	-6,62
Demais Segmentos	384,59	383,27	-0,34	-1,32

Fonte: Elaboração própria, com base em CNA (2006).

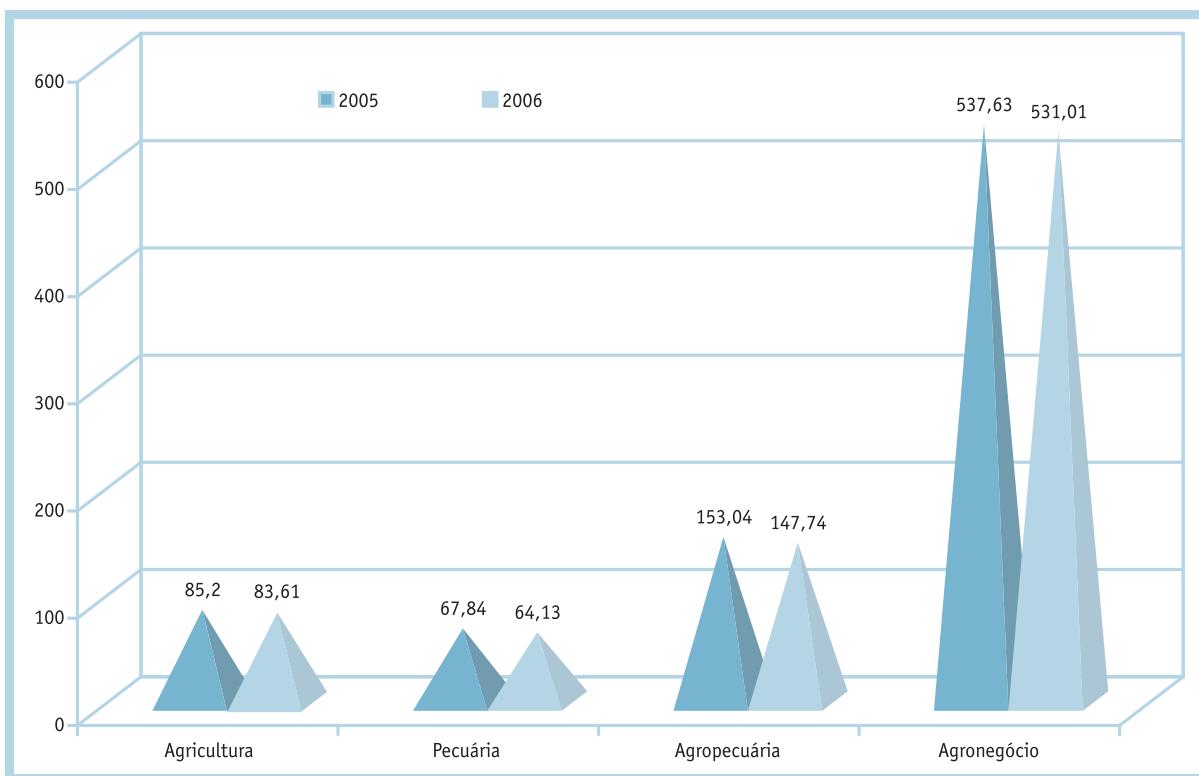


Gráfico 20 – Estimativa do PIB da Agropecuária e do Agronegócio (R\$ Bilhões, a preços de 2005)

Fonte: CNA (2006).

pecuários e de dezesseis (em um total de vinte) produtos agrícolas caíram em relação a 2005. Apesar do aumento no quantum de todos os produtos pecuários e de boa parte dos agrícolas, não se conseguirá compensar a redução em 2006 no Valor Bruto da Agropecuária Brasileira, estimada em 4,3% ou R\$ 6,6 bilhões, dos quais R\$ 2,0 bilhões nos produtos agrícolas e R\$ 4,6 bilhões nos produtos pecuários (Tabela 27). O Valor Bruto da Produção dos itens acompanhados passará de R\$ 174,1 bilhões em 2005 para R\$ 166,5 bilhões em 2006 (CNA, 2006).

Em termos absolutos, os produtos agrícolas com maiores reduções no VBP foram soja (R\$ 4,00 bilhões); arroz (R\$ 1,79 bilhão); e algodão em caroço (R\$ 1,06 bilhão). A soja, mesmo com um aumento de produção de 3,8% de 2005 para 2006, perdeu receita devido a uma retração de 17,6% nos preços. Os destaques entre os produtos com crescimento do VBP ficaram com: cana-de-açúcar (R\$ 3,51 bilhões);

laranja (R\$ 1,00 bilhão); tomate (R\$ 788 milhões). Entre os produtos pecuários, as maiores perdas de VBP ficaram com as carnes bovinas (R\$ 2,02 bilhões) e o leite (R\$ 1,14 bilhão). Apenas a produção de ovos registrou ligeira variação positiva (9,4 milhões).

Em termos relativos, as maiores quedas foram registradas para a mamona (62,1%), algodão (29,4%) e cacau (28,6%), nos produtos agrícolas, e para os suínos (-11,2%) nos produtos pecuários. Cabe destacar que, entre os produtos agropecuários cujos preços caíram encontram-se algumas de nossas principais *commodities* de exportação (soja, cacau, café e frangos), o que pode ser reflexo da valorização do real.

O Valor Bruto da Produção da agropecuária brasileira (R\$ 176,8 bilhões, Tabela 4), estimado para possibilitar comparações com idêntica estatística do Nordeste, apresentou-se próximo daquele divulgado pela CNA (R\$ 166,5 bilhões,

Tabela 3). A variação calculada (-2,5%) também se aproximou daquela da CNA (-4,3%). As diferenças podem ser reputadas ao número de produtos considerados pelo ETENE (31), maior do que os acompanhados pela CNA (20).

Estima-se, de acordo com a Tabela 28, que a participação do Nordeste no VBP nacional passe de 16,0% para 19,5%, especialmente devido ao crescimento da importância relativa da lavoura temporária. Registra-se um elevado crescimento do VBP do feijão, especialmente porque a previsão feita para a safra, em dezembro/2005, foi excessivamente baixa; os comportamentos da cana-de-açúcar (aumentos da quantidade - 7,4% - e do preço - 35,1%, entre 2005 e 2006) e do milho (aumentos da quantidade - 7,2% - e do

preço - 1,2%, no mesmo período), que conjuntamente respondem por 26,2% do VBP regional, explicam os resultados. Dentre os produtos da lavoura permanente, cabe destacar o comportamento dos VBP da banana e da laranja (que representam, juntos, 27,7% do VBP regional de 2006), para as quais verificou-se aumento das quantidades produzidas (21,8% e 12,8%, respectivamente) e dos preços (3,0% e 19,0%).

Cabe destacar, finalmente, o comportamento do VBP da avicultura regional, que registrou crescimento de 99%. Tal comportamento decorre do fato de o IBGE ter corrigido as quantidades abatidas de frango em 2006, elevando a participação do Nordeste até então considerada, de 1,3% em 2005 para 2,6% em 2006.

Tabela 27 – Brasil. Valor Bruto da Produção Agropecuária Brasileira (VBP) – 2004 e 2005

Produtos	Produção				Preços Médios Reais (base outubro/2005, pelo IGP-DI) base jul/2006, pelo IGP-DI		Valor Bruto da Produção (VBP) R\$ Milhões			
	Unid.	2005	2006	Unid.	2005	2006	2005	2006	Var. %	Var. Abs
Agrícolas										
1 Algodão em caroço	mil t	3.427,0	2.700,0	kg	1,05	0,94	3.596,8	2.539,2	-29,40	-1.057,6
2 Amendoim	mil t	302,0	268,0	kg	0,99	0,90	299,9	241,6	-19,40	-58,3
3 Arroz	mil t	13.228,0	11.579,0	kg	0,53	0,45	6.951,2	5.161,3	-25,70	-1.789,9
4 Banana	mi cach de 10 dúzias	705,0	734,0	dúzia	0,63	0,63	4.428,0	4.633,3	4,60	205,3
5 Batata Inglesa	mil t	3.128,0	3.125,0	kg	0,71	0,69	2.225,9	2.166,5	-2,70	-59,4
6 Cacau (em amêndoas)	mil t	236,0	206,0	15 kg	59,24	48,45	932,0	665,4	-28,60	-266,6
7 Café beneficiado	mil sacas de 60kg	32.944,0	41.573,0	60 kg	310,19	250,53	10.218,9	10.415,3	1,19	196,4
8 Cana-de-açúcar	mil t	422.926,0	455.988,0	t	31,95	37,34	13.510,8	17.024,7	26,00	3.513,9
9 Cebola	mil t	1.099,0	1.163,0	kg	0,63	0,57	688,8	657,3	-4,60	-31,5
10 Feijão	mil t	3.046,0	3.046,0	kg	1,33	1,27	4.046,2	3.872,9	-4,30	-173,3
11 Fumo	mil t	894,0	893,0	kg	4,47	4,72	3.996,0	4.217,5	5,50	221,5
12 Laranja	milhões de caixas	437,8	442,4	cx	6,96	9,15	3.048,2	4.050,1	32,90	1.001,9
13 Mamona	mil t	210,0	104,0	kg	0,74	0,57	155,7	58,9	-62,10	-96,8
14 Mandioca	mil t	25.725,0	27.551,0	t	177,33	166,82	4.561,8	4.596,1	0,80	34,3
15 Milho	mil t	35.007,0	41.682,0	kg	0,30	0,25	10.384,8	10.608,3	2,20	223,5
16 Sisal	mil t	207,0	246,0	kg	0,92	1,05	190,8	258,6	35,50	67,8
17 Soja	mil t	51.452,0	53.414,0	kg	0,51	0,42	26.359,4	22.349,7	-15,20	-4.009,7
18 Tomate	mil t	3.397,0	3.254,0	kg	0,93	1,22	3.169,7	3.958,1	-6,70	788,4
19 Trigo	mil t	5.846,0	4.873,0	kg	0,36	0,32	2.106,5	1.576,6	-25,20	-529,9
20 Uva	mil t	1.247,0	1.227,0	kg	0,85	0,68	1.055,7	834,6	-20,90	-221,1
Pecuários							72.171,5	67.646,2	-6,27	-4.525,3
21 Carne bovina, eq.cab	mil t	8.750	8.900	15 kg	53,60	49,3	31.265,6	29.250,0	-6,40	-2.015,6
22 Frango	mil t	9.297	9.895	kg	1,86	1,69	17.317,8	16.717,1	-3,50	-600,7
23 Leite	milhões de litros	25.000	25.750	litro	0,53	0,47	13.204,9	12.065,1	-8,60	-1.139,8
24 Ovos	mil cx de 30 dúzias	68.440	74.894	dúzia	1,68	1,54	3.458,3	3.467,7	-0,30	9,4
25 Suínos	mil t	2.708	2.885	15 kg	38,36	31,96	6.924,9	6.146,3	-11,20	-778,6
Total							174.098,7	167.532,1	-4,3	6.566,5

Fonte: CNA (2006).

Tabela 28 – Nordeste: Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) – 2005 e 2006

Produtos	Unidade	Quantidade		Preço		VBP	
		2005	2006	2005	2006	Mil Reais	2005
Lavoura Temporária							
Brasil						86.157.380	82.643.911
Nordeste						11.682.945	14.478.601
Abacaxi	Mil frutos	658.317	692.693	0,49869	0,5221	328.296	361.657
Algodão Herbáceo (em caroço)	Tonelada	890.563	887.736	1,25133	1,07906	1.114.391	957.923
Alho	Tonelada	7.497	7.468	2,04499	2,04499	15.331	15.272
Amendoim (em casca)	Tonelada	10.459	10.695	1,14175	1,21188	11.942	12.961
Arroz (em casca)	Tonelada	1.203.169	1.110.990	0,64536	1,21188	776.474	1.346.381
Batata - doce	Tonelada	189.144	189.144	0,36258	0,36258	68.580	68.580
Batata - Inglesa	Tonelada	180.344	169.596	0,98417	0,85	177.489	144.157
Cana-de-açúcar	Tonelada	60.446.583	64.911.848	0,02734	0,03694	1.652.317	2.397.798
Cebola	Tonelada	219.535	247.066	1,12854	0,85385	247.754	210.958
Fava (em grão)	Tonelada	13.115	13.115	1,55352	1,55352	20.374	20.374
Feijão (em grão)	Tonelada	948.944	2.328.506	1,4371	1,52752	1.363.728	3.556.836
Fumo (em folha)	Tonelada	31.163	31.671	2,8725	1,52667	89.516	48.351
Mamona (baga)	Tonelada	157.433	93.841	0,91121	0,65869	143.454	61.812
Mandioca	Tonelada	9.597.247	9.720.418	0,16195	0,15816	1.554.307	1.537.392
Melancia	Tonelada	517.452	517.452	0,25686	0,25686	132.912	132.912
Melão	Tonelada	320.819	320.819	0,83971	0,83971	269.394	269.394
Milho (em grão)	Tonelada	3.003.756	3.220.114	0,42675	0,43176	1.281.863	1.390.317
Soja (em grão)	Tonelada	3.957.654	3.466.628	0,44833	0,3775	1.774.348	1.308.652
Sorgo Granífero (em grão)	Tonelada	185.210	138.850	0,30719	0,30719	56.894	42.653
Tomate	Tonelada	513.271	517.898	1,17329	1,145	602.214	592.993
Trigo (em grão)	Tonelada	3.715	3.715	0,36768	0,33014	1.366	1.226
Lavoura Permanente							
Brasil						24.333.708	25.110.247
Nordeste						6.013.766	6.534.969
Abacate	Tonelada	9.074	9.074	0,92709	1,04094	8.412	9.445
Algodão Arbóreo (em caroço)	Tonelada	2.902	682	1,27839	1,27839	3.710	872
Banana	Tonelada	2.320.158	2.825.038	0,41685	0,42932	967.160	1.212.833
Borracha (látex coagulado)	Tonelada	23.975	23.975	1,4777	1,4777	35.428	35.428
Cacau (em amêndoas)	Tonelada	134.780	137.459	3,497	2,551	471.326	350.658
Café (beneficiado)	Tonelada	135.040	183.172	5,27527	4,26066	712.372	780.433
Caqui	Tonelada	55	55	2,42107	2,42107	133	133
Castanha-de-caju	Tonelada	182.632	237.371	1,29429	1,29429	236.379	307.227
Côco-da-baía	Mil frutos	1.448.839	1.300.255	0,4136	0,47821	599.233	621.801
Dendê (côco)	Tonelada	171.044	171.044	0,1809	0,1809	30.942	30.942
Goiaba	Tonelada	216.445	216.445	0,45182	0,45182	97.794	97.794
Guaraná (semente)	Tonelada	2.350	1.410	1,31673	1,31673	3.094	1.857
Laranja	Tonelada	1.586.585	1.790.371	0,28015	0,33336	444.484	596.841
Limão	Tonelada	75.217	75.217	0,85274	1,14854	64.140	86.390
Mamão	Tonelada	890.862	890.862	0,82783	0,72975	737.485	650.107
Manga	Tonelada	610.177	610.177	0,72006	0,68308	439.361	416.802
Maracujá	Tonelada	209.401	209.401	1,11042	1,17313	232.522	245.654
Marmelo	Tonelada	70	70	3,49269	3,49269	244	244
Palmito	Tonelada	1.698	1.698	2,67081	2,67081	4.535	4.535
Pimenta-do-reino	Tonelada	3.489	4.010	4,983	4,983	17.386	19.982
Sisal ou agave (fibra)	Tonelada	199.322	246.848	1,04444	1,50625	208.181	371.815
Tangerina	Tonelada	40.651	40.651	0,68179	1,23438	27.716	50.179
Urucum (semente)	Tonelada	3.586	3.586	1,32705	1,32705	4.759	4.759
Uva	Tonelada	237.609	244.834	2,807	2,60683	666.968	638.241
Agricultura							
Brasil						110.491.089	107.754.158
Nordeste						17.696.711	21.013.570
Pecuária							
Brasil						73.643	69.026
Nordeste						4.399	4.529
Carne Bovina	Tonelada	745.071	802.148	3,64608	3,35354	2.717	2.690
Frango	Tonelada	116.765	256.852	1,9007	1,7239	222	443
Leite	milhões de litros	1.456	1.511	0,53897	0,4781	785	722
Ovos	mil cx. de 30 dúzias	10.686	11.694	1,7187	1,57486	551	552
Suínos	Tonelada	47.760	55.933	2,60935	2,17388	125	122
Agropecuária							
Brasil						110.564.732	107.823.184
Nordeste						17.701.109	21.018.099
Relações Nordeste/Brasil							
Lavoura Temporária (a)						13,56	17,52
Lavoura Permanente (b)						24,71	26,03
Agricultura (c = a + b)						16,02	19,50
Pecuária (d)						5,97	6,56
Agropecuária (c + d)						16,01	19,49

Fontes: CNA (2006) e IBGE (2006e).

3.5.3.2- *Balança comercial do agronegócio*

Tendo por base as informações coletadas pelo Ministério da Agricultura, para a constituição da base de dados AgroStat, apresentamos a Balança Comercial do Agronegócio Nordestino, com as informações de janeiro a outubro dos anos de 2005 e 2006, por Estado (Tabela 29).

O saldo do agronegócio nordestino cresceu 4,8% entre aqueles dois períodos. De igual modo ao destacado na edição anterior da BNB-Conjuntura Econômica, quando essas informações foram apresentadas pela primeira vez, as

exportações cresceram bem menos que as importações (11,5% contra 46,0%). Uma vez que o crescimento das importações do agronegócio nordestino foi maior que o das importações do agronegócio brasileiro (46,0% x 30,0%) e as exportações do agronegócio nacional cresceram mais do que as regionais (13,0% x 11,5%), o comportamento dos saldos foi bastante distinto (BR – 10,8%; NE – 4,8%) mercê da relação importações/exportações ser menor para o Brasil que para o Nordeste (13,2% x 21,4%).

Tabela 29 – Nordeste. Balança Comercial do Agronegócio, por Estado – Jan.-Out./ 2005 e 2006 (US\$ milhões)

Região/Estado	2005			2006		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
Brasil – Total (a)	96.622,5	60.300,3	36.322,3	113.370,3	75.490,5	37.879,8
Brasil – Agroneg.(b)	36.201,8	4.136,1	32.065,6	40.895,6	5.378,2	35.517,4
Nordeste – Total (c)	8.402,8	5.195,8	3.207,0	9.442,3	7.002,2	2.440,0
Nordeste – Agroneg. (d)	3.064,8	501,2	2.563,7	3.418,3	731,8	2.686,6
Bahia	1.192,0	141,4	1.050,6	1.446,7	190,4	1.256,3
Ceará	581,3	99,9	481,4	583,1	180,0	403,0
Alagoas	384,6	11,1	373,6	435,0	18,1	417,0
Pernambuco	262,2	174,1	88,1	307,5	222,8	84,7
Rio Grande do Norte	219,5	19,0	200,6	226,9	39,2	187,8
Maranhão	202,8	14,4	188,4	238,0	13,7	224,4
Paraíba	144,2	20,0	124,2	103,4	44,1	59,3
Piauí	45,4	2,7	42,7	32,7	2,2	30,5
Sergipe	32,8	18,7	14,2	45,0	21,4	23,6
VARIAÇÕES 2006/2005						
Brasil – Total			17,3	25,2	4,3	
Brasil – Agroneg.			13,0	30,0	10,8	
Nordeste – Total			12,4	34,8	-23,9	
Nordeste – Agroneg.			11,5	46,0	4,8	
Bahia			21,4	34,6	19,6	
Ceará			0,3	80,2	-16,3	
Alagoas			13,1	63,5	11,6	
Pernambuco			17,3	28,0	-3,9	
Rio Grande do Norte			3,4	106,5	-6,4	
Maranhão			17,4	-5,0	19,1	
Paraíba			-28,3	120,6	-52,2	
Piauí			-28,0	-20,5	-28,5	
Sergipe			37,1	14,9	66,2	
RELACIONES						
b/a	37,5	6,9	88,3	36,1	7,1	93,8
d/c	36,5	9,6	79,9	36,2	10,5	110,1
d/b	8,5	12,1	8,0	8,4	13,6	7,6

Fonte: AgroStat (2006).

Entre os dois períodos de 2005 e 2006 considerados, o agronegócio regional apresentou pequenas alterações em termos da sua representatividade nacional (conjunto de relações d/b na Tabela 5): as exportações mantiveram-se no mesmo patamar relativo (8,5% x 8,4%); houve uma pequena elevação de participação relativa nas importações (12,1% x 13,6%) e uma perda de importância relativa no saldo do agronegócio (8,0% x 7,6%).

O agronegócio é extremamente importante para o resultado da balança comercial geral do Nordeste, tendo respondido, até outubro/2006, por 110,1% do saldo, significando que as atividades não-integrantes do agronegócio continuaram a ter desempenho deficitário, conforme destacado na BNB-Conjuntura Econômica n° 10.

A Bahia permaneceu como o Estado mais importante no comércio externo do agronegócio regional, como principal exportador, principal gerador de saldo e segundo maior importador. Pernambuco manteve-se como o principal importador de produtos do agronegócio e o quar-

to lugar nas exportações; mas passou a ocupar a sexta posição em termos de saldo (subiu uma posição). A importância dos três principais estados geradores de saldo no agronegócio regional (Bahia, Ceará e Alagoas) seguiu elevada (77,3%) mas aproximou-se mais do percentual de 2005 (75,4%). Na BNB-Conjuntura n° 10, essa participação era de 79,0%.

O maior crescimento das exportações do agronegócio, em relação ao mesmo período de 2005, foi apresentado pelo Estado de Sergipe (37,1%); o pior desempenho foi da Paraíba (-28,3%). O maior aumento das importações foi registrado pela Paraíba (120,6%) e o menor pelo Piauí (-20,5%). Em consequência, o saldo que mais caiu foi o do Estado da Paraíba (52,2%). O melhor desempenho em termos de saldo foi do Estado de Sergipe (66,2%), mas cabe destacar os resultados dos saldos da Bahia (+19,6%) e do Maranhão (+19,1%) haja vista as posições que ocupam pelo tamanho dos saldos gerados (primeiro e quarto colocados, respectivamente) (Gráfico 21).

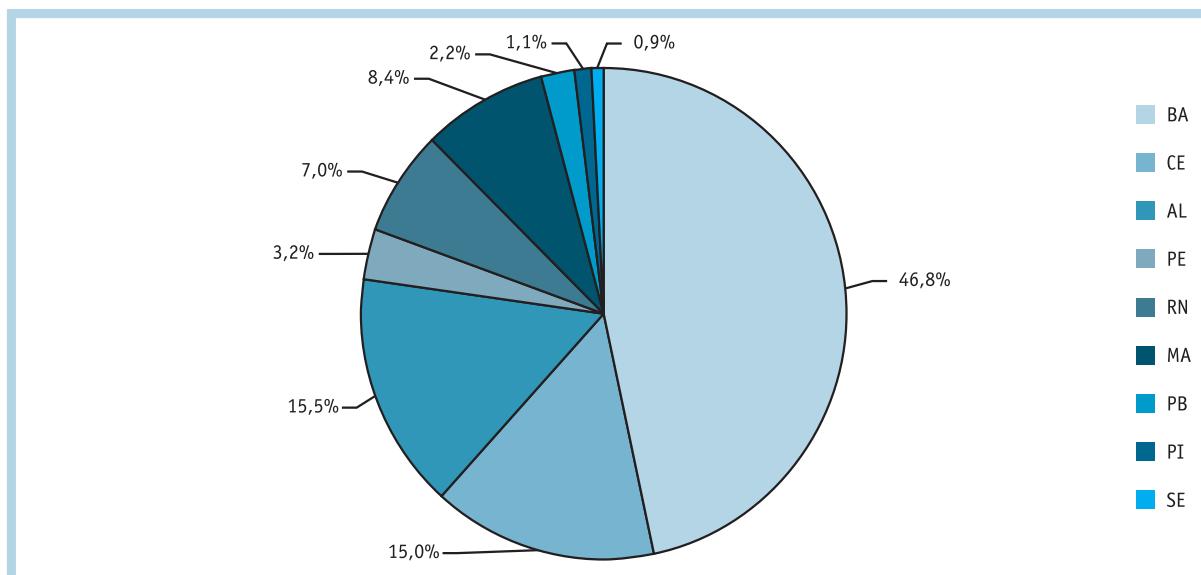


Gráfico 21 – Nordeste. Participação dos Estados no Saldo da Balança Comercial do Agronegócio. Jan.-Out./2006

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados originais do AgroStat (2006).

Em termos de setores, conforme a nomenclatura utilizada pelo AgroStat²³, os principais responsáveis pelas exportações nordestinas até outubro/2006 foram: Cacau e seus produtos; Produtos florestais, Bebidas e Complexo sucroalcooleiro, nessa ordem (com idêntica ordenação no que respeita à geração de saldo), totalizando US\$ 2.090,4 milhões. Esses setores foram também os principais em exportações e

saldo, de janeiro a outubro de 2005, apenas com uma mudança de posição: Bebidas passou do quarto para o terceiro lugar nas exportações.

Já nas importações do agronegócio, os principais setores, no mesmo período, foram (em ordem): Pescados, Complexo soja, Couros, produtos de couro e peleteria e Produtos florestais, que totalizaram US\$ 582,0 milhões. ●

²³ São 25 setores (Animais vivos; Bebidas; Cacau e seus produtos; Café; Carnes; Cereais, farinhas e preparações; Chá mate e especiarias; Complexo soja; Complexo sucroalcooleiro; Couros, produtos de couro e peleteria; Demais produtos de origem animal; Demais produtos de origem vegetal; Fibras e produtos têxteis; Frutas inclusive nozes e castanhas; Fumo e seus produtos; Lácteos; Pescados; Plantas vivas e produtos de floricultura; Produtos apícolas; Produtos florestais; Produtos hortícolas, leguminosas, raízes e tubérculos; Produtos oleaginosos exclusive soja; Rações para animais; Sucos de fruta).

4 - EMPREGO E RENDIMENTO

4.1 - Emprego

A Pesquisa Mensal de Emprego (PME) de outubro, do IBGE (2006²⁴), assinalou que a taxa de desocupação²⁵, no agregado das regiões pesquisadas²⁵, permaneceu praticamente estável em relação ao mês anterior, passando de 10,0%, em setembro,

para 9,8% em outubro. Em julho de 2006, a taxa alcançou o pico anual de 10,7%. Na comparação com outubro de 2005, a taxa de desocupação teve um aumento de 0,2 ponto percentual, o que representa estabilidade (Gráfico 22).

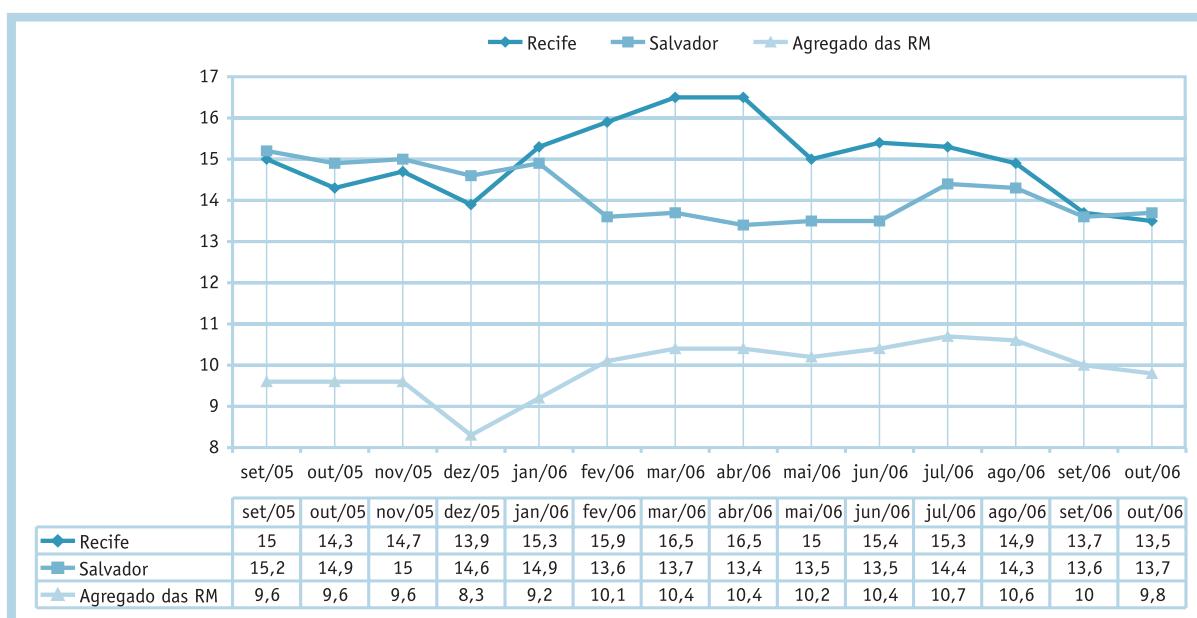


Gráfico 22 – Taxa de Desocupação para o Total das Áreas Cobertas pela PME, Recife e Salvador (Set./05 - Out./06)

Fonte: IBGE (2006). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

²⁴ Relação entre desocupados procurando trabalho e população economicamente ativa. Foram classificadas, pelo IBGE, como desocupadas as pessoas que não estavam trabalhando e permaneciam disponíveis para trabalhar na semana de referência e tinham tomado alguma providência efetiva para conseguir trabalho nos trinta dias anteriores à semana em que responderam à pesquisa. A população economicamente ativa (PEA) compreende as pessoas ocupadas, com trabalho remunerado ou não, e as desocupadas na semana de referência. A PEA é o contingente de pessoas na força de trabalho. Vale destacar que os valores apresentados levam em conta pessoas com 10 anos ou mais de idade, ou seja, pessoas em idade ativa.

²⁵ Regiões Metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

O número de pessoas desocupadas, no conjunto das Regiões Metropolitanas, segundo os dados da PME, foi de 2,2 milhões, em outubro de 2006, significando estabilidade em relação ao mês de setembro e, também, na comparação com outubro de 2005 (Gráfico 23). As regiões metropolitanas nordestinas pesquisadas, Recife e Salvador, continuam apresentando taxas de desocupação muito superiores às observadas para o agregado das regiões metropolitanas, como aponta o Gráfico 23.

Em Recife, a PME indicou estabilidade na taxa de desocupação, que passou de 13,7%, em setembro, para 13,5% em outubro. Em setembro de 2006, Recife deixou de exibir a maior taxa entre

as regiões pesquisadas, posição que passou a ser ocupada por Salvador, conforme pode ser observado na Tabela 30. Já na comparação com o mesmo mês do ano anterior, constatou-se um recuo de 0,8 ponto percentual na taxa de desocupação. Em termos do contingente de desocupados, que, em outubro de 2006, ficou em 212 mil, não houve variação significativa no confronto com setembro, nem em relação a outubro de 2005. O maior percentual no contingente de desocupados encontra-se entre as mulheres (54,6%), pessoas com idade entre 25 e 49 anos (50,7%) e pessoas com 11 anos ou mais de estudo (45,7%). Dos desocupados, 46,7% tinham tempo de procura por emprego entre 31 dias a menos de 6 meses.



Gráfico 23 – População Desocupada Total (em mil pessoas)

Fonte: IBGE (2006i).

Tabela 30 – Taxa de Desocupação – Outubro 2006

Regiões Metropolitanas	Taxas
Recife	13,5
Salvador	13,7
Belo Horizonte	8,7
Rio de Janeiro	7,3
São Paulo	10,5
Porto Alegre	8,4
Total	9,8

Fonte: IBGE (2006i).

Para a Região Metropolitana de Salvador, a taxa de desocupação em outubro de 2006 foi estimada em 13,7%, contra 13,6% em setembro de 2006, e 14,9% em outubro de 2005. No entanto, as oscilações não podem ser consideradas significativas, estatisticamente. O contingente de pessoas desocupadas em Salvador, referente a outubro de 2006, foi estimado em 229 mil, não havendo variação estatística significativa em relação a setembro de 2006 nem a outubro de 2005. O maior percentual no contingente de desocupados encontra-se entre as mulheres (61,1%), pessoas com idade entre 25 e 49 anos (52,2%) e pessoas com 11 anos ou mais de estudo (49,7%). Dos desocupados, 37,4% tinham tempo de procura por emprego entre 31 dias e menos de 6 meses.

No conjunto das regiões metropolitanas pesquisadas, o contingente da população ocupada (20,7 milhões, em outubro de 2006) apresentou estabilidade na comparação com setembro, e crescimento em relação a outubro de 2005 (2,9%, cerca de 580 mil pessoas).

A população ocupada estimada em Recife foi de 1.357 mil pessoas, em outubro de 2006, apresentando estabilidade em relação ao mês anterior, mas um aumento de 3,9%, na comparação com outubro de 2005. Há preponderância, entre os ocupados, de homens (56,9%), pessoas com idade entre 25 e 49 anos (65,0%) e com 11 anos ou mais de estudo (49,9%). Com relação ao tempo de permanência no trabalho, a PME indicou que 65,0% dos trabalhadores já estavam empregados há pelo menos 2 anos. Das pessoas ocupadas, em Recife, 46,9% estavam ligadas a estabelecimentos de maior porte, com 11 ou mais pessoas, enquanto que nos estabelecimentos de pequeno porte, de 1 a 5 pessoas, encontravam-se 46,2% dos ocupados (Tabela 31).

A população ocupada na Região Metropolitana de Salvador foi estimada em 1.440 mil pessoas. Esse resultado significou estabilidade no número de pessoas ocupadas na comparação tanto com setembro de 2006, quanto com outubro de 2005. Há preponderância,

Tabela 31 – População Ocupada nas Regiões Metropolitanas de Recife e Salvador (%). Outubro/2006

Mês de Outubro	Total	Recife	Salvador	POA ⁴
Sexo				
Masculino	55,6	56,9	53,5	55,4
Feminino	44,4	43,1	46,5	44,6
Faixa Etária				
10 a 14 Anos	0,3	0,5	0,5	0,2
15 a 17 Anos	1,8	1,7	1,4	2,1
18 a 24 Anos	16,2	15,5	16,2	17,0
25 a 49 Anos	63,1	65,0	65,8	62,3
50 Anos ou Mais	18,7	17,4	16,1	18,4
Anos de Estudo				
Sem Instrução e Menos de 1 Ano	2,3	3,6	2,2	1,3
1 a 3 Anos	5,1	6,6	5,7	4,7
4 a 7 Anos	22,0	23,2	20,0	25,0
8 a 10 Anos	18,0	16,0	18,5	19,7
11 Anos ou Mais	52,4	49,9	53,5	49,0
Tamanho do Empreendimento				
1 a 5 Pessoas	37,1	46,2	43,2	36,0
6 a 10 Pessoas	6,5	6,9	7,2	7,2
11 ou Mais Pessoas	56,4	46,9	49,6	56,8
Tempo de Permanência no Trabalho				
Até 30 Dias	1,9	3,0	2,0	2,4
De 31 Dias a Menos de 1 Ano	19,9	21,1	20,9	20,4
De 1 Ano a Menos de 2 Anos	11,5	10,9	11,6	11,7
2 Anos ou Mais	66,7	65,0	65,4	65,4

Fonte: IBGE (2006).

Nota: ⁴ POA é a População Ocupada Ativa. A População Ocupada é formada pela POA e pelas pessoas que estavam temporariamente afastadas de trabalho remunerado.

entre os ocupados, de homens (53,5%), pessoas com idade entre 25 e 49 anos (65,8%) e com 11 anos ou mais de estudo (53,5%). Com relação ao tempo de permanência no trabalho, a PME indicou que 65,4% dos trabalhadores já estavam empregados há pelo menos 2 anos. A maior parcela dos trabalhadores ocupados em Salvador (49,6%) encontram-se em estabelecimentos de maior porte, com 11 pessoas ou mais (Tabela 31).

A População Ocupada Ativa (POA), para o conjunto das regiões pesquisadas, também é indicada na Tabela 32. A POA compreende as pessoas que exerceram trabalho, remunerado ou sem remuneração, durante pelo menos uma hora completa na semana de referência da pesquisa. A População Ocupada, por sua vez, é formada pela

POA e pelas pessoas que estavam temporariamente afastadas de trabalho remunerado²⁶.

O contingente de trabalhadores com carteira assinada no setor privado, que responde por 43,9% da população ocupada no conjunto das regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE, apresentou estabilidade em relação a setembro de 2006, mas elevou-se em 6,7% frente a outubro do ano passado. No Nordeste, os trabalhadores com carteira assinada representam 33,3% e 35,5% da população ocupada nas regiões metropolitanas de Recife e Salvador, respectivamente (Tabela 31). Em Recife, o contingente de trabalhadores “com carteira” apresentou estabilidade em relação a setembro de 2006, e aumento de 6,0% em relação a outubro de 2005. Em Salvador, houve estabilidade, na comparação anual e na comparação com outubro passado.

Tabela 32 – Distribuição da População Ocupada, por Região Metropolitana, segundo a Posição Ocupada (%). Outubro/2006

Distribuição da População Ocupada por Posição na Ocupação	TOTAL	RECIFE	SALVADOR	POA
Com Carteira no Setor Privado	41,5	33,3	35,5	43,9
Sem Carteira no Setor Privado	14,9	16,7	13,8	12,7
Conta Própria	19,3	22,0	22,6	18,8
Empregador	4,8	5,1	4,2	4,7

Fonte: IBGE (2006i).

4.2 - Rendimento

Nas seis regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE, o rendimento médio real habitualmente recebido pelos trabalhadores atingiu R\$ 1.046,50, representando um aumento de 1,2% em relação a setembro último. Na comparação com o mesmo mês do ano anterior, esse rendimento teve um incremento de 5,4%. Na comparação anual, o comportamento foi de elevação em todas as seis regiões metropolitanas pesquisadas.

A Região Metropolitana do Recife exibiu um incremento de 5,3% no rendimento médio real em relação a setembro, e de 4,5% em relação a outubro de 2005. Para a de Salvador, também foi verificado um incremento nos rendimentos na comparação com setembro (1,3%), e também na comparação com outubro de 2005 (5,6%). A RM de Salvador vem apresentando comportamento crescente do rendimento nos

²⁶ Considerou-se como ocupada temporariamente afastada de trabalho remunerado a pessoa que não trabalhou durante pelo menos uma hora completa na semana de referência por motivo de férias, greve, suspensão temporária do contrato de trabalho, licença remunerada pelo empregador, más condições de tempo ou outros fatores ocasionais.

últimos cinco meses, tal como o comportamento do rendimento no conjunto das regiões metropolitanas (Gráfico 24).

Na RM de Recife, no que tange às variações mensais do rendimento segundo as categorias de posição na ocupação, houve crescimento nos rendimentos médios habituais para os empregados com carteira de trabalho assinada, no setor privado (5,6%), para os trabalhadores “sem carteira”, no setor privado (3,7%) e para os trabalhadores por conta própria (7,9%), alcançando em outubro, respectivamente, R\$ 745,20, R\$ 426,10 e R\$ 486,60. Na comparação anual, auferiram ganhos os trabalhadores com carteira assinada (8,8%) e os sem carteira assinada (12,1%), enquanto que para

os trabalhadores por conta própria foram verificadas perdas nos rendimentos de 15,5%.

Na RM de Salvador, houve crescimento mensal nos rendimentos médios habituais para os empregados sem carteira de trabalho assinada (19,1%), alcançando R\$ 602,90 em outubro, e redução nos rendimentos dos empregados “com carteira” (-4,2%) e trabalhadores por conta própria (-2,7%), caindo os rendimentos para R\$ 806,10 e R\$ 537,30, respectivamente, em outubro. Na comparação anual, auferiram ganhos os empregados sem carteira de trabalho assinada (32,3%), enquanto que, para os trabalhadores “com carteira” e para os trabalhadores por conta própria, foram verificadas perdas nos rendimentos de 0,9% e 6,7%, respectivamente.

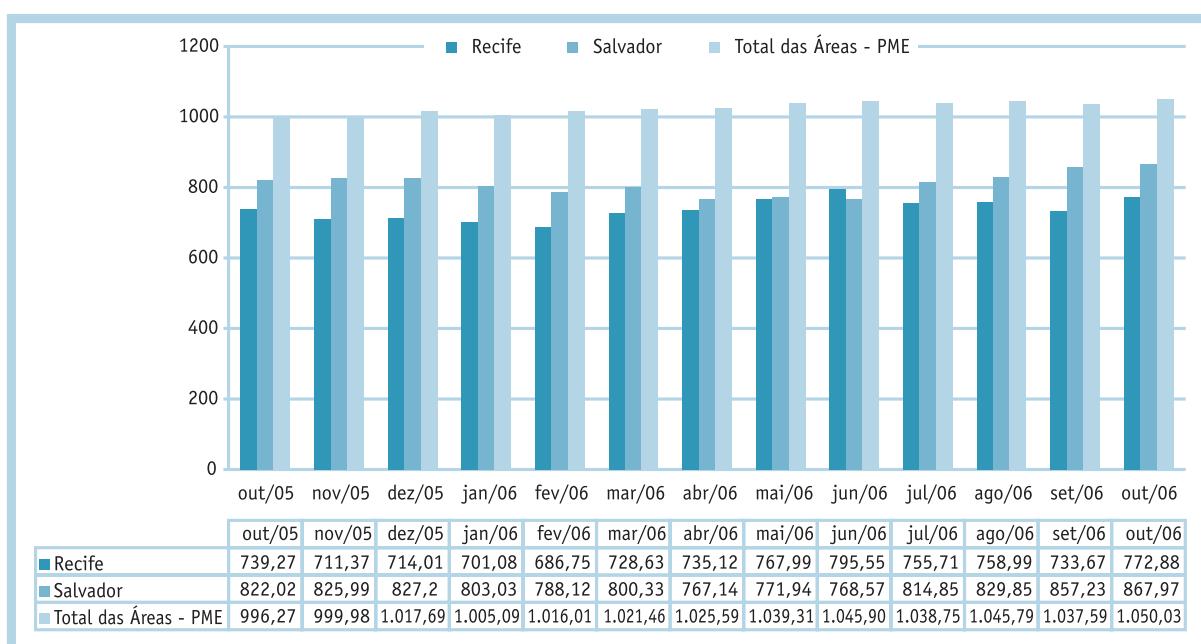


Gráfico 24 – Rendimento Médio Real Habitualmente Recebido para o Total das Áreas Cobertas pela PME, Recife e Salvador (Out.05/ Out.06)

Fonte: IBGE (2006).

4.3 - Considerações Adicionais sobre a Criação de Empregos Formais

4.3.1 - O desempenho do Brasil

Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED, 2006), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), para novembro de 2006, registraram saldo líquido de 32.579 empregos formais, resultado de 1.047.987 admissões e 1.015.408 desligamentos. O saldo corresponde a um ligeiro incremento de 0,12% em relação ao mês anterior. Essa performance está ligada, por um lado, ao aumento de consumo de final de ano e, por outro, à entressafra no centro-sul e ao período de chuvas.

No acumulado do ano, foram geradas 1.546.179 novas vagas formais, uma expansão de 5,93% em comparação ao mesmo período do ano anterior. Esse saldo foi maior do que o mesmo período de 2005 quando totalizou o acréscimo de 1.540.700 postos de trabalho. Já nos últimos doze meses, o nível de emprego formal teve um incremento de 4,78%, o que corresponde ao acréscimo de 1.259.460 empregos com carteira assinada.

Setorialmente, a geração de postos de trabalho formal, em novembro de 2006, foi liderada pelo Comércio. Nesse setor, foram registrados 87.427 novos empregos – o melhor desempenho para o mês – uma elevação de 1,46% em relação a outubro de 2005. Em seguida, vem o setor Serviços, responsável pela abertura de 36.618 novas vagas com carteira assinada, um crescimento de 0,32%. Já os demais setores registraram saldo negativo, devido a fatores sazonais. A Agropecuária eliminou 50.757 vagas formais, uma queda de 3,86% em relação ao mês passado. Por sua vez, a Indústria de Transformação e a Construção Civil assinalaram, respectivamente, saldos negativos de 26.831 e 10.490.

Entre janeiro e novembro de 2006, o Setor Serviços continua na liderança de criação de empregos com a abertura de 588.561 novas vagas. Destaque para a Construção Civil que teve o melhor resultado para o período na série do Caged com 121.642 novos postos de trabalho com carteira assinada. (Tabela 33)

Tabela 33 – Brasil. Variação Absoluta no Acumulado do Ano do Emprego Formal, segundo os Setores de Atividade Econômica

	Total das Atividades	Extração Mineral	Ind. de Transform	S.I.U.P	Const. Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropecuária
Jan a Nov/03	945.351	7.072	213.876	2.491	-8.503	225.317	334.815	22.431	147.027
Jan a Nov/04	1.875.369	10.543	616.347	5.527	86.108	393.029	536.404	22.527	204.798
Jan a Nov/05	1.540.700	9.821	280.820	12.682	115.391	375.943	617.105	39.044	89.807
Jan a Nov/06	1.546.179	12.142	365.615	7.721	121.642	319.425	588.561	26.676	104.397

Fonte: Caged (2006).

4.3.2 - O desempenho do Nordeste

O Nordeste fechou o mês de novembro com o saldo positivo de 17.155 novos postos de trabalho. Esse valor representa a diferença de 138.525 admissões contra 121.370 demissões. Em comparação com o mesmo mês de 2005, constata-se uma pequena redução, -5,2%. Na comparação com o mês de outubro, o ritmo de crescimento foi bem menor, -40,0%. Esses números são reflexos de fatores sazonais típicos do período em análise, como será visto a seguir.

Setorialmente, vê-se uma aceleração no crescimento do Comércio com um saldo de 16.640 postos de trabalho, crescimento de 69,4% em comparação a outubro. Os Serviços também foram responsáveis pelo saldo positivo com o aumento no estoque de emprego de 9.099 empregados, quase o dobro do saldo do setor no mês passado, 98,2%. Esses valores

são reflexos do período de férias e festas de final de ano. Em contrapartida, a Agropecuária, após seis meses de crescimento obteve um saldo negativo da ordem de 8.051 postos de trabalho junto com Construção Civil, com -3.477 (Gráfico 25).

No período janeiro-novembro de 2006, a região Nordeste apresenta saldo positivo de 195.874, resultado esse inferior ao obtido em 2005 quando a Região obteve saldo de 219.204, queda de 9,3%. Todos os setores da economia apresentaram saldo positivo, onde merecem destaque: Serviços (60.631), Comércio (56.101); Ind. de Transformação (48.109) e Construção Civil (20.531).

A seguir, analisa-se o comportamento do mercado de trabalho formal segundo os respectivos Estados da Região.

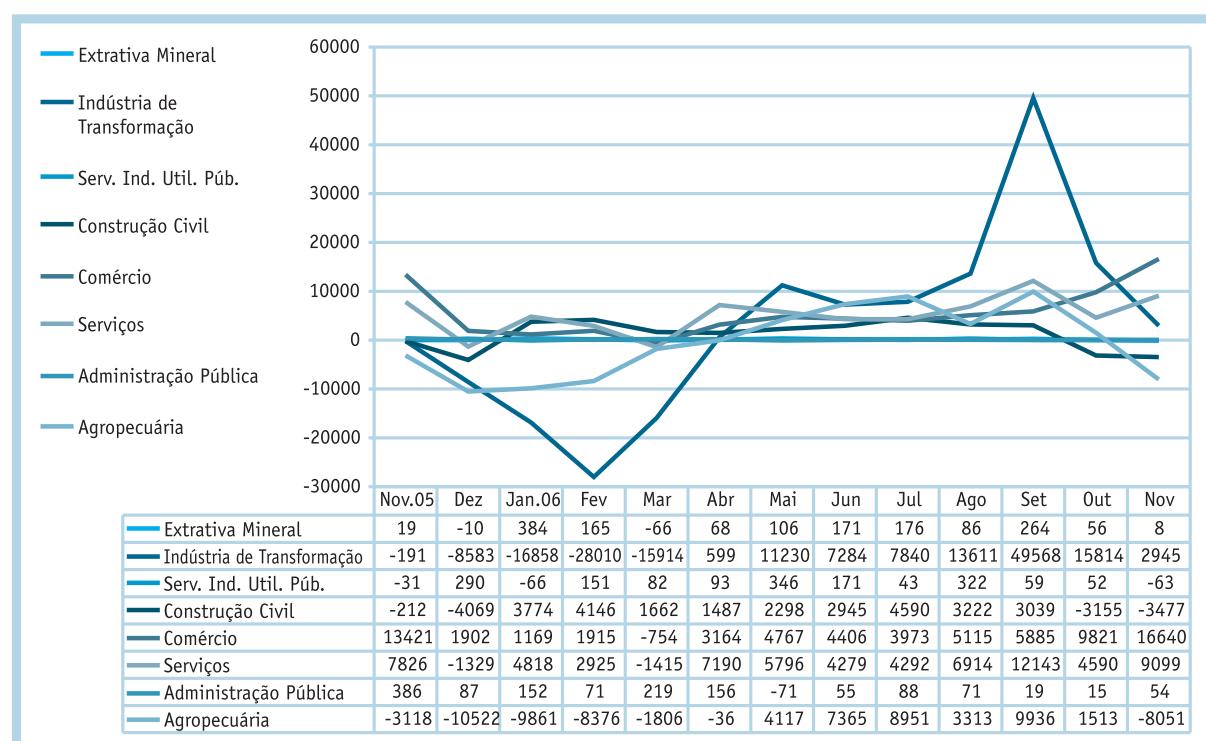


Gráfico 25 – Nordeste. Evolução do Emprego Formal por Setor de Atividade (12 meses)

Fonte: Caged (2006).

Tabela 34 – Nordeste: Emprego Formal por Estado

UF	Novembro - 2006			Jan.-Nov./2006		
	Admitidos	Desligados	Saldo	Admitidos	Desligados	Saldo
Maranhão	8.261	7.197	1.064	88.113	71.502	16.611
Piauí	5.322	5.264	58	56.088	46.141	9.947
Ceará	25.461	19.198	6.263	249.227	211.689	37.538
Rio Grande do Norte	12.937	10.156	2.781	136.495	119.317	17.178
Paraíba	6.795	5.326	1.469	79.392	65.283	14.109
Pernambuco	28.660	24.687	3.973	313.539	267.435	46.104
Alagoas	7.289	6.150	1.139	104.851	91.077	13.774
Sergipe	5.504	5.237	267	65.099	56.390	8.709
Bahia	38.296	38.155	141	442.130	410.226	31.904
Nordeste	138.525	121.370	17.155	1.534.934	1.339.060	195.874

Fonte: Caged (2006).

Os dados do Caged (2006) para Alagoas no mês de novembro registraram saldo positivo de 1.139 postos de trabalho, resultado muito superior ao registrado no mesmo mês de 2005 quando o resultado foi negativo (-64). Entre os setores da economia, o grande responsável pelo saldo positivo foi o Comércio, saldo de 1.063 empregos celetistas, crescimento de 91,9% em comparação a outubro. Ademais, salvo a Agropecuária e Serviços com saldo de 266 e 183, respectivamente, todos os outros setores apresentaram saldo negativo de emprego, sendo que a Indústria de Transformação e a Construção Civil foram os setores que mais desempregaram, registrando saldo negativo de 225 e 140 empregos formais, respectivamente.

No acumulado do ano, o Estado registra saldo de 13.774, aumento de 59,6% com relação ao mesmo período de 2005. Entre os setores, os destaques são Indústria de Transformação (7.631), Comércio (3.899) e Serviços (2.287). O único setor a apresentar saldo negativo foi a Construção Civil, -525 postos de trabalho.

O emprego formal no Estado da Bahia apresentou, em novembro, uma pequena retomada do crescimento após registrar saldo negativo em outubro (-1.636). Foram gerados 141 novos empregos com carteira assinada no mês em análise. Setorialmente, foram registrados maio-

res saldos em Comércio e Serviços, com 3.180 e 2.382 novos postos formais, respectivamente. Por outro lado, Agropecuária e Construção Civil eliminaram, respectivamente, 4.289 e 1.075 postos de trabalho. No acumulado do ano, o estoque de empregos formais registrou o acréscimo de 31.904 empregos com carteira assinada. Entre os setores, destaque para Comércio (14.257), Serviços (9.971) e Indústria de Transformação (8.005).

O Estado do Ceará foi o que apresentou o maior saldo entre os Estados nordestinos, com saldo de 6.263 empregos com carteira assinada, 35,5% do total da região, resultado esse 25,9% superior ao apresentado em novembro de 2005. Já na comparação com outubro, os valores não diferem muito, variação de -4,0%. Entre os setores, os que mais se destacaram em resultados positivos foram: Comércio (3.202), Serviços (1.882) e Ind. de Transformação (1.880). Os únicos setores a apresentarem saldo negativo foram, Construção Civil (-786) e Administração Pública (-10).

No acumulado do ano, o Estado mantém um saldo positivo de 37.538 postos de trabalho, portanto, valor superior aos 32.831 postos de trabalho de novembro de 2005. Entre os setores, os que mais se destacaram ao longo do ano foram, Serviços (12.552); Ind. de Transformação

(9.828); Comércio (7.649) e Construção Civil (5.568). O único setor a apresentar saldo negativo foi Extrativa Mineral, -13 postos de trabalho.

Em novembro, o Estado do Maranhão assinalou crescimento do emprego celetista, com a geração adicional de 1.064 postos de trabalho, entretanto, uma variação de -28,5% em relação a outubro de 2006. Setorialmente, destaque para o Comércio (815), Serviços (731) e Construção Civil (364). Por outro lado, Agropecuária eliminou 827 empregos formais. De janeiro a novembro de 2006, a demanda de trabalho formal registrou um crescimento de 7,4% em comparação ao mesmo período de 2005. Já, em termos absolutos, foram abertas 16.611 novas vagas formais. Os principais setores responsáveis por esse desempenho foram Serviços (5.810), Comércio (4.537) e Construção Civil (3.390). Esse resultado demonstra que o Estado vem mantendo a trajetória de geração de empregos em 2006.

O Estado da Paraíba registrou no mês de novembro um saldo de 1.469 empregos celetistas, quarto melhor desempenho entre os estados da Região, em comparação com outubro, quando o Estado registrou saldo de 2.171, ocorrendo uma retração da ordem de 32,3%. Quando comparado ao mesmo mês de 2005, percebe-se que o saldo também sofreu uma queda, agora de 24,9%. Entre os setores da atividade econômica, o maior responsável pelo saldo positivo é o Comércio, 1.457 empregos celetistas. Serviços e Indústria de Transformação obtiveram saldo de 283 e 165 postos de trabalho, respectivamente. Em contrapartida, Construção Civil e Agropecuária registraram saldo negativo de 341 e 103 postos de trabalho, respectivamente.

No período janeiro-novembro, a Paraíba acumula saldo de 14.109 empregos formais, resultado bem melhor ao registrado no mesmo período de 2005, quando deteve um saldo de

11.761, portanto, crescimento de 19,9%. Entre os setores, os que apresentaram melhores saldos foram, Indústria de Transformação (5.296), Comércio (3.500), Serviços (2.518) e Construção Civil (2.427).

O Estado de Pernambuco assinalou crescimento do emprego celetista, com a geração de 3.973 novos postos de trabalho em novembro, que corresponde a uma elevação de 53,3% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Setorialmente, o Comércio foi o principal responsável por esse resultado, totalizando 4.017 novas vagas formais. Em seguida, estão Serviços e Indústria de Transformação que registraram acréscimos de 2.704 e 1.119 empregos com carteira assinada, respectivamente. Entretanto, por razões de ordem sazonal, a Agropecuária assinalou a redução de 3.464 vagas formais no mês em análise. No acumulado, foram abertos 46.104 postos de trabalho formais. Em comparação ao mesmo período do ano anterior, observa-se um pequeno incremento de 0,5%. Os principais setores, entre janeiro e novembro/2006, responsáveis pela geração de novos empregos foram Serviços (17.122), Comércio (12.196) e Indústria de Transformação (10.869).

De acordo com os dados do Caged, o Piauí foi o Estado nordestino que gerou o menor número de novos empregos formais em novembro 2006. O Estado contabilizou 58 novos empregos com carteira assinada no mês em análise. Os setores que mais demandaram trabalho formal foram o Comércio e Serviços com 622 e 114 novos postos de trabalho, respectivamente. Já a Construção Civil eliminou 678 vagas formais devido a fatores sazonais. No acumulado do ano, o Estado totalizou a criação de 9.947 novos empregos formais, superior ao mesmo período de 2005, quando registrou o acréscimo de 8.607 vagas com carteira assinada. Setorialmente, Comércio e Serviços lideraram a criação de empregos formais entre janeiro e no-

vembro de 2006, totalizando, respectivamente, 3.385 e 3.278 novos postos de trabalho.

O Estado do Rio Grande do Norte registrou, no mês de novembro, saldo de 2.781 postos de trabalho, terceiro melhor resultado entre os Estados nordestinos. Na comparação com outubro, constata-se uma ligeira evolução no saldo, 28,0%. Quando comparamos com novembro de 2005, saldo de 2.176, a melhora no saldo também é de 28,0%. Na análise dos setores, os destaques são Comércio, com saldo de 1.548; Serviços, com 805 postos de trabalho; e Indústria de Transformação, com saldo de 408 empregos formais. O único setor a apresentar saldo negativo no mês foi a Construção Civil, com fechamento de 98 postos de trabalho. Vale lembrar que o resultado negativo desse setor foi sentido por todos os Estados da região Nordeste, com exceção do Maranhão.

No acumulado do ano, o Estado registra um estoque de 17.178 empregos celetistas, resultado ligeiramente inferior ao obtido no mesmo período de 2005, redução de -5,5%. Entre os setores destacam-se, Construção Civil, Comércio, Serviços e Indústria de Transformação com

os respectivos saldos de 5.099, 4.284, 3.495 e 3.183 postos de trabalho.

Para o mês de novembro, o Estado do Sergipe registrou saldo de 267 postos de trabalho, resultado muito inferior ao obtido em outubro, quando o saldo foi de 1.659 empregos formais, com redução de 83,3%. Esse é o pior desempenho do Estado para o mês em análise, desde o início da série em 1999. Entre os setores, o responsável por manter um saldo positivo foi o Comércio com 736 postos de trabalho. Já os setores Construção Civil e Indústria de Transformação foram os responsáveis pelo derrubada do saldo, os dois juntos somam um saldo negativo de 536 empregos formais.

Quanto no acumulado do ano, o Estado registra melhor saldo do que o do mesmo período do ano passado, 8.709 de 2006 contra 8.150 em 2005, variação de 6,8%. Todos os setores apresentam saldo positivo, destaque para os Serviços, Comércio, Construção Civil e Indústria de Transformação, cada um com saldo de 3.598, 2.394, 730 e 724 postos de trabalho, respectivamente. ●

5 - SETOR EXTERNO

5.1 - Balança Comercial Brasileira

O saldo da balança comercial brasileira – exportações menos importações – alcançou US\$ 37.880 milhões no acumulado de janeiro a outubro de 2006. Esse valor representa um incremento de 4,3% sobre o mesmo período de 2005 (US\$ 36.322 milhões) e é recorde histórico para o acumulado do ano. No mês de outubro/2006, o saldo comercial foi favorável em US\$ 3.914 milhões – cifra recorde para meses de outubro – com crescimento de 6,3% em relação a outubro/2005 (US\$ 3.682 milhões). No entan-

to, na análise da variação mensal – mês/mês imediatamente anterior – o saldo da balança comercial apresentou, por três meses consecutivos, resultados negativos, com variações de -19,9%, -1,9% e -11,6%, respectivamente, agosto, setembro e outubro.

A corrente de comércio internacional brasileira – exportações mais importações – apresentou desempenho satisfatório entre janeiro e outubro de 2006, atingindo US\$ 188.861 mi-

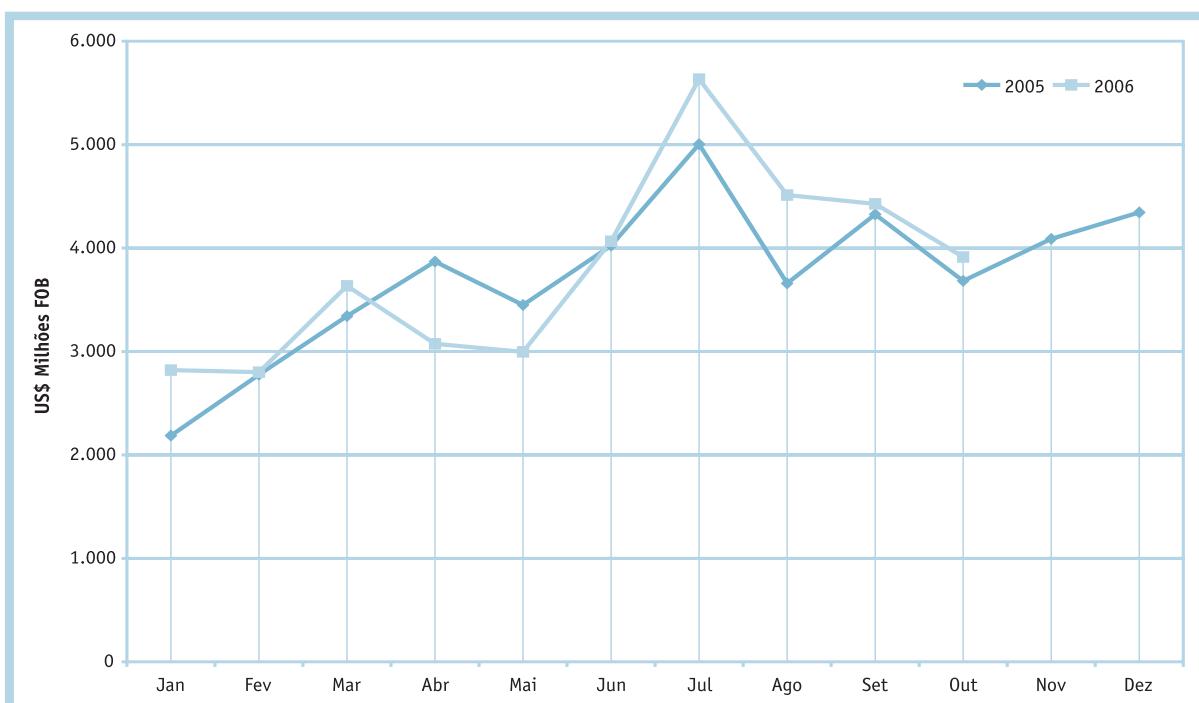


Gráfico 26 – Saldo da Balança Comercial Brasileira (Jan./05-Out./06)

Fonte: Brasil (2006d). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

lhões – cifra recorde para os dez primeiros meses do ano – representativos de crescimento de 20,4% em relação a igual período de 2005. No mês de outubro, a corrente de comércio somou US\$ 21.403 milhões, valor recorde histórico para meses de outubro. Comparando outubro de 2006

a outubro de 2005 (US\$ 16.124 milhões) verifica-se um crescimento de 32,7% – o maior do ano até então, sob essa mesma base de comparação. Na análise mensal – outubro de 2006 em relação a outubro de 2005 – ocorreu variação positiva de 3,6%, após queda de -9,2% em setembro.

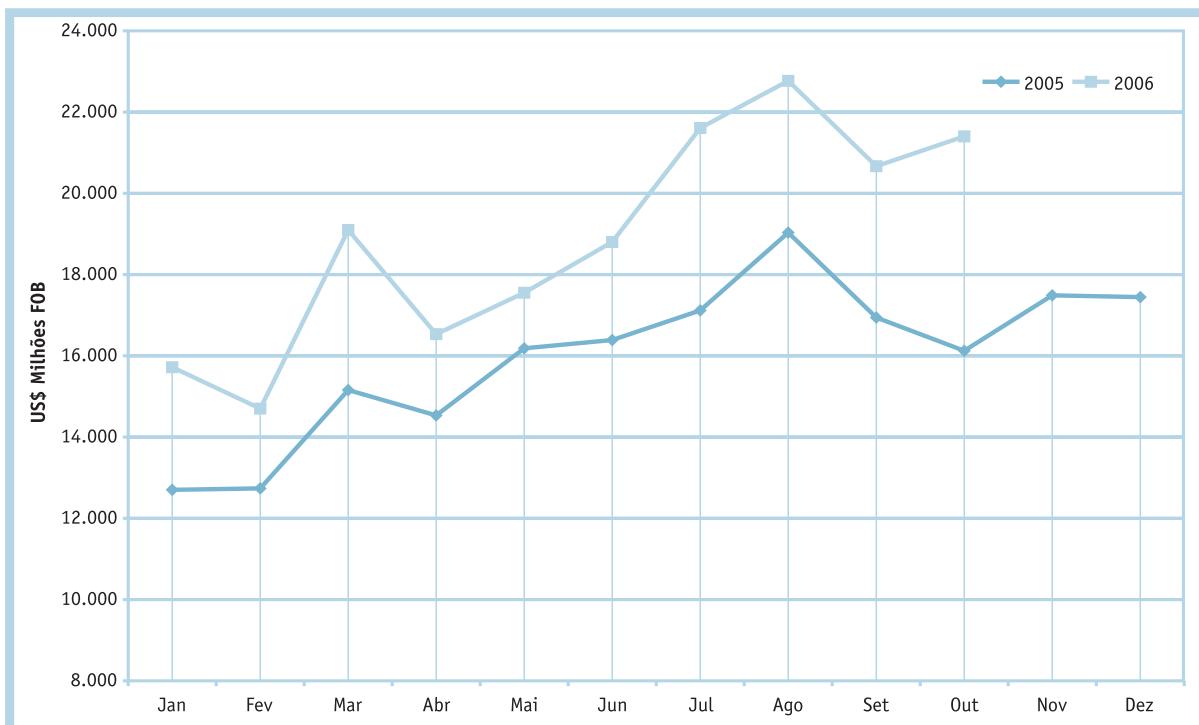


Gráfico 27 – Corrente de Comércio Brasileira (Jan./05-Ago./06)

Fonte: Brasil (2006d).

5.1.1 – Exportações

As exportações brasileiras somaram US\$ 12.659 milhões em outubro de 2006, consignando resultados recordes para meses de outubro. Essa cifra representou um incremento de 27,8% sobre outubro de 2005 e de 0,9% em relação a setembro de 2006. No acumulado de janeiro a outubro de 2006, as exportações alcançaram valor recorde histórico para o período, ao totalizarem US\$ 113.372 milhões, com crescimento de 17,3% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Dados da Funcex (2006d) (Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior) mostram que em outubro de 2006, o crescimento do *quantum* das exportações superou a variação dos preços, na comparação com outubro de 2005, pela primeira vez desde janeiro – 13,6% contra 12,5%, respectivamente. Entretanto, na comparação de janeiro-outubro/2006 com igual período de 2005, os índices de preço permaneceram mais expressivos que os de *quantum* importado (11,9% contra 4,7%, respectivamente).

A análise dos dados revela que a expansão das exportações brasileiras no período (17,3%), foi puxada pelo incremento dos preços dos produtos nas três categorias, tendo os semimanufaturados apresentado a maior taxa relativa (15,9%), seguidos de manufaturados (11,0%) e básicos (10,9%). Em relação ao volume exportado, os básicos tiveram a maior expansão (6,4%), seguidos dos produtos semimanufaturados (4,6%) e manufaturados (4,2%).

Assim, no acumulado dos dez primeiros meses de 2006, todos os grupos de produtos, segundo fator agregado, registraram incrementos nas exportações, com relação ao acumulado de dez meses de 2005. O crescimento mais relevante ocorreu nas exportações de produtos semimanufaturados

(21,9%), seguidos dos produtos básicos (17,7%) e manufaturados (15,8%)

Embora as exportações de semimanufaturados tenham apresentado o maior crescimento no período considerado, elas representaram apenas 14,0% das vendas externas brasileiras, ocupando o terceiro lugar – a menor de todas as participações. Dentre os produtos semimanufaturados que mais se destacaram nas exportações nacionais observam-se: catodos de cobre (303,2%); zinco em bruto (135,8%); ouro em formas semimanufaturadas (64,0%); e ligas de alumínio (63,2%).

Os produtos básicos apresentaram participação de 29,7% nas exportações totais do País, no acumu-

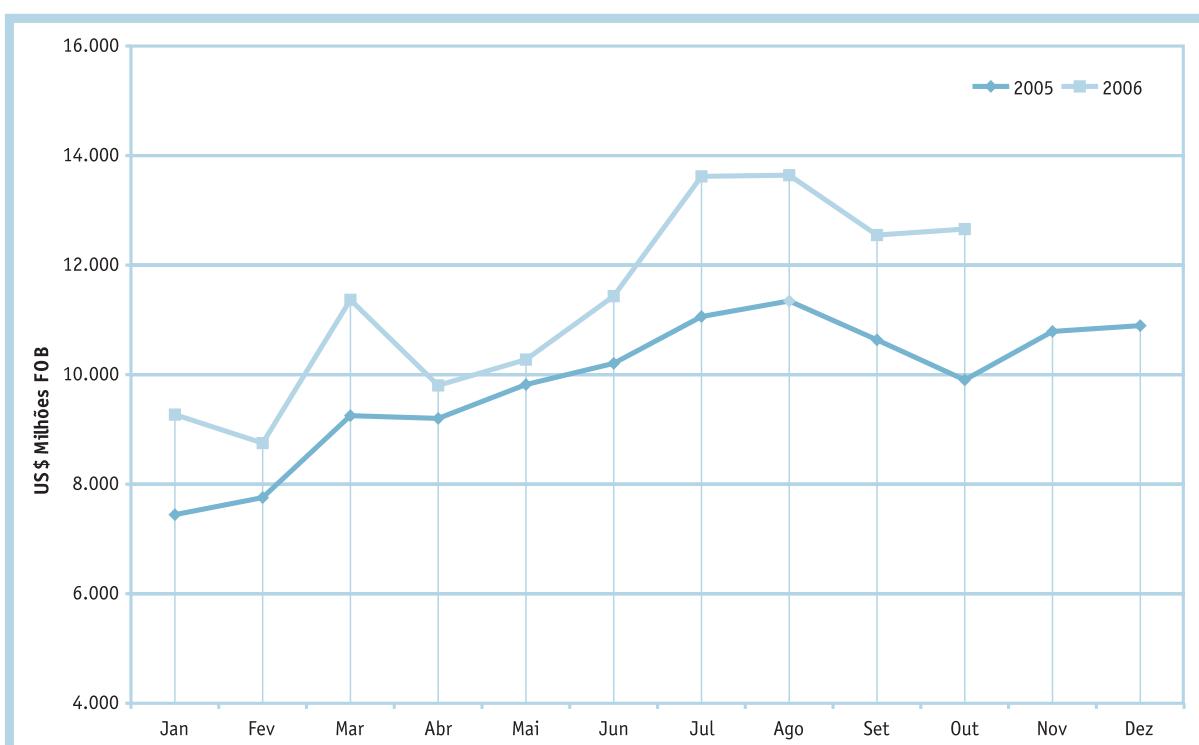


Gráfico 28 – Exportações Brasileiras (Jan./05- Out./06)

Fonte: Brasil (2006d).

Tabela 35 – Variação dos Índices de Preço e Quantum (Janeiro/Outubro - 2006/2005)

	Preço	Quantum
Exportação Total	11,9	4,7
Básicos	10,9	6,4
Semimanufaturados	15,9	4,6
Manufaturados	11,0	4,2

Fonte: Brasil (2007b).

Tabela 36 – Brasil: Exportação por Fator Agregado, em US\$ Milhões FOB (Jan.-Out./06)

Exportações	Jan.-Out./06	Jan.-Out./05	Var.% 2006/2005	Part.%	
				2006	2005
Básicos	33.669	28.615	17,7	29,7	29,6
Industrializados	77.184	65.988	17,0	68,1	68,3
Semimanufaturados	15.823	12.980	21,9	14,0	13,4
Manufaturados	61.361	53.008	15,8	54,1	54,9
Operações Especiais	2.517	2.019	24,7	2,2	2,1
Total	113.370	96.622	17,3	100,0	100,0

Fonte: Brasil (2007b). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

lado dos dez primeiros meses deste ano. Dentre os itens mais representativos estão: milho em grãos (235,1%); minérios de cobre (81,1%); óleos brutos de petróleo (66,4%); e mármores e granito (42,2%).

Nos produtos manufaturados, sublinham-se os desempenhos nas vendas externas de: álcool etílico (113,2%); óxidos e hidróxidos de alumínio (84,3%); barras, perfis, fios e chapas de cobre (67,6%); óleos combustíveis (65,8%); e óleo de soja refinado (65,3%). Os manufaturados tiveram o maior peso na pauta de exportações brasileiras (54,1%). Mesmo assim, essa participação foi inferior a de 2005 (54,9%).

A análise das exportações brasileiras entre janeiro e outubro de 2006, segundo o destino, revela crescimento para todos os principais blocos, na comparação com o mesmo período de 2005. O maior crescimento relativo ocorreu nas exportações com destino à Aladi (exceto Mercosul), com variação de 28,7% – sua participação na pauta de exportações brasileiras aumentou de 11,6% em 2005 para 12,7%, em 2006.

O bloco com o segundo maior incremento relativo como destino das exportações nacionais foi o Oriente Médio (26,1%), ampliando sua participação nas exportações do País de 3,6% em 2005 para 3,9% em 2006, considerando-se os dez primeiros meses do ano. As exportações para a África cresceram 22,8%, o terceiro maior incremento, enquanto que as exportações nacionais com destino ao Mercosul cresceram 19,7%. Dessa forma, a participação do Mercosul nas exporta-

ções brasileiras passou de 9,9% em 2005 para 10,1% em 2006, no período assinalado.

Destacam-se as exportações do Brasil para a Argentina, que no acumulado de janeiro a outubro de 2006, cresceram 19,4% em relação ao mesmo período de 2005, por conta de automóveis, aparelhos transmissores e receptores, autopeças, veículos de carga, óleos combustíveis e motores para veículos.

As vendas de produtos brasileiros para a Ásia cresceram 16,1%, entre janeiro e outubro de 2006, relativamente a igual período de 2005, ao passo que as vendas externas para a União Européia e para os Estados Unidos apresentaram incrementos de 13,4% e 11,4%, respectivamente. Vale salientar que tanto os Estados Unidos como os dois blocos econômicos (Ásia e União Européia) apresentaram queda de participação nas exportações brasileiras, na comparação do acumulado de 2006 com o de 2005.

As cinco regiões do País mostraram incremento nas suas exportações, no acumulado de janeiro-outubro/2006, comparativamente a igual período de 2005. A região Sudeste apresentou o maior crescimento (23,8%) e a maior participação nas exportações nacionais, respondendo por 57,9% das vendas externas brasileiras. As exportações da região Norte tiveram expansão de 22,0%, ao passo que as vendas externas da região Nordeste cresceram 12,4% – o terceiro melhor resultado, porém inferior à média nacional (17,3%). A região Sul aumentou suas exportações em 6,5%, participando com 22,2% nas exportações nacionais. Por fim, as exportações da região Centro-Oeste aumentaram 5,1%, no período considerado.

Tabela 37 – Brasil. Exportação – Principais Blocos Econômicos. Jan/Out.-2006/2005 (milhões FOB)

	Janeiro/ Outubro		Var.% 2006/05 p/	Part.%	
	2006	2005		2006	2005
Aladi	25.903	20.795	24,6	22,8	21,5
- Mercosul	11.481	9.592	19,7	10,1	9,9
- Argentina	9.676	8.104	19,4	8,5	8,4
- Demais da Aladi	14.422	11.203	28,7	12,7	11,6
União Européia	24.881	22.008	13,1	21,9	22,8
EUA*	20.701	18.584	11,4	18,3	19,2
Ásia	17.343	14.936	16,1	15,3	15,5
- China	7.168	5.377	33,3	6,3	5,6
África	6.046	4.922	22,8	5,3	5,1
Oriente Médio	4.432	3.515	26,1	3,9	3,6
Europa Oriental	3.609	3.284	9,9	3,2	3,4
Demais	10.455	8.578	21,9	9,2	8,9
Total	113.370	96.622	17,3	100,0	100,0

Fonte: Brasil (2007b).

Nota: (*) Inclui Porto Rico.

5.1.2 - Importações

Em outubro de 2006, as importações totais do País alcançaram US\$ 8.745 milhões, segundo maior valor mensal do ano, com crescimento de 40,6%, em relação a igual mês do ano anterior, e de 7,7%, na comparação com setembro. No período de ja-

neiro a outubro de 2006, as importações somaram US\$ 75.493 milhões – valor recorde para o acumulado das importações no período considerado – significativos de incremento de 25,2% sobre o mesmo acumulado de 2005.

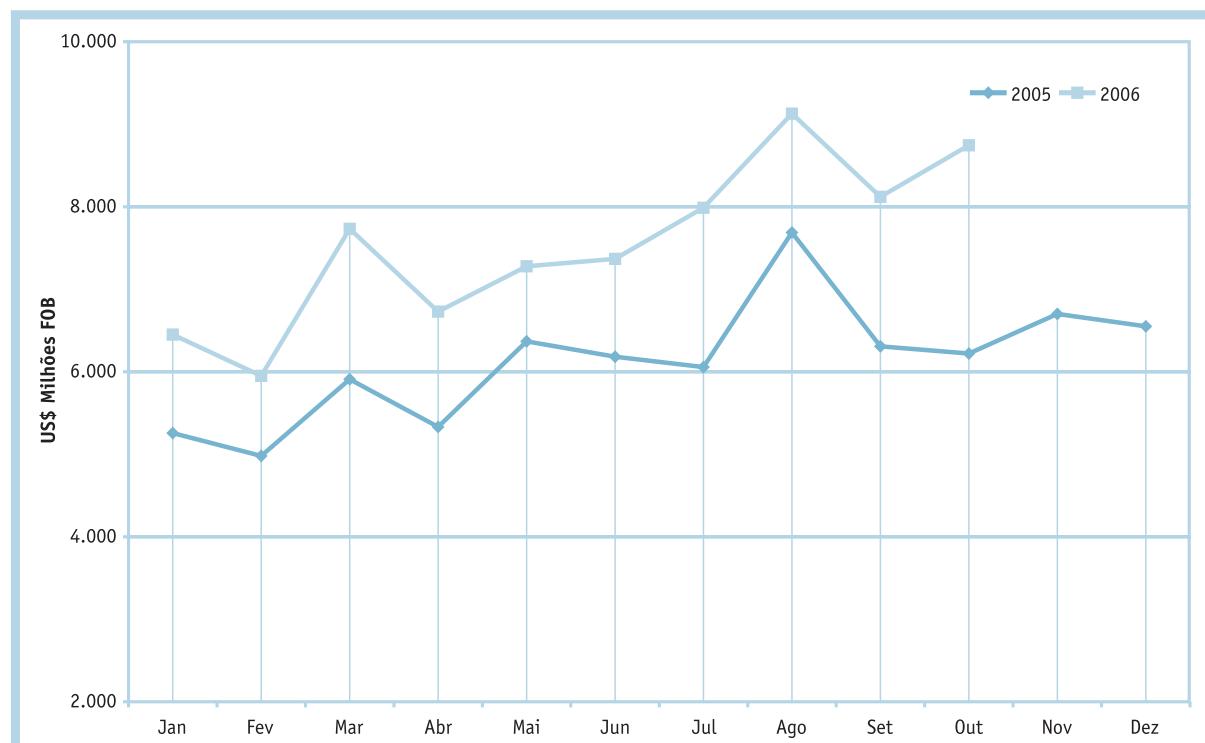


Gráfico 29 – Importações Brasileiras (Jan./05-Out./06)

Fonte: Brasil (2006d).

De acordo com os dados da Funcex (2006b), em outubro de 2006, o crescimento das importações deveu-se quase que integralmente ao crescimento do *quantum*, que registrou incremento de 36,8%, em relação a outubro de 2005, ao passo que os preços aumentaram apenas 2,7%. Na comparação do acumulado dos dez primeiros meses de 2006 com igual período de 2005, as importações também foram puxadas pela expansão do *quantum*, que foi de 16,8%, frente a 7,1% de aumento dos preços.

A análise das importações por categoria de uso revela que o incremento de 25,2% no acumulado dos dez primeiros meses de 2006, em relação ao mesmo período de 2005, foi acompanhado pelo crescimento de todas as categorias, sendo a maior variação a da categoria dos bens de consumo (42,5%), seguidos de combustíveis e lubrificantes (29,4%), bens de capital (24,5%) e matérias-primas e intermediários (20,3%).

Os bens de consumo duráveis mantêm-se como principal destaque entre as categorias de uso de importação, registrando variação de 56,9% no acumulado jan-out/2006 em relação a jan-out/2005. Já a importação de bens não-du-

ráveis cresceu 30,2%. Dentre os produtos que mais contribuíram para o aumento das importações de bens duráveis encontram-se: veículos automóveis (141,5%); máquinas e aparelhos de uso doméstico (66,3%); móveis e outros equipamentos para casa (36,7%); e utensílios domésticos (30,0%). No rol dos bens não-duráveis destacam-se: vestuário e confecções (56,4%); bebidas e tabacos (43,7%); produtos farmacêuticos (28,2%) e produtos alimentícios (28,0%).

Em decorrência do aumento das importações de veículos automóveis, no acumulado de janeiro a outubro de 2006, comparativamente a igual período de 2005, em novembro, BMW, Ferrari, Kia Motors, Maserati, Porshe e Ssangyong venderam juntas, no Brasil, 578 carros importados, representando um aumento de 33,4% em relação a novembro de 2005 (IEA, 2006).

A categoria de combustíveis e lubrificantes foi a terceira em participação nas importações brasileiras, no acumulado do dez primeiros meses de 2006 (16,7%). Nesta categoria, o aumento das importações ainda se deve aos altos preços do petróleo no mercado internacional, além da importação de maiores quantidades de gás natural e óleos combustíveis.

Tabela 38 – Brasil. Importação por Categoria de Uso. Jan./ Out. - 2006/2005. (US\$ milhões FOB)

	Janeiro/ Outubro		Var. % 2006/2005	Part. %	
	2006	2005		2006	2005
Bens de Capital	15.601	12.535	24,5	20,7	20,8
Matérias-primas e Intermediários	37.611	31.254	20,3	49,8	51,8
Bens de Consumo	9.680	6.792	42,5	12,8	11,3
- Não-duráveis	4.768	3.662	30,2	6,3	6,1
- Duráveis	4.912	3.130	56,9	6,5	5,2
. Automóveis	1.478	612	141,5	2,0	1,0
Combustíveis e Lubrificantes	12.598	9.736	29,4	16,7	16,1
- Petróleo	7.748	6.112	26,8	10,3	10,1
- Demais	4.850	3.624	33,8	6,4	6,0
	75.490	60.317	25,2	100,0	100,0

Fonte: Brasil (2006d).

A categoria dos bens de capital foi a segunda mais relevante da pauta de importações do País, no período de janeiro a outubro de 2006, com participação de 20,7% nas importações nacionais. Vale ressaltar que as importações dessa categoria registraram incremento bem superior ao registrado pela indústria de bens de capital nacional, no período considerado, quando comparado ao mesmo período de 2005 – 24,5% contra 5,5%. Esse fato pode estar caracterizando um processo de substituição da produção interna por produção estrangeira. Dentre os bens de capital mais importados encontram-se:

equipamento móvel de transporte (36,3%); equipamento fixo de transporte (30,6%); máquinas e aparelhos de escritório, serviço científico (29,9%) e ferramentas (29,6%).

Na categoria matérias-primas e intermediários – a categoria com maior participação na pauta de importações do Brasil no acumulado de janeiro a outubro (49,8%) – o aumento deve-se, principalmente, ao crescimento de produtos minerais (50,4%); agropecuários não-alimentícios (35,6%); materiais de construção (25,4%); e partes e peças para equipamentos de transporte (25,0%).

5.2 - Balança Comercial Nordestina

A corrente de comércio nordestina – exportações mais importações – alcançou no acumulado de janeiro a outubro US\$ 16,445 bilhões, com variação de 20,9% sobre igual período de 2005. No mês de outubro, a Região apresentou desempenho satisfatório, com incremento de 33,9% em relação ao mesmo mês de 2005. Nessas duas bases de comparação, a corrente de comércio do Nordeste apresentou um crescimento superior ao do Brasil. Contrariamente, na análise mensal

(outubro comparado a setembro), o crescimento foi de apenas 2,1% – inferior ao registrado pelo Brasil no mesmo período (3,6%). Essa variação mostra uma leve recuperação da corrente de comércio da região, sob essa base de comparação, após registrar variações negativas em agosto e setembro de 2006. Em relação à participação do Nordeste na corrente de comércio do País não há mudanças significativas, tanto na análise mensal quanto na comparação com outubro de 2005.

Tabela 39 – Corrente de Comércio do Brasil e do Nordeste 2005 e 2006 (US\$ 1.000 FOB)

Período	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste	Tx. de Crescimento			
	2006	2006	2005	2005	Mês/ mês anterior	Mês/ mês anterior	Mês/ mesmo mês ano anterior	Mês/ mesmo mês ano anterior
Janeiro	15.721.305	1.620.440	12.701.302	1.121.043	-	-	23,8	44,5
Fevereiro	14.700.649	1.295.195	12.736.474	975.955	-6,5	-20,1	15,4	32,7
Março	19.098.379	1.696.600	15.159.087	1.275.357	29,9	31,0	26,0	33,0
Abril	16.532.783	1.604.875	14.533.234	1.126.182	-13,4	-5,4	13,8	42,5
Maio	17.552.830	1.351.419	16.186.717	1.355.307	6,2	-15,8	8,4	-0,3
Junho	18.802.955	1.546.078	16.388.097	1.427.290	7,1	14,4	14,7	8,3
Julho	21.609.345	1.858.177	17.118.047	1.476.662	14,9	20,2	26,2	25,8
Agosto	22.770.663	1.839.210	19.033.498	2.017.084	5,4	-1,0	19,6	-8,8
Setembro	20.668.526	1.797.729	16.942.724	1.453.797	-9,2	-2,3	22,0	23,7
Outubro	21.403.431	1.834.778	16.123.591	1.369.918	3,6	2,1	32,7	33,9
Janeiro a Outubro	188.860.867	16.444.500	156.922.772	13.598.596	-	-	20,4	20,9

Fonte: Brasil (2007b).

Entre janeiro e outubro de 2006, o Nordeste exportou US\$ 9,442 bilhões, significativos de aumento de 12,4% sobre o acumulado dos dez primeiros meses de 2005. Em outubro de 2006, as exportações nordestinas somaram US\$ 1,067 bilhão, representando de crescimento de 21,5% em relação a outubro de 2005 – resultado inferior ao do Brasil no mesmo período (27,8%). Isto vem ocorrendo desde junho deste ano, sem interrupções, ocasionando a diminuição da participação da região nas exportações nacionais, na comparação com 2005. Em relação ao mês imediatamente anterior, outubro de 2006 apresentou variação positiva de 5,5% nas vendas externas – a despeito do fraco desempenho das exportações do Brasil (0,9%) no mesmo período.

O Nordeste importou nos dez primeiros meses do ano, em valor, US\$ 7,002 bilhões, significativos de crescimento de 34,8% sobre o acumulado de 2005, enquanto as importações do País cresceram 25,2%. Comparando outubro deste ano com o mesmo mês do ano anterior, o crescimento das importações alcançou 56,2% – também superior ao desempenho das importações nacionais (40,6%). Esse resultado foi responsável pelo aumento da participação da região nas importações nacionais que passaram de 7,9% (outubro de 2005) para 8,8% (outubro de 2006). Porém, na análise mês/mês imediatamente anterior, as importações nordestinas apresentaram queda de -2,4%, não acompanhando o crescimento registrado pelas importações do Brasil, sob a mesma base de comparação.

Tabela 40 – Exportações do Brasil e do Nordeste 2005 e 2006 (US\$ 1.000 FOB)

Período	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste	Tx. de Crescimento			
	2006	2006	2005	2005	Mês/ mês anterior	Mês/ mês anterior	Mês/ mesmo mês ano anterior	Mês/ mesmo mês ano anterior
Janeiro	9.270.707	934.045	7.444.140	685.898	-	-	24,5	36,2
Fevereiro	8.750.217	736.127	7.750.287	656.728	-5,6	-21,2	12,8	12,1
Março	11.366.397	1.023.978	9.250.704	790.428	29,9	39,1	22,9	29,5
Abri	9.803.478	924.930	9.201.536	744.905	-13,8	-9,7	6,5	24,2
Maio	10.274.815	812.394	9.818.442	749.929	4,8	-12,2	4,6	8,3
Junho	11.434.687	861.611	10.206.058	817.907	11,3	6,1	12,0	5,3
Julho	13.621.551	1.010.241	11.061.329	1.102.691	19,1	17,3	23,1	-8,4
Agosto	13.641.816	1.058.584	11.346.312	1.090.578	0,1	4,8	20,2	-2,9
Setembro	12.547.906	1.012.385	10.634.458	884.586	-8,0	-4,4	18,0	14,4
Outubro	12.658.762	1.067.970	9.903.254	879.132	0,9	5,5	27,8	21,5
Janeiro a Outubro	113.372.341	9.442.265	96.622.520	8.402.781	-	-	17,3	12,4

Fonte: Brasil (2007b).

Tabela 41 – Importações do Brasil e do Nordeste 2005 e 2006 (US\$ 1.000 FOB)

Período	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste	Tx. de Crescimento			
	2006	2006	2005	2005	Mês/ mês anterior	Mês/ mês anterior	Mês/ mesmo mês ano anterior	Mês/ mesmo mês ano anterior
Janeiro	6.450.598	686.395	5.257.162	435.145	-	-	22,7	57,7
Fevereiro	5.950.432	559.068	4.980.187	319.227	-7,8	-18,5	19,5	75,1
Março	7.731.982	672.622	5.908.383	484.929	29,9	20,3	30,9	38,7
Abri	6.729.306	679.944	5.331.698	381.277	-13,0	1,1	26,2	78,3
Maio	7.278.015	539.025	6.368.275	605.378	8,2	-20,7	14,3	-11,0
Junho	7.368.269	684.468	6.182.040	609.383	1,2	27,0	19,2	12,3
Julho	7.987.795	847.937	6.056.719	373.971	8,4	23,9	31,9	126,7
Agosto	9.128.847	780.625	7.687.185	926.507	14,3	-7,9	18,8	-15,7
Setembro	8.120.620	785.344	6.308.266	569.211	-11,0	0,6	28,7	38,0
Outubro	8.744.669	766.808	6.220.337	490.786	7,7	-2,4	40,6	56,2
Janeiro a Outubro	75.492.538	7.002.235	60.300.252	5.195.814	-	-	25,2	34,8

Fonte: Brasil (2007b).

Em decorrência das maiores taxas de crescimento das importações da região Nordeste, relativamente às taxas de crescimento de suas exportações, o saldo da balança comercial nordestina – exportações menos importações – foi negativo, tanto na análise mês/mesmo mês do ano anterior (há dois meses apresenta déficit), quanto na comparação do acumulado dos dez primeiros meses de 2006 com igual período de 2005. Dessa forma, a participação da região no saldo da balança comercial brasileira apresentou queda, passando de 8,8% em 2005 para 6,4% em 2006, no acumulado dos dez primeiros meses. Somente na comparação de outubro com o mês imediatamente anterior, o saldo comercial do Nordeste apresentou crescimento (32,6%) – muito mais em função da baixa base de comparação (em setembro de 2006, o saldo comercial regional registrou variação negativa de -18,3%).

A análise das exportações regionais segundo destino, para o acumulado dos dez primeiros meses de 2006, revela que dos cinco principais blocos compradores, três apresentaram incremento da sua participação nas exportações regionais: União Européia, Aladi e Ásia. Os cinco

principais blocos compradores dos produtos nordestinos representaram 80,6% das vendas em 2006, quando em 2005 eles somavam 79,5%.

Examinando a pauta de exportações da região Nordeste baseada na Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM)²⁷, no acumulado de janeiro a outubro de 2006, verifica-se que, em termos de participação e valor, os capítulos mais significativos são: combustíveis, óleos e ceras minerais, etc., com 10,5% de participação (US\$ 991,350 milhões); produtos químicos orgânicos, com 8,2% (US\$ 774,188 milhões); veículos automóveis, tratores, ciclos, etc., com 8,0% (US\$ 757,714 milhões); cobre e suas obras, com 7,3% (US\$ 685,196 milhões); alumínio e suas obras, com 5,7% (US\$ 537,543 milhões); ferro fundido, ferro e aço, com 5,5% (US\$ 518,343 milhões); e pastas de madeira ou outras mat. Fibrosas, etc., com 5,4% (US\$ 510,456 milhões). Juntos, os sete capítulos corresponderam a 50,6% da pauta de exportações regionais, no período considerado.

Constata-se uma mudança importante na pauta de exportações regionais na comparação de 2006 com 2005, considerando-se o acumu-

Tabela 42 – Saldo da Balança Comercial do Brasil e do Nordeste 2005 e 2006 (US\$ 1.000 FOB)

Período	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste	Tx. de crescimento			
	2006	2006	2005	2005	Mês/ mês anterior	Mês/ mês anterior	Mês/ mesmo mês ano anterior	Mês/ mesmo mês ano anterior
Janeiro	2.820.109	247.651	2.186.978	250.752	-	-	29,0	-1,2
Fevereiro	2.799.785	177.058	2.776.101	337.502	-0,7	-28,5	0,9	-47,5
Março	3.634.416	351.357	3.342.320	305.499	29,8	98,4	8,7	15,0
Abril	3.074.172	244.986	3.869.839	363.628	-15,4	-30,3	-20,6	-32,6
Maio	2.996.800	273.369	3.450.167	144.552	-2,5	11,6	-13,1	89,1
Junho	4.066.418	177.143	4.024.018	208.523	35,7	-35,2	1,1	-15,0
Julho	5.633.756	162.304	5.004.610	728.719	38,5	-8,4	12,6	-77,7
Agosto	4.512.969	277.959	3.659.127	164.071	-19,9	71,3	23,3	69,4
Setembro	4.427.285	227.042	4.326.192	315.375	-1,9	-18,3	2,3	-28,0
Outubro	3.914.093	301.162	3.682.918	388.345	-11,6	32,6	6,3	-22,4
Janeiro a Outubro	37.879.803	2.440.030	36.322.269	3.206.967	-	-	4,3	-23,9

Fonte: Brasil (2007b). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

²⁷ A Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) é uma lista de produtos do mercado interno e/ou externo, ordenados segundo convenção internacional. Possui oito dígitos e uma estrutura de classificação que contém até seis níveis de agregação: capítulo, posição, subposição simples, subposição composta, item e subitem.

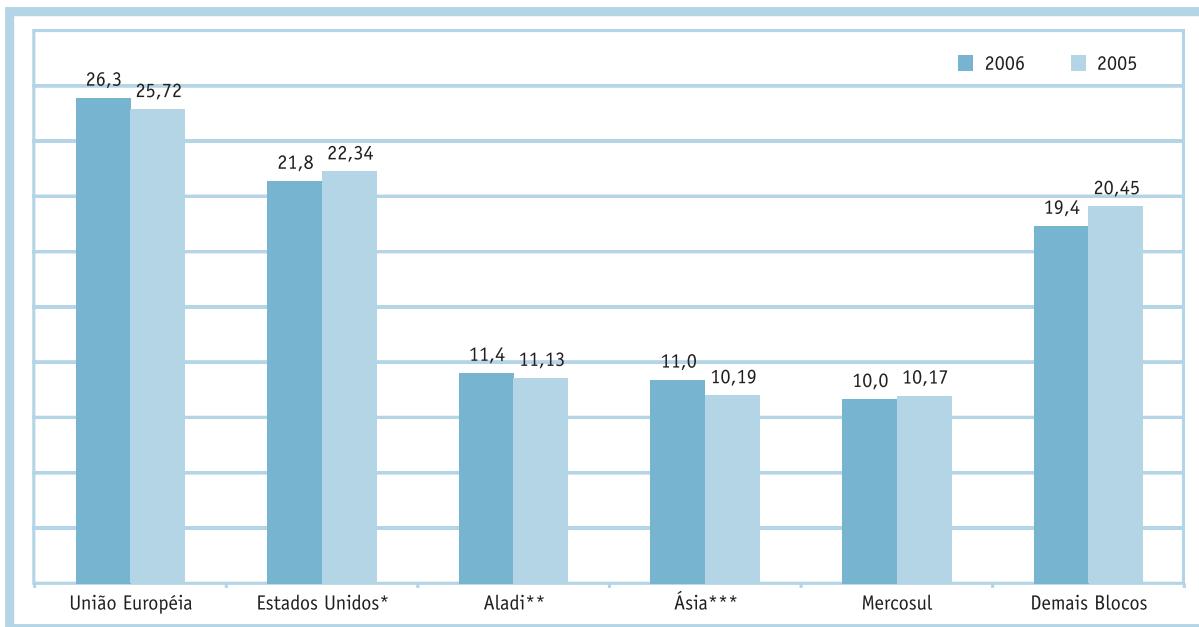


Gráfico 30 – Exportações do Nordeste por Bloco Econômico (Jan.-Out.06/ Jan.-Out.05)

Fonte: Basil (2007b).

Nota: (*) Inclusive Porto Rico; (**) Exclusive Mercosul; (***)Exclusive Oriente Médio.

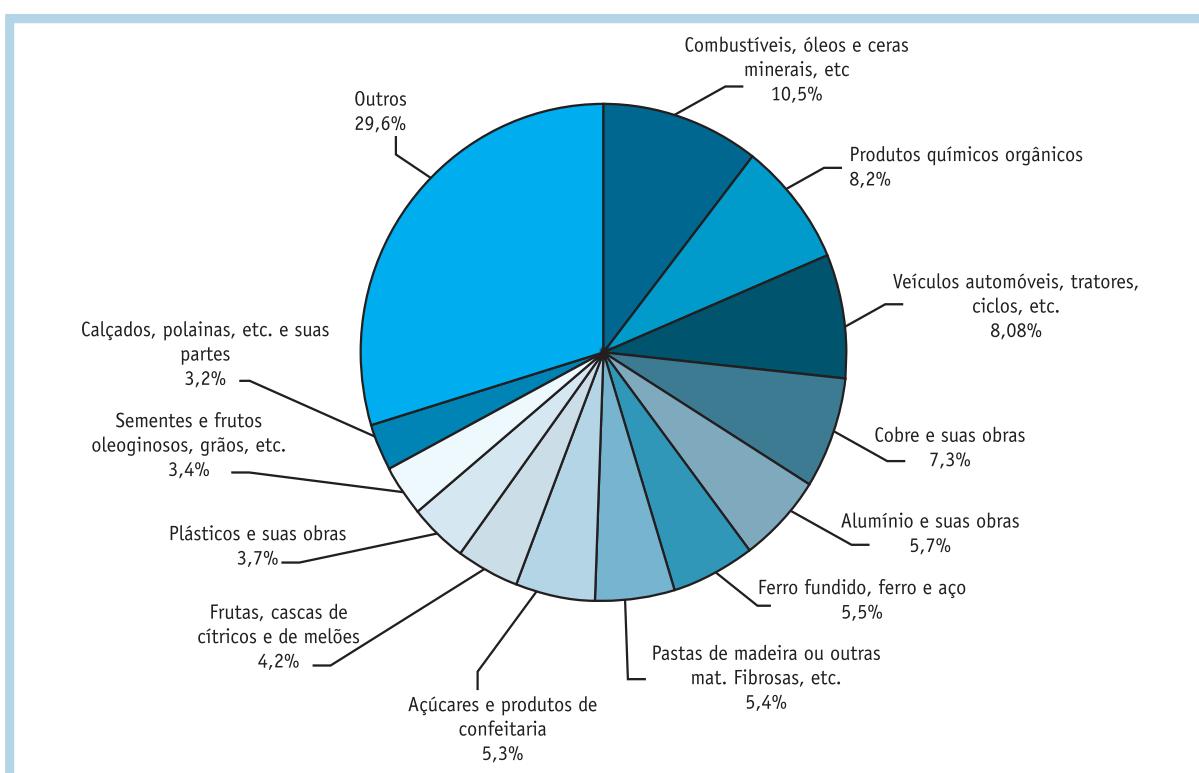


Gráfico 31 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Nordeste (Jan./Out. 2006)

Fonte: Brasil (2006d).

lado janeiro-outubro. Em 2005, os capítulos alumínio e suas obras (3,1%) e cobre e suas obras (3,5%) ocupavam o oitavo e o décimo primeiro lugares, respectivamente, entre as exportações regionais. Já em 2006, o capítulo cobre e suas obras passou a ocupar a quarta posição e alumínio e suas obras a quinta posição – destacando-se entre os seis capítulos com produtos mais exportados no Nordeste. Perderam importância relativa os capítulos de frutas, casca de cítricos e melões (passaram de sexto para o nono lugar) e açúcares e produtos de confeitoraria (passando de quinto para oitavo lugar).

Este fato está ligado diretamente ao contínuo crescimento da demanda mundial por metais. Como a produção não consegue acompanhar o crescimento da demanda, os preços tendem a se elevar. Desde que a China e a Índia entraram no mercado, houve valorização desses metais, com uma escalada dos preços.

No caso do cobre, especificamente, os preços ainda foram fortemente pressionados porque o

Chile, responsável pela produção de 36,0% dessa matéria-prima no mundo, teve um terremoto que levou à redução da sua produção e, do lado da demanda, a urbanização chinesa e a construção civil, continuaram pressionando os preços.

Embora os preços desses metais possam começar a cair, há três motivos para acreditar que eles ainda permanecerão num patamar elevado por algum período: a demanda mundial permanece alta, os estoques mundiais permanecem baixos e as grandes economias continuam crescendo.

Verificando-se as exportações do Nordeste por Estado, no período de janeiro a outubro de 2006, Alagoas exportou US\$ 481,412 milhões, valor representativo de 5,1% do total das exportações regionais, ocupando o quinto lugar entre os maiores exportadores da região – em 2005, as exportações alagoanas representaram 5,5% do total regional. A pauta de exportações do Estado concentrou-se em dois produtos: açúcares e produtos de confeitoraria e bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres. Jun-

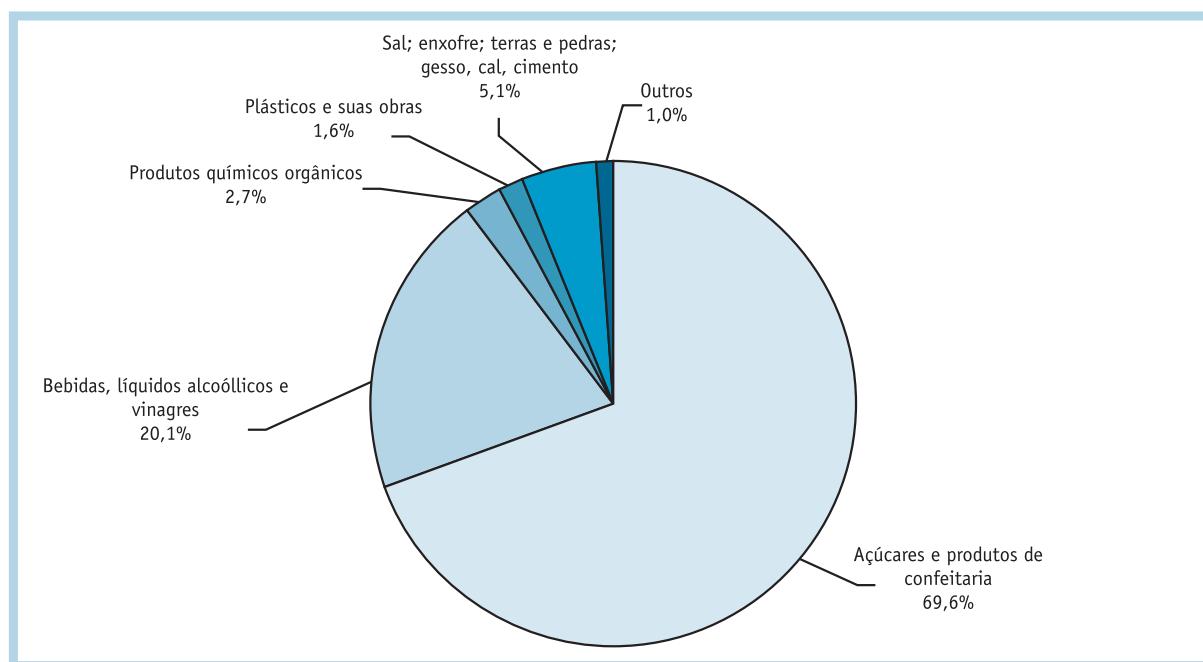


Gráfico 32 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Alagoas (Jan./Out. 2006)

Fonte: Brasil (2006d).

tos, esse dois capítulos somaram 90,0% da pauta de exportações alagoana.

As exportações da Bahia alcançaram US\$ 5,601 bilhões, aumentando a participação do Estado nas exportações regionais de 56,7% (2005) para 59,3% (2006), considerando-se o acumulado de janeiro a outubro. Os capítulos mais significativos da pauta exportadora do Estado foram: combustíveis, óleos e ceras minerais; veículos automóveis, tratores e ciclos, etc.; produtos químicos orgânicos; e cobres e suas obras. Esses quatro capítulos totalizaram 55,6% das exportações baianas.

A Ford Motor Company registrou prejuízo de US\$ 12,7 bilhões em 2006 no balanço global, a maior perda nos 103 anos da companhia. Na contramão, na divisão da América do Sul, onde o Brasil representa mais de 60% das vendas, a Ford teve o maior ganho da história, de US\$ 551 milhões, ocasionando mudanças

nas estratégias de investimentos por parte da companhia (FORD..., 2007a). Segundo o presidente da Ford para as Américas, Mark Fields, a empresa pretende continuar crescendo no mercado brasileiro. Para tanto, a empresa estuda a possibilidade de ampliar a fábrica de Camaçari, na Bahia, que opera no seu limite de capacidade (FORD..., 2007b).

O Ceará exportou US\$ 796,459 milhões entre janeiro e outubro de 2006, ocupando o terceiro lugar entre os maiores exportadores da região Nordeste, entretanto, houve diminuição de sua participação relativa de 8,8% (2005) para 8,4% (2006), mas em função do crescimento relativo dos demais produtos. Dentre os produtos mais exportados pelo Estado encontram-se: calçados, polainas etc. e suas partes; frutas, cascas de cítricos e de melões; e peles (exceto peleteria) e couros. Juntos, esses três capítulos representaram 56,7% das exportações cearenses.

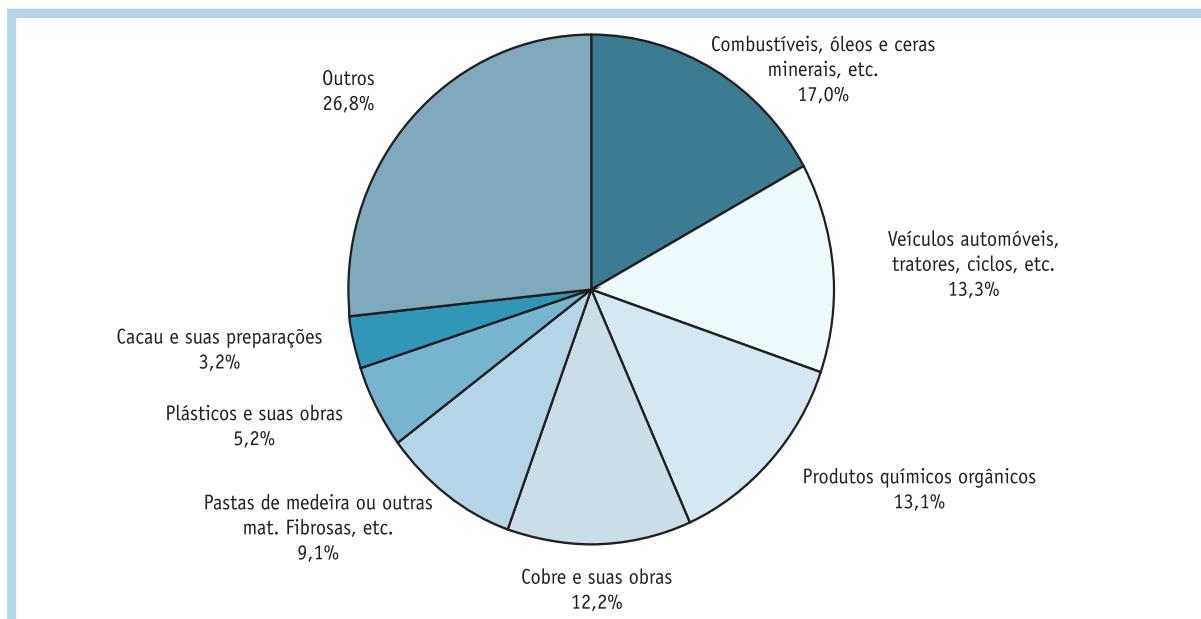


Gráfico 33 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Bahia (Jan./Out. 2006)

Fonte: Brasil (2006d).

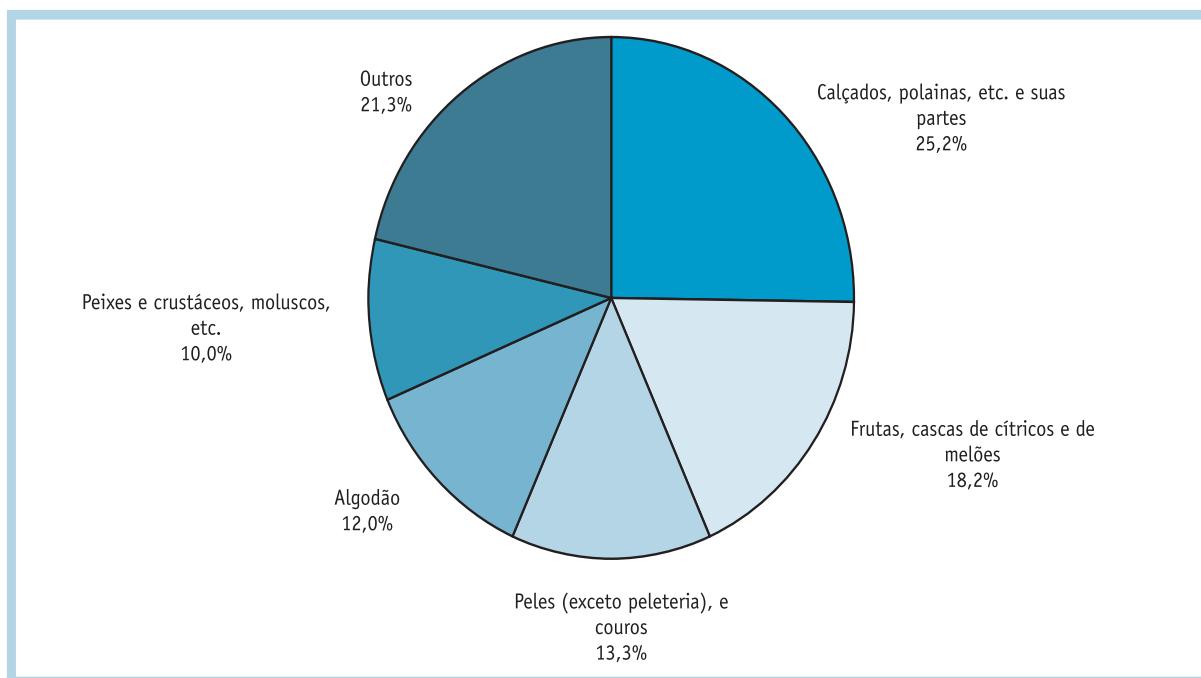


Gráfico 34 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Ceará (Jan./Out 2006)

Fonte: Brasil (2006d).

As exportações de calçados do Ceará aumentaram em valor, no acumulado de janeiro a outubro de 2006, quando comparados a igual período de 2005 – US\$ 200,902 milhões contra US\$ 171,910 milhões, respectivamente – mesmo diante da concorrência do Sudeste Asiático. Ademais, o Ceará passou a ocupar o segundo lugar no ranking nacional em volume de exportação de calçados, atrás apenas de São Paulo. Cerca de 45 milhões de pares de calçados foram exportados pelo Estado em 2006 (CASTRO, 2007). Entretanto, é consenso que para se vencer os concorrentes asiáticos é necessário agregar maior valor aos calçados nacionais e tornar o produto cada vez mais competitivo. Dessa forma, o Ceará e outros produtores de calçados da região Nordeste, poderão desempenhar um papel primordial na indústria nacional de calçados frente à concorrência asiática.

O Maranhão somou US\$ 1,422 bilhão com as exportações entre janeiro e outubro deste ano,

aumentando sua participação relativa de 14,2% (2005) para 15,1% (2006) nas exportações totais da região – estando em segundo lugar em exportação dentre os nove Estados da região. A pauta de exportações maranhense teve como principais capítulos: alumínio e suas obras e ferro fundido, ferro e aço. Esses dois capítulos significaram 59,6% das exportações do Estado e como visto anteriormente, seguem favorecidos pela tendência ascendente do preço de *commodities* minerais no mercado internacional.

O Estado da Paraíba exportou US\$ 161,539 milhões no acumulado dos dez primeiros meses deste ano, estando na última posição dentre os Estados nordestinos em relação ao total exportado pelo Nordeste – esse valor, inferior ao do mesmo período do ano anterior, levou a uma redução da participação do Estado de 0,6% para 0,4%. As exportações paraibanas concentraram-se nos seguintes capítulos: outros artefatos têxteis confeccionados, etc.; calçados,

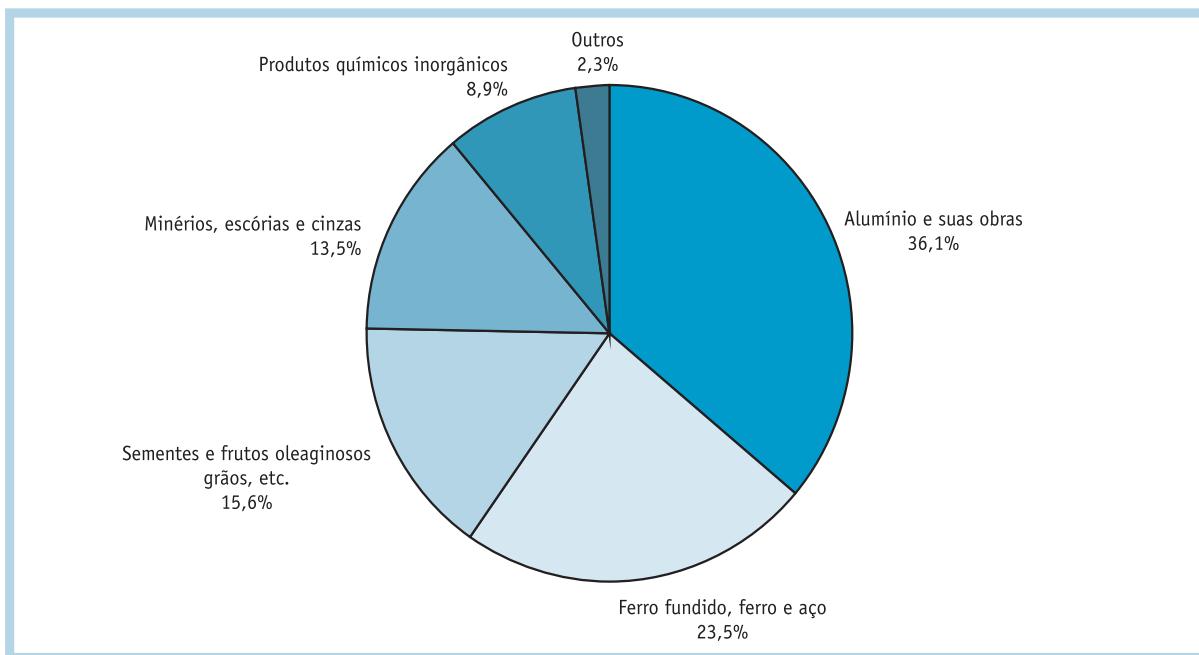


Gráfico 35 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Maranhão (Jan./Out. 2006)

Fonte: Brasil (2006d).

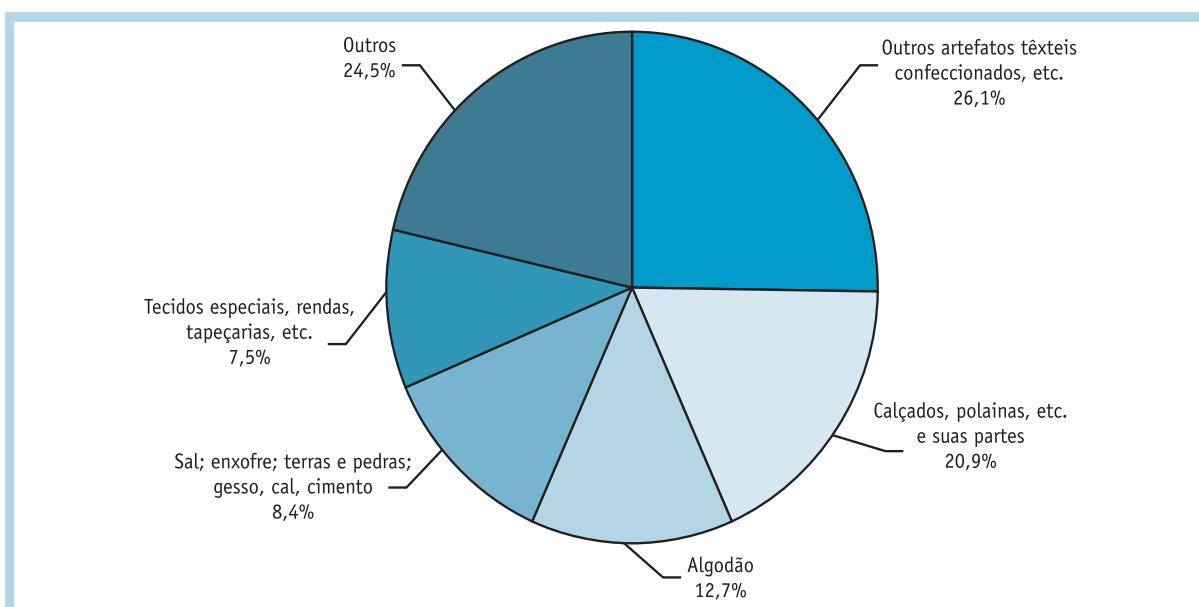


Gráfico 36 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações da Paraíba (Jan./Out. 2006)

Fonte: Brasil (2006d).

polainas etc. e suas partes; algodão; sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal e cimento; e tecidos especiais, renda, tapeçarias, etc. Somados, esses capítulos totalizaram 75,6% da pauta exportadora da Paraíba.

Pernambuco foi o quarto Estado em exportações relativamente ao total exportado na Região, alcançando US\$ 587,372 milhões. Esse valor, entretanto, foi inferior ao do acumulado janeiro-outubro de 2005, ocasionando redução da

participação do Estado de 7,4% para 6,2%, em 2006. Os principais capítulos exportados por Pernambuco no período considerado foram: açúcares e produtos de confeitaria; frutas, cascas de cítricos e de melões; borracha e suas obras; e

máquinas, aparelhos e materiais elétricos, etc. Esses quatro capítulos foram responsáveis por 49,8% das exportações pernambucanas.

As exportações piauienses, entre janeiro e outubro de 2006, somaram US\$ 39,839 mi-

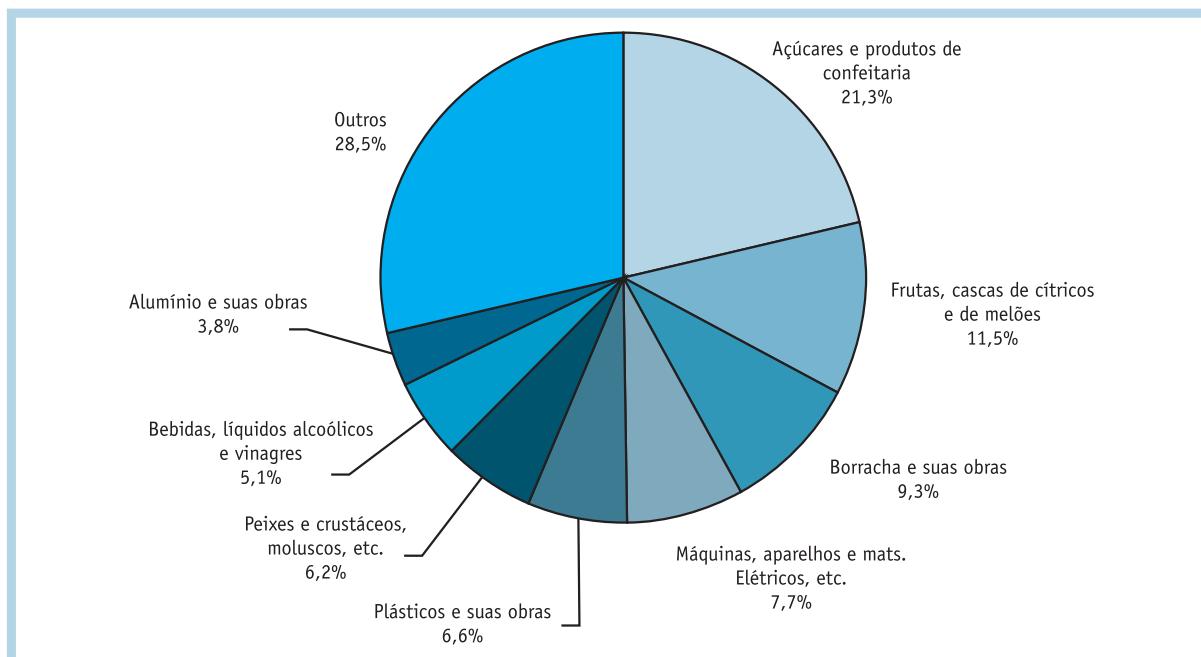


Gráfico 37 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Pernambuco (Jan./Out. 2006)

Fonte: Brasil (2006d).

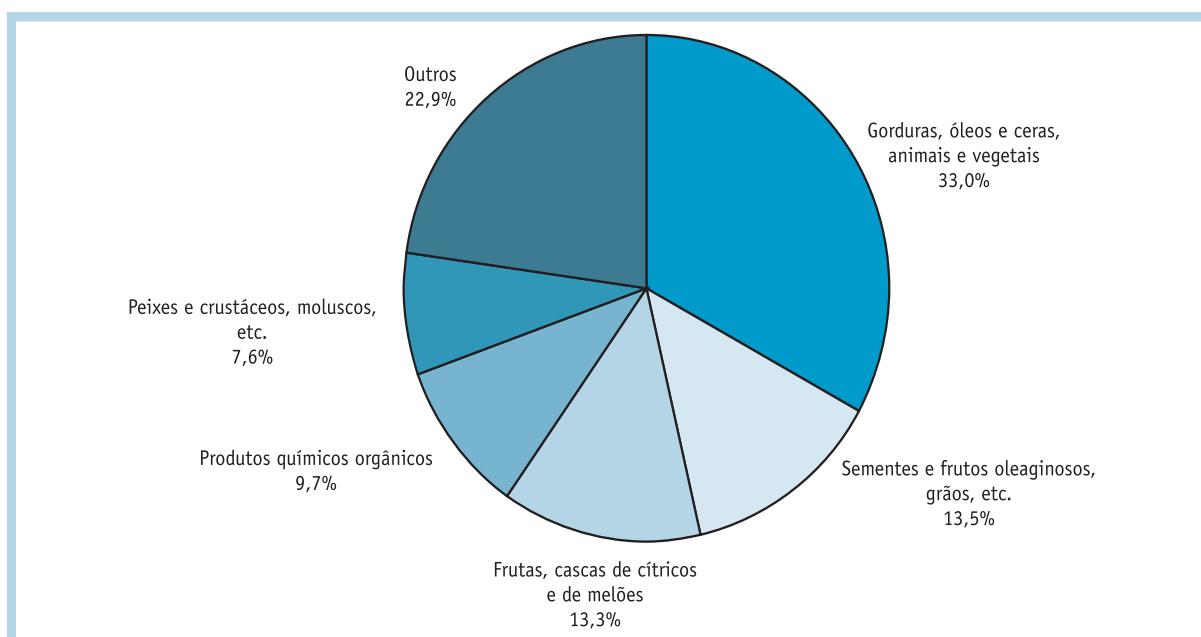


Gráfico 38 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Piauí (Jan./Out. 2006)

Fonte: Brasil (2006d).

lhões, tendo o Piauí a menor participação relativa nas exportações nordestinas. Esse valor foi insuficiente para aumentar a participação do Estado no total das exportações da Região – em 2005, a participação das exportações do Piauí no Nordeste foi de 0,6%. As exportações do Estado concentraram-se em: gorduras, óleos e ceras, animais e vegetais; sementes e frutos oleaginosos, grãos etc.; e frutas, cascas de cítricos e de melões, somando 59,8% das exportações do Piauí.

O Rio Grande do Norte exportou US\$ 289,228 milhões nos dez primeiros meses de 2006, representativos de 3,1% das exportações regionais – sexto lugar nas exportações nordestinas. Esse valor foi inferior ao total exportado pelo Estado no mesmo período de 2005, quando a participação relativa das exportações potiguares na Região foi de 3,9%. Destacam-se entre janeiro e outubro de 2006 as exportações dos capítulos seguintes: frutas, cascas de cítricos e de melões; e peixes e crustáceos, moluscos, etc. Os dois capítulos foram responsáveis por 54,2% das exportações do Rio Grande do Norte no período considerado.

Sergipe não apresentou mudança relevante na participação das suas exportações no total exportado pela região – em 2005 sua participação foi de 0,6% e este ano apresentou 0,7%, entre janeiro e outubro – alcançando US\$ 62,297 milhões. Suas exportações concentraram-se em: preparações de produtos hortícolas, frutas, etc.; e sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal e cimento – esse dois capítulos perfizeram 72,4% da pauta exportadora sergipana.

Analizando a pauta de importações do Nordeste no período de janeiro a outubro de 2006, verifica-se que o item de maior peso foram os bens intermediários (42,6%), com importações no valor de US\$ 3,045 bilhões, seguidos de combustíveis e lubrificantes (33,4% ou importações de US\$ 557,557 milhões) e bens de capital (16,2% ou total importado de US\$ 1,161 bilhão). Todos os três apresentaram incrementos das importações, na comparação com igual período de 2005. Dentre as importações de bens intermediários destacam-se, no período em análise, as importações de insumos industriais que cresceram 56,5%.

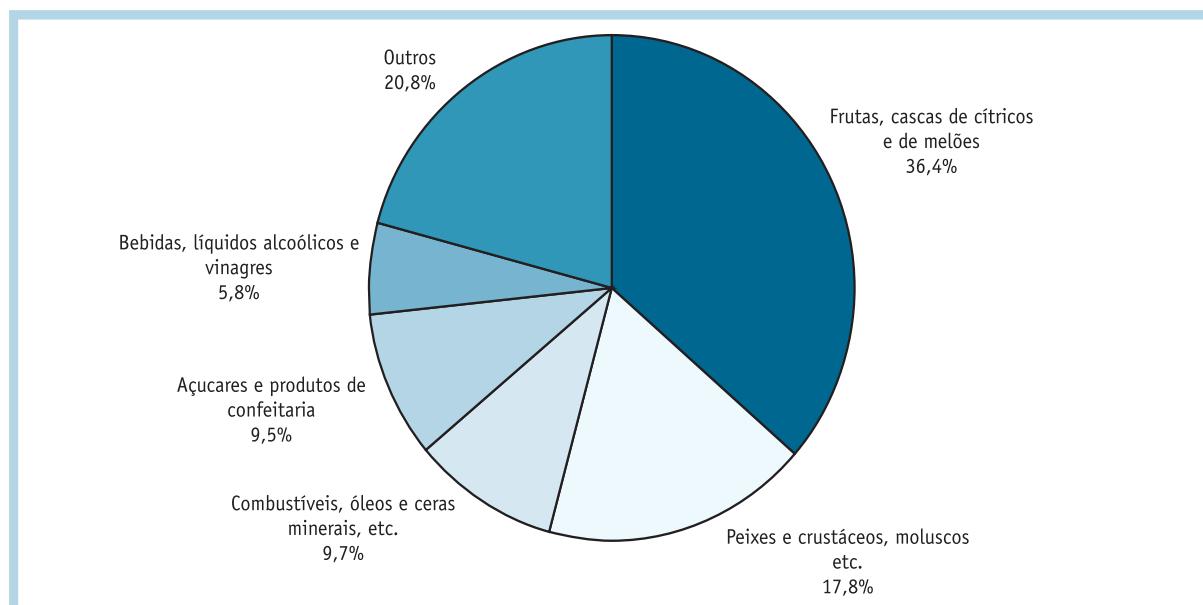


Gráfico 39 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Rio Grande do Norte (Jan./Out. 2006)

Fonte: Brasil (2006d).

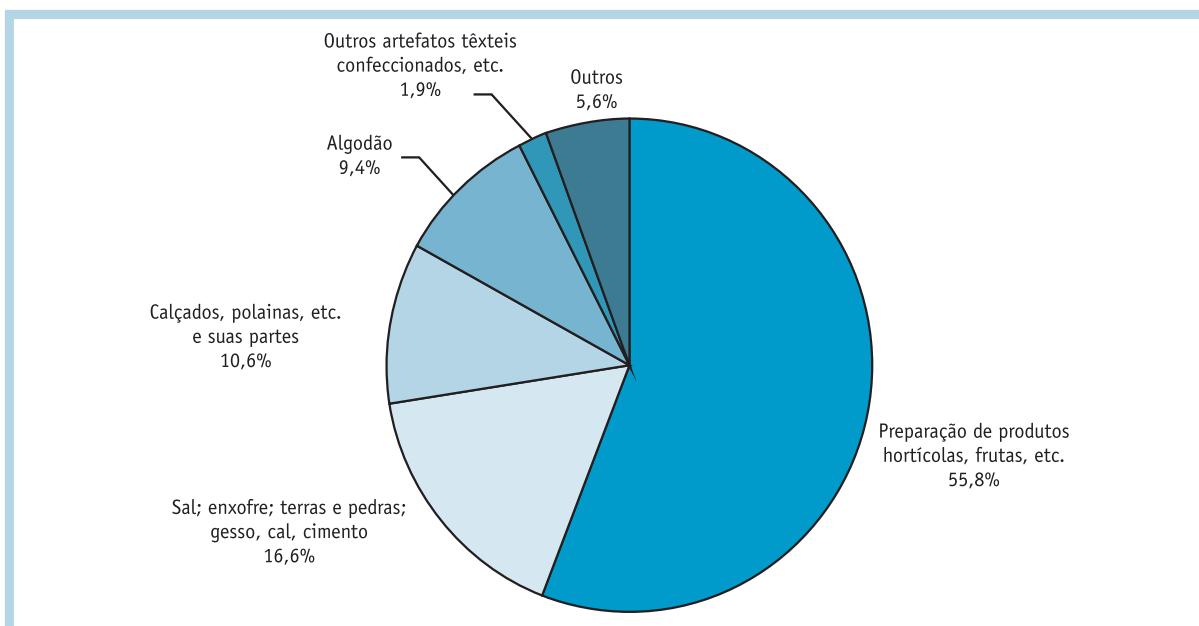


Gráfico 40 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações de Sergipe (Jan./Out. 2006)

Fonte: Brasil (2006d).

5.3 - Balanço de Pagamentos

O superávit em conta corrente do Balanço de Pagamentos em novembro alcançou US\$ 1,5 bilhão, abaixo da projeção do Banco Central para o mês, de US\$ 1,7 bilhão. Esse valor é inferior em 14% ao saldo registrado em novembro de 2005 (US\$ 1,7 bilhão).

No acumulado janeiro-novembro, a conta corrente registra um resultado de US\$ 13,1 bilhões – queda de 3,2% em relação ao mesmo período do ano anterior (US\$ 13,6 bilhões) (Gráfico 40). Assim, o superávit em transações correntes em 2006 representou 1,5% do Produto Interno Bruto.

O recuo do saldo de transações correntes ocorre em função, sobretudo, do crescimento do déficit na conta serviços e rendas que foi de

US\$ 31,8 bilhões no período janeiro-novembro. Esse resultado esteve vinculado, em grande medida, ao incremento significativo das remessas de lucros e dividendos enviados às matrizes das multinacionais. Esse valor atingiu US\$ 9,7 bilhões no acumulado do ano, ante US\$ 7,5 bilhões no mesmo período de 2005.

Já os dividendos pagos a estrangeiros que realizaram aplicações em ações de empresas brasileiras em bolsa de valores local e em ADRs²⁸ alcançaram US\$ 4,4 bilhões de janeiro a novembro – incremento de 28,1%.

Diante disso, as remessas totais de lucros e dividendos (investimento direto e investimento de portfólio) corresponderam a 48,4% do valor das remessas de rendas brutas (Tabela 43).

²⁸ American Depository Receipt (ADR) – Emissão de certificados, por bancos norte-americanos, representativos de ações de empresas sediadas fora dos Estados Unidos.

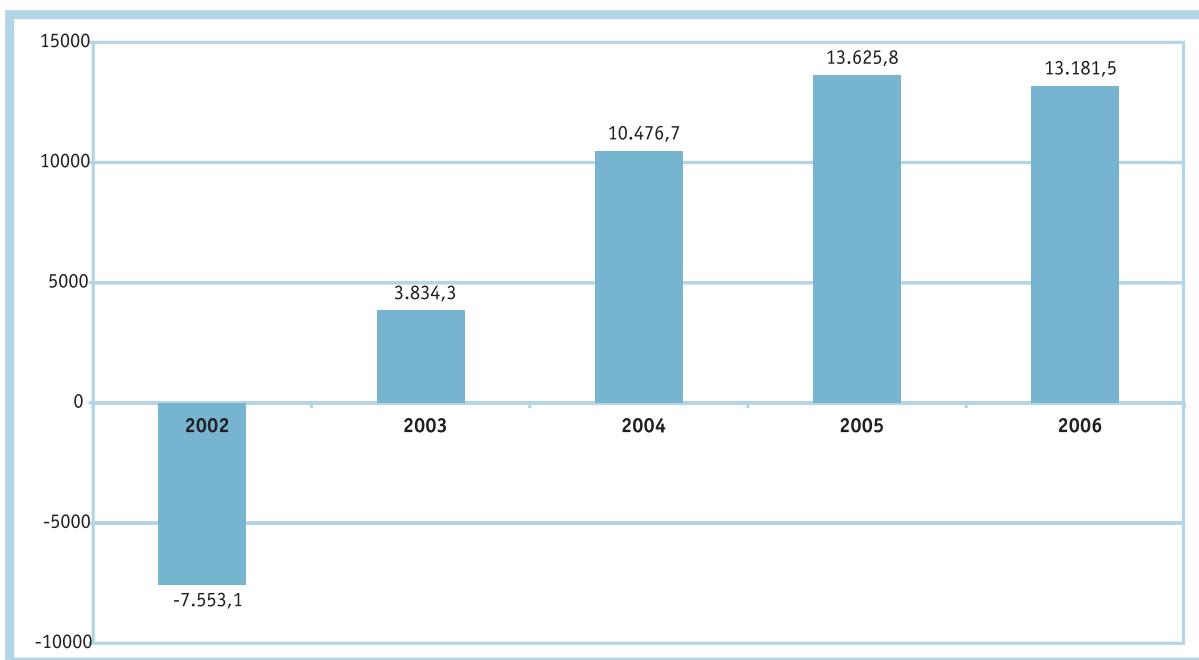


Gráfico 41 – Brasil: Saldo das Transações Correntes (Jan.- Nov.). US\$ Milhões

Fonte: Bacen (2007e).

Tabela 43 – Remessas Brutas de Lucros e Dividendos (US\$ Milhões)

Discriminação	2005*			2006*	
	Nov	Jan-Nov	Ano	Nov	Jan-Nov
Total	1.943	25.645	29.162	2.013	29.284
Investimento Direto	479	7.590	9.783	510	9.766
Investimentos em Carteira	304	3.454	3.554	272	4.425

Fonte: Bacen (2007e).

Nota: * Dados preliminares

Entre os fatores responsáveis por esse crescimento, destaca-se o aumento substancial dos lucros das empresas – sobretudo das exportadoras (mineração, petróleo, siderurgia). Nos últimos doze meses até setembro, a rentabilidade sobre o patrimônio líquido foi de 18,4% em média. Já nos últimos quatro anos, a rentabilidade das empresas brasileiras cotadas em bolsa superou a de empresas similares dos Estados Unidos e equiparou-se às do México. Vale destacar que até 2002, a rentabilidade média das empresas girava em torno de 10%. Finalmente, a parcela do lucro distribuída na forma de dividendos (pay-out) passou de 42,7% em 2002 para 48,5% em 2005

(GLOBAL 21, 2007b). Outro fator determinante está vinculado à valorização cambial que eleva o lucro das empresas estrangeiras em dólares, intensificando o envio de lucros e dividendos.

Além das remessas de lucros e dividendos, as despesas com viagens contribuíram substancialmente para o saldo negativo da conta serviços e rendas. No acumulado do ano, os dados do Banco Central mostram que essas despesas totalizaram US\$ 5,2 bilhões entre janeiro e novembro – crescimento de 21,4% em relação ao mesmo período do ano passado. Esse valor revela que as despesas com turismo estão

retornando aos níveis pré-desvalorização do real de 1999. Já os gastos dos estrangeiros no País têm se mantido em alta, apesar do câmbio desfavorável. Entre janeiro e novembro deste ano, os estrangeiros gastaram US\$ 3,9 bilhões, 12,0% a mais do que no mesmo período de 2005.

O desempenho das exportações continua sendo o principal fator a garantir o superávit da conta corrente. Os bons números da balança comercial refletem, principalmente, o incremento dos preços de alguns produtos no mercado internacional, compensando o efeito negativo que a desvalorização do dólar tem sobre as vendas externas.

A conta capital e financeira atingiu superávit de US\$ 15,6 bilhões, no acumulado do ano, em contrapartida ao US\$ 1,9 bilhão relativo ao período de janeiro a novembro de 2005. Tal desempenho decorre, sobretudo, do resultado da conta outros investimentos que registrou ingresso líquido de US\$ 15,2 bilhões contra -US\$ 13,2 bilhões nessa mesma base de comparação.

Já os ingressos líquidos de capitais para aquisições de ações por não-residentes continua a registrar resultados satisfatórios. De janeiro a novembro, os investimentos em bolsa passaram de US\$ 5,3 bilhões para US\$ 7,4 bi-

lhões – aumento de 39,4%. A valorização das ações acima de outras aplicações financeiras e os incentivos fiscais aos investidores de portfólio concedidos pelo governo com a edição da Medida Provisória (MP) 281²⁹, contribuíram substancialmente para o crescimento desses investimentos.

Já as aquisições de títulos de renda fixa registraram recuo de R\$ 299 milhões de janeiro a novembro de 2006 devido, em grande parte, às amortizações pagas e refinanciadas referentes aos bônus emitidos pelo setor público e negociados no exterior, que saltaram de US\$ 9,6 bilhões para US\$ 18,5 bilhões. Assim, os títulos de renda fixa negociados no exterior apresentaram saldo negativo de US\$ 9,5 bilhões nos onze primeiros meses de 2006.

Em contrapartida, os títulos de renda fixa negociados no País passaram de US\$ 506 milhões no acumulado janeiro-setembro de 2005, para US\$ 9,2 bilhões no mesmo período de 2006 – incremento de 1.553,2% (Tabela 44).

As entradas líquidas de investimento direto estrangeiro (IDE) no período janeiro-novembro de 2006 alcançaram o valor de US\$ 16,2 bilhões, o que corresponde a 1,92% do PIB. Desse total, US\$ 12,6 bilhões correspondem a investimentos

Tabela 44 – Brasil: Investimentos Estrangeiros em Carteira.(US\$ Milhões)

Discriminação	2005*			2006*	
	Nov	Jan-Nov	Ano	Nov	Jan-Nov
Total	1.679	5.168	6.655	2.606	7.132
Investimentos em Ações	929	5.327	6.451	439	7.431
Negociadas no País	837	4.402	5.421	528	5.622
Negociadas no Exterior	92	925	1.030	-89	1.808
Títulos de Renda Fixa	750	-159	204	2.167	-299
Negociados no País	106	560	689	1.024	9.258
Negociados no Exterior	644	-719	-485	1.143	-9.557
Bônus	500	1.707	2.207	524	-13.450
Notes e Commercial Papers	57	-2.959	-3.127	587	3.248

Fonte: Bacen (2007e).

Nota: * Dados preliminares.

²⁹ Sobre a MP 281, ver BNB Conjuntura Econômica(2006).

na forma de participação de capital e US\$ 3,6 bilhões a empréstimos intercompanhias.

Por outro lado, as saídas líquidas de investimentos brasileiros no exterior contabilizaram US\$ 24,9 bilhões no acumulado do ano, contra US\$ 2,6 bilhões no mesmo período de 2005 – incremento de 837,8%. Vale salientar que pela primeira vez na história, os investimentos brasileiros no exterior ultrapassaram os ingressos líquidos de investimentos diretos estrangeiros,

refletindo o fortalecimento de alguns setores produtores de *commodities* intensivos em capital, como mineração e siderurgia, assim como a internacionalização de alguns segmentos intensivos em mão-de-obra (calçados, têxtil) que buscam maiores vantagens competitivas para enfrentar a concorrência externa.

Do ponto de vista setorial, levantamento do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI, 2007) revela que os investi-

Tabela 45 – Brasil: Investimentos Estrangeiros Diretos Jan-Nov/ 2005-2006 (US\$ Milhões)

Discriminação	2005*			2006*	
	Nov	Jan-Nov	Ano	Nov	Jan-Nov
Estrangeiros no País	1172	13660	15066	2668	16296
Ingressos	2010	24898	30062	3699	27858
Saídas	838	11238	14996	1031	11562
Participação no Capital	1131	12661	15045	2650	12600
Ingressos	1560	17533	22043	3068	19203
Moeda	1127	12898	16406	2972	17076
Conversões^{1/}	433	4601	5603	94	2117
Mercadoria	0	34	35	1	10
Saídas	429	4873	6998	418	6603
Empréstimos Intercompanhias	41	999	21	18	3696
Desembolsos	450	7365	8018	631	8656
Amortizações	409	6366	7997	613	4960
Dos quais Conversões	164	2536	3478	61	731

Fonte: Bacen (2007e). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

Notas: 1/ Inclui conversões de juros, empréstimos intercompanhias, créditos de fornecedores, títulos e empréstimos diretos.

* Dados preliminares.

Tabela 46 – Brasil: Investimentos Brasileiros no Exterior Jan-Nov/ 2005-2006 (US\$ Milhões)

Discriminação	2005*			2006*	
	Nov	Jan-Nov	Ano	Nov	Jan-Nov
Brasileiros no Exterior	-264	-2660	-2517	-2118	-24945
Retornos	368	1136	1515	52	1061
Saídas	632	3796	4032	2170	26005
Participação no Capital	-422	-2884	-2695	-1078	-21524
Retornos	207	814	1180	51	937
Saídas	629	3698	3875	1129	22461
Empréstimos Intercompanhias	158	224	178	-1040	-3421
Amortizações	161	322	335	1	123
Desembolsos	3	98	157	1041	3544

Fonte: Bacen (2007e). Elaboração Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

Nota: * Dados preliminares.

mentos foram direcionados prioritariamente para o setor de serviços que recebeu de janeiro a novembro 53,6% (US\$ 10 bilhões) do total de IDE. Os destaques foram Eletricidade, Gás e Água Quente (US\$ 2,2 bilhões), Intermediação Financeira (US\$ 1,9 bilhão) e Comércio (US\$ 1,4 bilhão). Em relação ao mesmo período de 2005, ocorreu uma queda de 8,1%.

Já os investimentos destinados ao Setor Industrial registraram um incremento de 31,9% nos primeiros onze meses de 2006. Vale destacar a forte concentração desses investimentos nos setores exportadores produtores de *commodities*, estimulados pela conjuntura favorável de alta dos preços internacionais e a forte demanda chinesa. Os maiores receptores de IDE na indústria foram Celulose, Papel e Pro-

dutos de Papel (US\$ 1,6 bilhão) e Metalurgia Básica (US\$ 1,4 bilhão). O destaque negativo ficou por conta do Setor Automobilístico que teve uma retração de 60,4% dos investimentos. Segundo o IEDI, a queda das vendas externas em função da apreciação da moeda nacional pode ter contribuído para esse recuo, já que esse segmento vinha aumentando a parcela exportada da sua produção.

O setor que compreende a agricultura, pecuária e extração mineral absorveu 7,3% do total no período janeiro-novembro – significando um incremento de 62,2% comparativamente ao mesmo período de 2005. Em especial, os ingressos direcionados para os segmentos de extração de petróleo (45,9% do total do setor) e extração de minerais metálicos (177,1%). (Tabela 47). ●

Tabela 47 – Ingressos de Investimentos Estrangeiros Diretos: Participação no Capital - US\$ Milhões

	2005		2006		Variação (%)	
	Jan-Nov	Jan-Nov	Jan-Nov	Jan-Nov	Nov	Jan-Nov
Total	17.185	100,0	18.770	100,0	98,3	9,2
Agricultura, Pecuária e Extrativismo Mineral						
Principais	845	4,9	1.370	7,3	115,8	65,2
Agricultura, Pecuária e Serviços Relacionados	186	1,1	155	0,8	-16,5	-16,7
Extração de Petróleo e Serviços Relacionados	446	2,6	651	3,5	203,9	45,9
Extração de Minerais Metálicos	128	0,7	356	1,9	246,8	177,1
Demais	53	0,3	21	0,1	47,9	-16,7
Indústria	5.396	31,4	7.344	39,1	210,3	36,1
Principais						
Fabricação e Montagem de Veículos Automotores	662	3,9	262	1,4	-81,5	-60,4
Produtos Químicos	702	4,1	910	4,8	-28,9	29,7
Metalurgia Básica	310	1,8	1.427	7,6	57,3	360,0
Material Eletrônico e Equipamentos de Comunicação	165	1,0	303	1,6	-70,1	83,8
Produtos Alimentícios e Bebidas	1.915	11,1	413	2,2	-34,4	-78,4
Celulose, Papel e Produtos do Papel	137	0,8	1.610	8,6	12.085,8	1.072,6
Máquinas e Equipamentos	222	1,3	399	2,1	138,0	79,7
Máquinas, Aparelhos e Material Elétrico	98	0,6	168	0,9	-33,5	72,7
Artigos de Borracha e Plástico	417	2,4	196	1,0	-94,1	-53,1
Serviços	10.944	63,7	10.056	53,6	28,1	-8,1
Principais						
Comércio	1.888	11,0	1.381	7,4	-76,3	-26,9
Correio e Telecomunicações	3.861	22,5	1.196	6,4	2.272,7	-69,0
Seiços Prestados a Empresas	763	4,4	899	4,8	156,6	17,9
Intermediação Financeira	844	4,9	1.944	10,4	-60,0	130,5
Eletricidade, Gás e Água Quente	1.565	9,1	2.242	11,9	-85,4	43,2
Alojamento e Alimentação	101	0,6	96	0,5	-14,6	-5,3
Construção	167	1,0	257	1,4	-9,7	53,5

Fonte: IEDI (2007).

6 - FINANÇAS PÚBLICAS

6.1 - Resultado Fiscal do Governo Central

O Governo Central registrou um déficit primário de R\$ 156,9 milhões em novembro, contrastando com o superávit obtido em outubro, R\$ 7,4 bilhões. No acumulado do ano (até novembro de 2006), o superávit do Governo Central foi de R\$ 55,7 bilhões, equivalente a cerca de 2,94% do PIB, contra R\$ 56,8 bilhões no mesmo período do ano passado, na ordem de 3,23% do PIB. A principal variável da queda do

superávit foi o crescimento do déficit da Previdência Social, que cresceu 30,5% no período, de R\$ 30,7 bilhões (1,74% do PIB), até novembro de 2005, para R\$ 40,0 bilhões (2,11% do PIB), até novembro de 2006. Isso deve, em boa parte à antecipação para setembro do 13º salário dos beneficiários do RGPS³⁰, dado que no ano anterior esse pagamento ocorreu em dezembro.

Tabela 48 – Resultado Primário do Governo Central(*) Brasil, 2005 - 2006 (R\$ milhões)

Discriminação do Resultado	Janeiro - Novembro	
	2005	2006
I. RECEITA TOTAL	432.557,0	485.637,0
I.1. Receitas do Tesouro	338.315,3	378.122,5
I.2. Receitas da Previdência Social	92.947,5	106.129,1
I.3. Receitas do Banco Central	1.294,3	1.385,4
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	74.670,0	83.494,3
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	357.887,1	402.142,8
IV. DESPESA TOTAL	301.061,2	346.421,4
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	81.336,1	92.045,9
IV.2. Benefícios Previdenciários	123.609,6	146.139,3
IV.3. Custeio e Capital	94.042,3	106.132,9
IV.4. Transferências do Tesouro Nacional ao Banco Central	518,4	583,6
IV.5. Despesas do Banco Central	1.554,7	1.519,6
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	56.825,8	55.721,4
VI. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	3,23%	2,94%

Fonte: Tesouro Nacional (2006).

Notas: (*) Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº110/2001.

(1) Receitas Bruta do Tesouro deduzida das restituições de impostos.

(2) Exclui a receita de Contribuição para o Plano Sugeridade (CPSS) e das despesas de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos do resultado primário consolidado.

³⁰ Regime Geral de Previdência Social.

Mesmo quando se observa que a situação fiscal do País vem se deteriorando ao longo do ano, o resultado do Governo Central está em linha com a programação financeira do Tesouro Nacional para o cumprimento das metas fiscais do exercício.

As receitas da previdência social também apresentaram desempenho positivo e dentro das expectativas para 2006, registrando crescimento de 14,2% em relação a igual período de 2005. O crescimento de 2006 é, sobretudo, explicado por dois fatores, quais sejam:

- a) repasse de 60% da arrecadação do SIMPLES³¹ para o Regime Geral da Previdência Social (RGPS); e
- b) expansão no mercado formal de trabalho.

Contudo, as despesas com benefícios previdenciários cresceram 18,2% em igual período. Elas representavam 7,0% do PIB em 2005, até novembro, e passaram a representar 7,7% do PIB em igual período de 2006. A explicação para esse crescimento é o aumento no valor médio dos benefícios pagos pela previdência, como consequência dos reajustes do salário mínimo acima da inflação e do aumento dos benefícios com valores acima do piso. Acrescente-se, também, o crescimento vegetativo dos benefícios pagos. A quantidade total de benefícios emitidos em 2006, até novembro, atingiu 24,1 milhões, contra 23,5 milhões no mesmo período, com destaque para benefícios assistenciais.

6.1.1 - Receitas e despesas do Tesouro Nacional

A Receita Bruta do Tesouro Nacional totalizou, em termos nominais, até o mês de novembro, o valor de R\$ 389,5 bilhões, registrando crescimento de 10,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. Este acréscimo de 10,8% ou aproximadamente R\$ 38 bilhões apresenta uma distribuição não uniforme entre impostos, contribuições e demais receitas arrecadadas, revelando um especial destaque para o crescimento de 29% para as demais receitas (receitas correntes e receitas de capital).

No acumulado de 2006³², a receita bruta do Tesouro Nacional foi equivalente a 20,5% do PIB, acréscimo de 0,58 p.p em relação à proporção verificada no mesmo período de 2005. Detalhando essa receita bruta, observa-se que a arrecadação de impostos e tributos, no período em questão, foi equivalente a 8,51% do PIB,

quando era 8,32% do PIB em igual período de 2005. Tal fato denota, à primeira vista, um aumento da carga tributária sobre o setor privado. No entanto, ao se detalharem as causas do crescimento, verifica-se que os efeitos pouco advêm de um aumento na tributação da atividade produtiva do período. As causas são:

- a) recolhimento efetuado em conformidade com o estabelecido na MP nº303/2006 (Paex)³³, cujo valor acumulado no ano soma R\$ 2,2 bilhões;
- b) IPI – Automóveis, em função do aumento de 103% no volume de vendas no mercado interno;
- c) IRPJ e CSLL, devido a retomada de recolhimento regular dos tributos por parte de empresas do setor financeiro, as quais discutiam judicialmente a incidência desses tributos em 2005;
- d) Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF): remessas ao exterior, o qual teve crescimento influenciado por arrecadações atípicas re-

³¹ Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

³² Até novembro.

³³ Refere-se ao parcelamento de débitos de pessoas jurídicas junto à Secretaria da Receita Federal (SRF), à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), com vencimento até 28/02/03 que podem ser parcelados em até 130 prestações mensais e consecutivas.

lativas a rendimentos remetidos ao exterior nos meses de setembro e outubro de 2006.

O crescimento das demais receitas foi acen-tuado em todos os subgrupos. Elas representa-vam 2,26% do PIB, no período até novembro de 2005, e passaram a representar 2,70% do PIB, em igual período de 2006. Os destaques principais desse crescimento são:

- a) incremento na arrecadação com dividendos pagos por empresas em que a União detém participação acionária;
- b) maior recolhimento da cota-parte de compensa-ções financeiras e participação especial pela ex-ploração e produção de petróleo e gás natural;
- c) acréscimo nas receitas diretamente arrecada-das, principalmente o recolhimento da taxa de fiscalização e de serviços de telecomuni-cações pela Anatel; e
- d) incremento de R\$ 686,1 milhões no ingresso decorrente das receitas com concessões de áreas de exploração e produção de petróleo e gás, sem correspondência no ano anterior.

No acumulado do ano, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram 10,48% do PIB con-tra 9,99% no mesmo período do ano anterior. Em termos nominais, ocorreu um aumento de R\$ 22,9 bilhões em relação a 2005, causado principalmente pelo aumento dos gastos com custeio e capital da máquina estatal e ainda um

incremento de R\$ 10,7 bilhões nas despesas de pessoal e encargos sociais.

Há de se destacar o aumento dos gastos com a folha salarial do funcionalismo público: os dispêndios aumentaram de 4,62% do PIB, em 2005, para 4,85% do PIB em 2006. Os aumen-tos salariais ocorreram de maneira não unifor-me nos três poderes, com destaque para o in-cremento dos gastos no valor de R\$ 8 bilhões no Poder Executivo, decorrente, principalmen-te, da reestruturação de carreiras e remunera-ção dos servidores civis e militares.

Por outro lado, as despesas do FAT atingiram R\$ 13,5 bilhões até novembro de 2006, contra R\$ 11 bilhões em igual período do ano anterior. Explicam o crescimento das despesas do FAT, entre outros, os principais pontos:

- a) adoção de medidas que visaram facilitar o acesso ao benefício;
- b) ampliação do benefício do seguro-desem-prego para trabalhadores de importantes setores produtivos;
- c) reajuste do salário mínimo. A fim de registro final, as despesas com benefícios assistenciais (Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS e Renda Mensal Vitalícia - RMV) aumentaram em R\$ 2,2 bilhões ou 26,1% em relação ao acumulado até novembro de 2005. Essa va-riação é explicada pelo reajuste do salário mínimo em 2006 e o crescimento da quanti-dade de benefícios pagos.

6.2 - Necessidade de Financiamento do Setor Público

A necessidade de financiamento do setor público³⁴ (receitas menos despesas, mais os pa-gamentos de juros) alcançaram R\$ 66,21 bi-lhões em novembro (3,2% do PIB), consideran-

do o fluxo acumulado em 12 meses, tendo o re-sultado primário gerado um saldo positivo de R\$ 91,50 bilhões (4,4% do PIB). O que se observa é uma deterioração fiscal do País ao longo do ano.

³⁴ Os dados da NFSP são divulgados a partir de 2001 apenas no conceito com desvalorização cambial.

Analizando-se os dados da Tabela 49, nota-se que o Governo Central respondeu pela maior parte da queda do superávit (0,5 pontos percentuais do PIB), sendo o INSS responsável por um déficit de R\$ 46,92 bilhões no período dez/05-nov/06. As empresas estatais apresentaram desempenho positivo no superávit primário (sua participação no PIB passou de 0,8 para 0,9). O superávit das empresas estatais cresceu 18,49%, entre dez/04-nov/05 e dez/05-nov/06, enquanto que o superávit primário do governo central

caiu 7,54% no mesmo período e o dos governos regionais caiu 8,82%.

Vale enfatizar que, não obstante o resultado do governo central estar em linha com a programação financeira do Tesouro Nacional para cumprimento das metas fiscais do exercício, o aumento nos gastos e a consequente redução no superávit primário, neutralizaram a redução de 0,6 pontos percentuais do PIB nos juros nominais. Enquanto os juros nominais caíram 0,21%, comparando-se dez/04-nov/05 com dez/05-nov/06, o superávit primário caiu 3,57%.

Tabela 49 – Necessidade de Financiamento do Setor Público. Fluxo em 12 meses.

Discriminação	R\$ Milhões			% do PIB		
	Dez.03/ Nov.04	Dez.04/ Nov.05	Dez.05/ Nov.06	Dez.03/ Nov.04	Dez.04./ Nov.05	Dez.05/ Nov.06
Nominal	44.897	63.150	66.214	2,6	3,3	3,2
Juros Nominais	125.605	158.039	157.711	7,2	8,2	7,6
Primário	-80.708	-94.889	-91.497	-4,6	-4,9	-4,4
Governo Central (Governo Federal, BC e INSS)	-47.984	-57.022	-52.724	-2,8	-3,0	-2,5
Empresas Estatais	-15.459	-15.546	-18.421	-0,9	-0,8	-0,9
Governos Regionais (Estados e Municípios)	-17.265	-22.320	-20.352	-1,0	-1,2	-1,0

Fonte: Bacen (2007e).

6.3 - Estados e Municípios do Nordeste

6.3.1 - Transferências constitucionais

Os recursos do Fundo de Participação dos Estados – FPE e do Fundo de Participação dos Municípios – FPM são instrumentos de redistribuição da renda nacional e atuam no sentido de diminuir os desequilíbrios regionais. O objetivo é distribuí-los no espaço nacional, privilegiando as regiões mais desprovidas de recursos próprios para o processo de desenvolvimento.

Considerando-se apenas essas transferências, nota-se que as regiões com pior nível de desenvolvimento têm maior participação. Para a

grande maioria dos municípios do País, o FPM constitui a principal fonte de receita, sendo em alguns casos a única fonte para financiar as atividades governamentais. Com relação à distribuição espacial do FPE, Gráfico 42, a região Nordeste absorveu 52,5% dos recursos, cabendo às regiões Sul e Sudeste, em conjunto, apenas 15% dessas transferências. Cabe observar que, comparando com a distribuição espacial existente em 2005, até novembro, tanto do FPE quanto do FPM, não há modificação na participação das regiões.

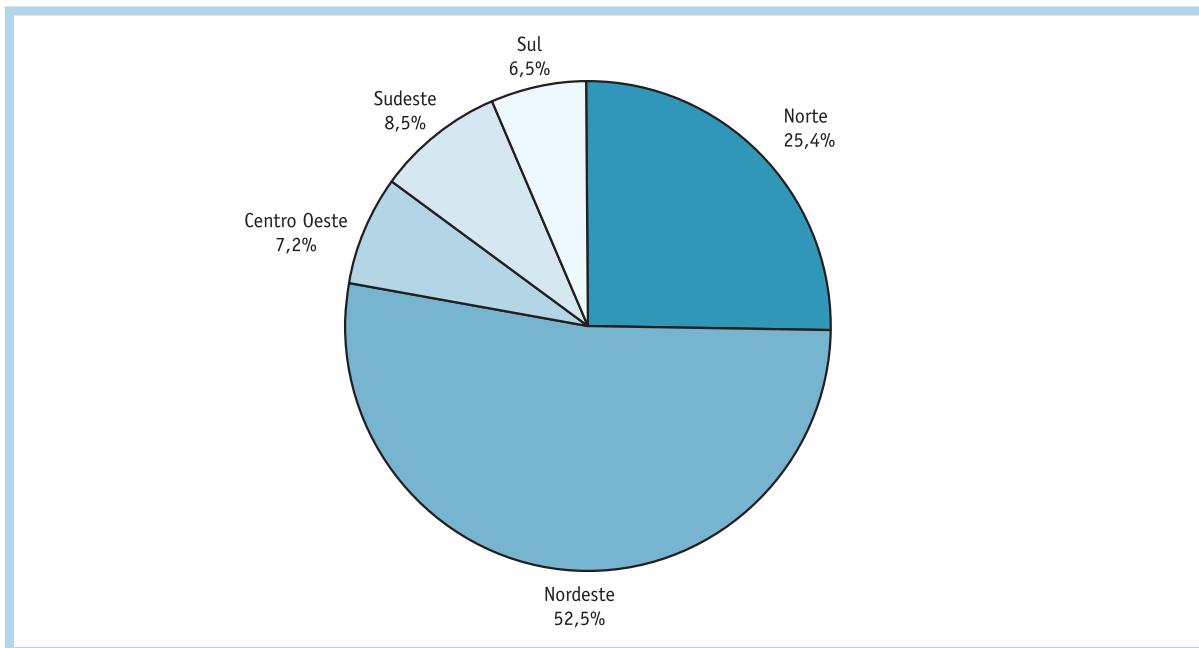


Gráfico 42 – Fundo de Participação dos Estados – Distribuição. Participação (%) Regional (Jan.- Nov./06)

Fonte: Tesouro Nacional (2006).

Na distribuição espacial do FPM, Gráfico 43, a região Nordeste absorveu 35% dos recursos, cabendo às regiões Sul e Sudeste, conjuntamente, quase metade dessas transferências, 48,7%, denotando uma inversão da participação do Sul e Sudeste na distribuição espacial do FPE. A participação do Nordeste no FPM é

semelhante à participação nordestina na população nacional, em torno de 30%. Como a região apresenta baixos índices de desenvolvimento social e de renda, a maior participação do Nordeste na distribuição espacial do FPE, 52%, representa uma compensação tentando diminuir o viés do desequilíbrio estrutural da renda no País.

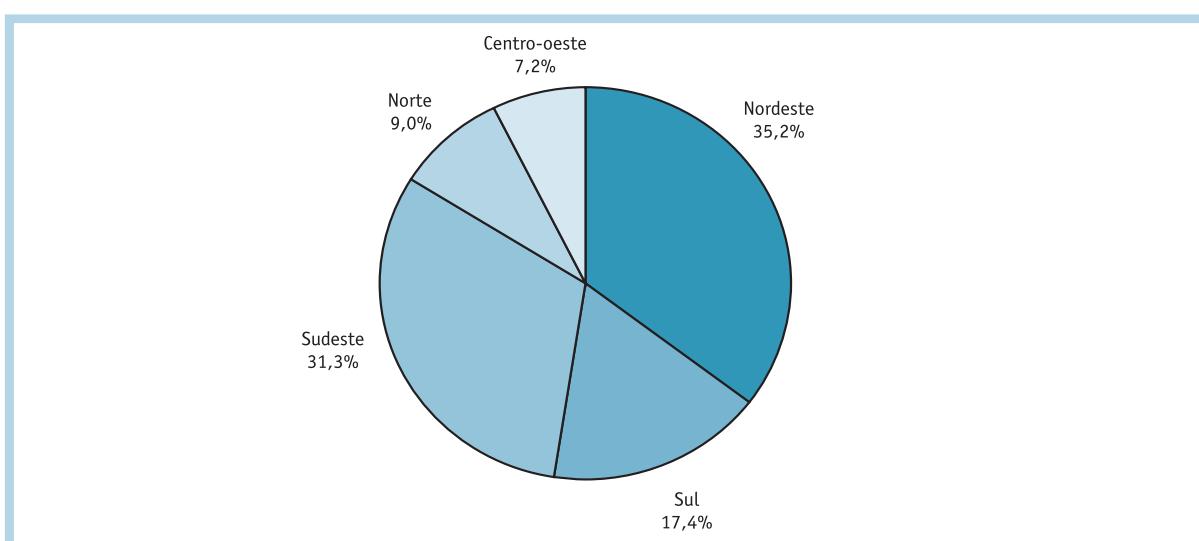


Gráfico 43 – Fundo de Participações dos Municípios – Distribuição. Participação (%) Regional (Jan.- Nov./06).

Fonte: Tesouro Nacional (2006).

Olhando apenas a região Nordeste, as transferências constitucionais através do FPE e do FPM, apresentaram desempenho semelhante no período janeiro-novembro de 2006 e cresceram 13%, comparado com o mesmo período de 2005, muito abaixo, portanto, do crescimento ocorrido em 2005, até novembro, comparado com 2004, crescimento de 22%. Do total das transferências de FPE, R\$ 13,3 bilhões, a Bahia recebeu R\$ 2,4 bilhões, representando 18% do total regional. Os outros Estados com maior participação são Ceará,

com R\$ 1,9 bilhão (14%), Maranhão R\$ 1,8 bilhão (14%) e Pernambuco R\$ 1,7 bilhão (13%). Essas transferências representam 59% do total remetido para o Nordeste. A distribuição espacial do FPM no Nordeste segue as mesmas características do FPE, os principais Estados receptores do FPM são os mesmos do FPE, ou seja, do total da arrecadação do FPM, R\$ 9,3 bilhões, ficando a Bahia com R\$ 2,4 bilhões (26%), o Ceará com R\$ 1,4 bilhão (15%), Pernambuco com R\$ 1,3 bilhão (14%) e Maranhão com R\$ 1,1 bilhão (12%).

Tabela 50 – Nordeste. Fundo de Participação dos Municípios e Fundo de Participação dos Estados

ESTADOS	UF	FPM				FPE			
		Jan.- Nov./2005	Jan.- Nov./2006	Var. (%) 2006/2005	% NE	Jan.- Nov./2005	Jan.- Nov./2006	Var. (%) 2006/2005	% NE
Alagoas	AL	273.673.139	630.337.532	130,3	6,8	928.687.541	1.052.586.750	13,3	7,9
Bahia	BA	1.045.384.709	2.364.162.343	126,2	25,3	2.097.577.912	2.377.422.567	13,3	17,9
Ceará	CE	586.518.436	1.380.050.306	135,3	14,8	1.637.866.306	1.856.379.348	13,3	14,0
Maranhão	MA	465.551.589	1.096.567.503	135,5	11,8	1.611.368.094	1.826.345.924	13,3	13,8
Paraíba	PB	372.232.416	853.755.864	129,4	9,2	1.069.058.860	1.211.685.461	13,3	9,1
Pernambuco	PE	595.256.013	1.290.118.336	116,7	13,8	1.540.378.782	1.745.885.698	13,3	13,2
Piauí	PI	285.635.190	682.417.870	138,9	7,3	964.695.642	1.093.398.808	13,3	8,2
Rio Grande do Norte	RN	285.537.451	656.932.840	130,1	7,0	932.661.157	1.057.090.499	13,3	8,0
Sergipe	SE	166.321.935	374.566.745	125,2	4,0	927.616.004	1.051.372.256	13,3	7,9
Nordeste	NE	4.076.110.879	9.328.909.339	128,9	100,0	11.709.910.297	13.272.167.311	13,3	100,0
Brasil		11.547.009.896	26.488.779.778	-	-	22.323.683.109	25.301.957.890	-	-

Fonte: Tesouro Nacional (2006). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

6.3.2 - Receitas tributárias: arrecadação de ICMS

A A arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) representa a principal receita tributária dos entes federativos. A dinâmica do ICMS é particular no sentido de que sofre com as flutuações de curto prazo da economia nacional; desta forma, apresenta perfis sazonais e está integrada com o ritmo de expansão e retração da atividade econômica.

As disparidades históricas, em termos de composição na arrecadação do ICMS, mantêm-se constantes. As regiões Sul e Sudeste respondem conjuntamente por 71,02% (da-

dos do Bacen 2007h) no acumulado total do arrecadado no Brasil até novembro de 2006. Somente o Estado de São Paulo responde por 33,1% no acumulado de janeiro a dezembro de 2005 no Brasil. Este mesmo Estado concentra na média 33,6% da receita total de ICMS no Brasil no acumulado de janeiro a novembro de 2006. Já a Região Nordeste conta com 15,22% do total da arrecadação de ICMS no Brasil no acumulado de Janeiro a novembro de 2006, apresentando um acréscimo de 14,63% com relação ao mesmo período do ano anterior.

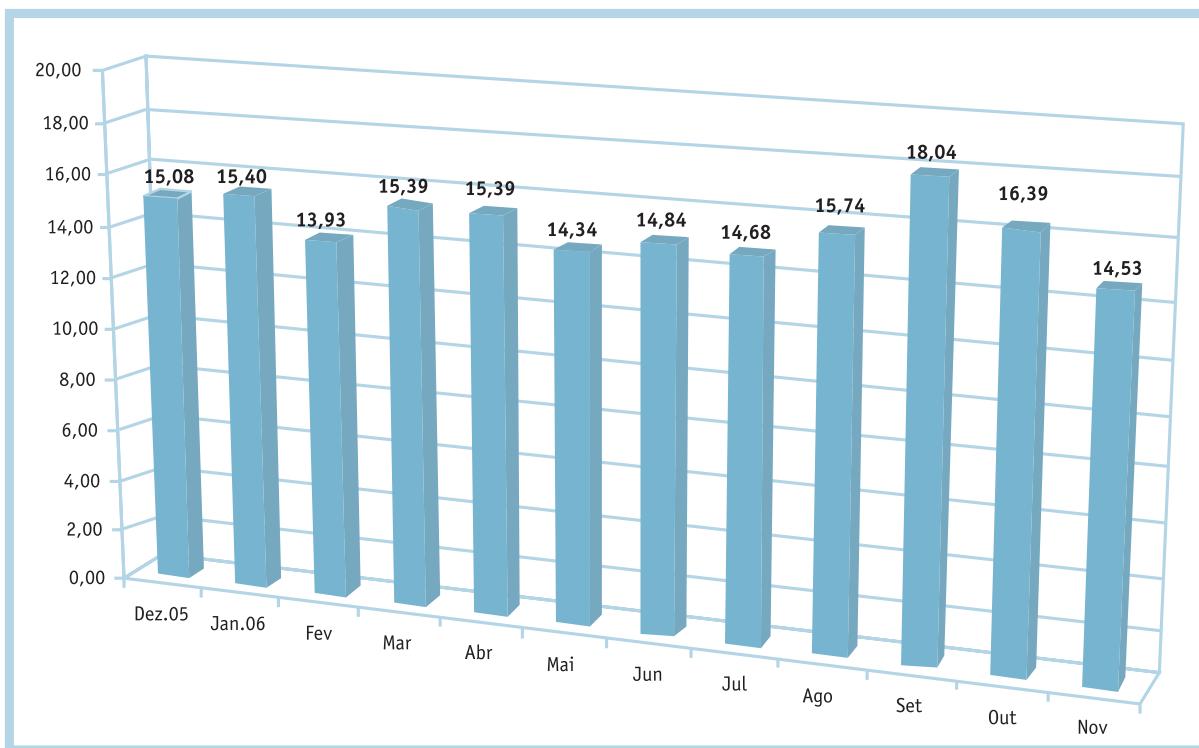


Gráfico 44 – Participação do Nordeste na Arrecadação de ICMS no Brasil

Fonte: Bacen (2007i).

Nota: (*) Dados preliminares

A evolução da arrecadação do tributo na região Nordeste apresenta uma oscilação levemente irregular, tendo como padrão as sazonalidades dos meses de dezembro e janeiro. A média de arrecadação de ICMS do Nordeste registrou um expressivo acréscimo em setembro de 2006, e passou a ter uma inflexão negativa nos dois primeiros meses do último trimestre. Em setembro de 2006, a participação do Nordeste na arrecadação de ICMS foi de 18,04%, caindo para 14,53 em novembro.

A expansão experimentada no último trimestre julho-agosto-setembro de 2006 não traduz padrão concreto e definido de continuidade, apesar dos efeitos sazonais de fim de ano. No geral, as médias de arrecadação da região ficam oscilando exclusivamente à mercê das pequenas flutuações econômicas.

A arrecadação do ICMS no Nordeste apresentou uma variação de 14,63%, no período de janeiro-novembro de 2006, relativamente ao

mesmo período do ano anterior. No mesmo período, a média nacional cresceu 10,92%, fato que continua a revelar um maior dinamismo da atividade econômica regional quando comparada ao restante do País, resultados esses que não são pontuais desse período e já foram motivo de comentários em conjunturas anteriores.

Em termos espaciais, a atividade econômica brasileira é altamente concentrada. Isto pode ser visto no grau de concentração da arrecadação do ICMS, que reflete, de certo modo, os desempenhos da demanda agregada e da produção. 81,6% da arrecadação do ICMS estão concentrados em dez Estados da Federação. O Nordeste tem representação nesse grupo apenas com Pernambuco (2,8% da arrecadação do País) e Bahia (5,1% da arrecadação). As arrecadações desses dois Estados, no período janeiro-novembro de 2006, foi de R\$ 4.396 bilhões e R\$ 7.887 bilhões, respectivamente. Os Estados nordestinos que apresentaram as maiores variações na arrecadação, no período, Maranhão e

Ceará, representam apenas 3,3% da arrecadação total do imposto, enquanto São Paulo tem uma participação de 33,6%.

Ainda no contexto da concentração espacial da arrecadação do ICMS, é interessante registrar que, comparando-se a participação de cada região no total da arrecadação, média de 1999-2002 com média de 2003-2006 (a participação em 2006 foi calculada com dados até novembro), a única região que teve sua participação reduzida, apesar de ser ainda muito alta, foi a região Sudeste, uma queda de 3,59 pontos percentuais, indicando uma pequena mudança da atividade econômica para outras regiões da federação. A região Centro-Oeste foi a que teve o maior incremento no nível de participação, 1,22 pontos percentuais.

Olhando apenas para dentro da região Nordeste, e avaliando o que mudou em termos de participação relativa dos Estados, comparando-se os períodos 1999-2002 e 2003-2006, a distribuição espacial sofreu algumas alterações. O Ceará perdeu 1,63 pontos percentuais em sua participação na arrecadação do ICMS no Nordeste. Os outros Estados que perderam participação foram a Paraíba (0,67 pontos percentuais) e Pernambuco (0,31 pontos percentuais). Os maiores crescimentos foram Bahia (1,28 pontos percentuais) e Maranhão (0,58 pontos percentuais). A explicação do maior incremento baiano é a diversificação de empresas que passaram a se concentrar no pólo petroquímico de Camaçari, começando com a entrada da Ford e da Monsanto, uma das maio-

Tabela 51 – Nordeste. Arrecadação do ICMS (valores em R\$ mil)

Discriminação	Jan.- Nov.		Jan.- Nov.		Var. (%) 2005/2006
	2005	%	2006	%	
Maranhão	1.336.744	0,95	1.666.086	1,07	24,64
Piauí	810.730	0,58	970.907	0,62	19,76
Ceará	2.828.921	2,01	3.427.049	2,20	21,14
Rio Grande do Norte	1.461.566	1,04	1.738.952	1,12	18,98
Paraíba	1.213.585	0,86	1.389.956	0,89	14,53
Pernambuco	3.908.199	2,78	4.396.058	2,82	12,48
Alagoas	982.194	0,70	1.155.574	0,74	17,65
Sergipe	914.743	0,65	1.040.168	0,67	13,71
Bahia	7.104.143	5,06	7.783.616	4,99	9,56
Nordeste	20.560.826	14,63	23.568.366	15,12	14,63
Brasil	140.500.616	100,00	155.847.988	100,00	10,92

Fonte: Bacen (2007i). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

Tabela 52 – Variação na Participação das Regiões

Regiões	Participação Média no Período (%)		Variação em Pontos Percentuais
	1999-2002	2003-2006	
Norte	4,54	5,33	0,79
Nordeste	13,92	14,50	0,58
Sudeste	58,36	54,77	-3,59
Sul	15,75	16,75	1,00
Centro-Oeste	7,43	8,65	1,22

Fonte: Bacen (2007h). Elaboração: BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

res produtoras de defensivos agrícolas do mundo. Com relação ao Maranhão, constata-se que este Estado apresentou o maior crescimento, dentre os nordestinos, do volume de vendas do comércio varejista ampliado nos meses de janeiro a novembro de 2006, comparativamente ao mesmo período de 2005: 26,39% (IBGE, 2007d). Além disto, ainda favorecendo o desempenho maranhense, constata-se a expansão de cerca de 27% na produção de alumínio primário, acompanhando o aumento de preços do produto registrado ao longo de 2006 (ABAL, 2007).

Cabe ainda observar uma possível relação a ser feita entre a tendência de crescimento observada na arrecadação do ICMS, em que o Nor-

deste cresce acima da média brasileira desde 2005 (no período de janeiro-novembro de 2005 a arrecadação no Nordeste cresceu 14,30%, enquanto que a média nacional crescia 13,06%), e a deterioração da contribuição dos governos estaduais e municipais ao resultado primário consolidado. O superávit primário dos governos regionais (Estados e Municípios), comparando-se o período dezembro/2004 - novembro/2005, com dezembro/ 2005 - novembro/2006, caiu de R\$ 22,3 bilhões (1,2% do PIB) para R\$ 20,4 bilhões (1,0% do PIB). Vale lembrar que 2006 foi um ano eleitoral, esperando-se que as reservas de caixa acumuladas tenham sido gastas. ●

Tabela 53 – Nordeste. Variação na Participação dos Estados na Arrecadação do ICMS

Nordeste - Valor Médio	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA
1999-2002	5,70	3,66	16,35	6,83	6,53	18,90	4,52	4,40	33,11
2003-2006	6,27	3,86	14,72	7,08	5,86	18,59	4,81	4,41	34,39
Variação em Pontos Percentuais	0,58	0,20	-1,63	0,25	-0,67	-0,31	0,29	0,01	1,28

Fonte: Bacen (2007h). Elaboração: BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

REFERÊNCIAS

- ABAL. Disponível em: <<http://www.abal.org.br>>. Acesso em: 28 fev. 2007.
- ABECIP. Disponível em: <<http://www.abecip.gov.br>>. Acesso em: 07 dez. 2006.
- _____. **Indicadores de crédito imobiliário.** Disponível em: <<http://www.abecip.org.br>>. Acesso em: 15 dez. 2007.
- ABICALÇADOS. **Indústrias calçadistas baianas comemoram resultados.** Disponível em:<<http://www.abicalcados.com.br>>. Acesso em: 8 jan. 2007.
- ABRAMAT. **A construção do desenvolvimento sustentável.** Disponível em: <<http://www.abramat.org.br>>. Acesso em: 18 dez. 2006a.
- _____. **Setembro apresentou crescimento significativo em relação ao mesmo mês do ano passado.** Disponível em: <<http://www.abramat.org.br>>. Acesso em: 20 dez. 2006b.
- AGROSAT. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov/agrostat>>. Acesso em: 19 dez. 2006.
- ANFAVEA. **Carta da Anfavea.** n. 247, dez. 2006. Disponível em: <<http://www.afavea.com.br>>. Acesso em: 13 nov. 2006a.
- _____. **Carta da Anfavea.** nov. 2006. Disponível em: <<http://www.anfavea.com.br>>. Acesso em: 26 dez. 2006b.
- AQUISIÇÃO de empresas no Nordeste cresceu 138%. Jornal O Povo, Fortaleza. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br>>. Acesso em: 8 jan. 2007.
- BACEN. **Dados consolidados do ano de 2006 referentes a recursos emprestados a taxas pré-fixadas e pós-fixadas.** Disponível em:<<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 26 fev. 2007a.
- _____. **Dados consolidados.** fev. 2007. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 26 fev. 2007b.
- _____. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/ftp/depec/NITJ200702.xls>>. 15 fev. 2007c.
- _____. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?TAXACREDMES ou>>. 15 fev. 2007d.
- _____. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. 15 fev. 2007e.
- _____. **Indicadores econômicos.** Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. 3 jan. 2007f.
- _____. **Política monetária e operações de crédito do sistema financeiro.** 23 nov. 2006. Nota à imprensa.
- _____. **Relatório de mercado.** Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 17 jan. 2007g.
- _____. **Boletim do Banco Central do Brasil**, Brasília, v. 43, n. 21, jan. 2007h.

- _____. Boletim do Banco do Brasil (dez.06). Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 02 jan. 2007i.
- BNB CONJUNTURA ECONÔMICA. Fortaleza, n. 9, p. 76, abr./jun. 2006. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br>>. Acesso em: 30 jul. 2006.
- BNB. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br>>. Acesso em: 30 nov. 2006a.
- _____. **Sistema de gerenciamento de mercados agropecuários:** SIGMAN. Banco de dados de uso restrito, consultado em 18 dez. 2006b.
- BNDES. Câmbio afeta exportações de forma diferenciada. **Visão de Desenvolvimento**, n. 9, 18 set. 2006. Disponível em: <<http://www.bnDES.gov.br>>. Acesso em: 27 dez. 2006.
- _____. Os rumos dos investimentos em infra-estrutura. **Visão de Desenvolvimento**, n. 20. Disponível em: <<http://www.bnDES.gov.br>>. Acesso em: 15 jan. 2007a.
- _____. Por que os investimentos na indústria vão crescer. **Visão de Desenvolvimento**, n. 19, 10 nov. 2006. Disponível em: <<http://www.bnDES.gov.br>>. Acesso em: 02 jan. 2007b.
- BRASIL. Ministério da Fazenda. **Resultado do Tesouro Nacional**. Disponível em: <<http://www.tesouro.gov.br>>. Acesso em: 28 dez. 2006.
- BRASIL. Ministério das Cidades. **FGTS destina R\$ 11,2 bilhões para habitação e saneamento em 2007**. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br>>. Acesso em: 15 dez. 2006a.
- _____. **SNH: Programa de Arrendamento Residencial (PAR)**. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br>>. Acesso em: 18 dez. 2006b.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. **Balança supera metas e atinge resultados históricos em 2006**. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br>>. Acesso em: 16 jan. 2007a.
- _____. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 16 jan. 2007b.
- _____. Disponível em: <<http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 11 dez. 2006.
- CAGED. Disponível em: <<http://www.caged.gov.br>>. Acesso em: 27 dez. 2006.
- CASTRO, S. de. Estado figura como segundo na produção de calçados. **Diário do Nordeste**. Disponível em: <<http://www.diariodonordeste.com.br>>. Acesso em: 11 jan. 2007.
- CEPEA. **Indicador de soja**. Disponível em: <<http://cepea.esalq.usp.br/indicador/soja/>>. Acesso em: 14 dez. 2006a.
- _____. **Indicador do milho**. Disponível em: <<http://cepea.esalq.usp.br/indicador/milho/>>. Acesso em: 14 de dez. 2006b.
- _____. **Indicadores do algodão**. Disponível em: <<http://cepea.esalq.usp.br/indicador/algodao/>>. Acesso em: 18 dez. 2006c.
- _____. **Indicadores do café**. Disponível em: <<http://www.cepea.esalq.usp.br/indicador/cafe/>>. Acesso em: 18 dez. 2006d.
- CMA. **Trading analysis information**. São Paulo, 2006.
- CNA. **Indicadores Rurais**, n. 72, nov./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.cna.org.br>>. Acesso em: 12 dez. 2006.
- CONAB. **Primeiro levantamento de café 2007/2008**: dezembro/2006. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conabweb/download/safra/3BoletimCafe.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2006a.

- _____. **Prospecção para a safra 2006/2007**: algodão. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conabweb/download/cas/especiais/prospeccao_para_a_safra_2006_07_Algodao.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2006b.
- _____. **Terceiro levantamento de avaliação da safra 2006/2007**: dezembro/2006. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conabweb/download/safra/3levsaf.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2006c.
- DIEESE. **Campanha de valorização do salário mínimo**: resultados da negociação para 2007. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br>>. Acesso em: 23 dez. 2006a.
- _____. Quem são os ocupados que ganham salário mínimo. **Nota Técnica**, n. 39, nov. 2006. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br>>. Acesso em: 23 dez. 2006b.
- DOMINGUES, K. Brasil bate Austrália na exportação de carne. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 dez. 2006.
- FECOMÉRCIO-PE. **Pesquisa conjuntural do comércio varejista da Região Metropolitana de Recife**. nov. 2006. Disponível em: <http://www.fecomercio-pe.com.br/pesquisa_conjuntural/dezembro2006/downloads/Relatório%20de%20novembro2006.pdf>. Acesso em 30 nov. 2006.
- FGV. **Sondagem conjuntural da indústria de transformação**: quesitos especiais. ano 40, n. 21, 22 nov. 2006. Disponível em: <<http://www.ibre.fgv.br>>. Acesso em: 9 jan. 2007.
- FIEC. **Exportações cearenses por setores**. Disponível em: <<http://www.sfiec.org.br>>. Acesso em: 08 jan. 2007.
- _____. **Sondagem industrial**: Nordeste (jul.-set./2006). Disponível em: <<http://www.sfiec.org.br>>. Acesso em: 20 dez. 2006.
- FMI. **Global financial stability report**. Disponível em: <<http://www.imf.org>>. Acesso em: 28 nov. 2006.
- FORD registra maior prejuízo de sua história. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Economia/0,,AA1434845-5599-3461,00.html>>. Acesso em: 08 fev. 2007.
- FORD vai produzir produtos específicos para o Brasil. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Economia/0,,AA1411799-5599,00.html>>. Acesso em: 08 fev. 2007.
- FUNCEX. **Boletim Funcex de Comércio Exterior**. Brasília, ano X, n. 11, nov. 2006. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: 02 dez. 2006a.
- _____. **Boletim Setorial**. Brasília, ano X, n. 1, jan./jun. 2006. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br/material/boletins/bolsetor/BST2006.zip>>. Acesso em: 14 fev. 2006b.
- _____. **Boletim Setorial**. Brasília, ano X, n. 2, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br/material/boletins/bolsetor/BST2006.zip>>. Acesso em: 27 dez. 2006c.
- GLOBAL 21. **Agressividade maior no exterior equilibrou as exportações em 2006**. Disponível em: <<http://www.global21.com.br>>. Acesso em: 30 dez. 2006.
- _____. **Euro forte faz empresas brasileiras tentarem ganhar mercado europeu**. Disponível em: <<http://www.global21.com.br>>. Acesso em: 03 jan. 2007a.
- _____. **Remessa de lucros triplica no governo Lula**. Disponível em: <<http://www.global21.com.br>>. Acesso em: 08 jan. 2007b.
- IBGE. **Contas nacionais de 2004**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 9 jan. 2007a.

- _____. **Contas nacionais trimestrais**: indicadores de volume (jul./set. 2006). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 30 nov. 2006a.
- _____. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 9 jan. 2006b.
- _____. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 dez. 2006c.
- _____. **Índices conjunturais da indústria**: Brasil (out./ 06). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 dez. 2006d.
- _____. **Levantamento sistemático da produção agrícola**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda>>. Acesso em: 21 dez. 2006e.
- _____. **Levantamento sistemático da produção agrícola**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda>>. Acesso em: 21 dez. 2006f.
- _____. **Pesquisa industrial anual 2004**. Disponível em:<<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 9 jan. 2007b.
- _____. **Pesquisa industrial mensal de emprego e salário**: (out./06). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 30 dez. 2006g.
- _____. **Pesquisa industrial mensal**: produção física (out./06). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 13 nov. 2006h.
- _____. **Pesquisa industrial mensal**: produção física. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 05 jan. 2007c.
- _____. **Pesquisa mensal de comércio (nov./06)**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 14 fev. 2007d.
- _____. **Pesquisa mensal de comércio (out./06)**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 27 dez. 2006i.
- _____. **Pesquisa mensal de emprego (dez./06)**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 13 fev. 2007e.
- _____. **Pesquisa mensal de emprego (nov./06)**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 dez. 2006j.
- _____. **Pesquisa mensal de emprego (out./06)**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 dez. 2006l.
- _____. **Pesquisa trimestral de abate de animais**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda>>. Acesso em: 21 dez. 2006m.
- _____. **Produção da pecuária municipal 2005**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=759&id_pagina=1>. Acesso em: 14 dez. 2006n.
- _____. **SIDRA**: Base de dados agregados: janeiro 2007. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 28 fev. 2006o.
- _____. Taxa de desocupação foi de 9,5% em novembro. **Comunicação Social**. 21 dez. 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 21 dez. 2006p.
- IEA. Disponível em: <<http://www.iea.org.br>>. Acesso em: 08 dez. 2006.
- IEDI. O IDE para a indústria em 2006. **Análise IEDI**, 19 dez. 2006. Disponível em: <<http://www.iedi.org.br>>. Acesso em: 11 jan. 2007.

_____. O *spread* bancário resiste à queda. **Carta IEDI**, n. 232. Disponível em: <<http://www.iedi.org.br>>. Acesso em: 30 nov. 2006.

IFEPD. Taxas de endividamento do consumidor de Arapiraca: novembro 2006. Disponível em: <http://www.fecomercio-al.com.br/02_Relatorio_Endividamento_Arapiraca_2007.zip>. Acesso em: 14 fev. 2006a.

_____. **Taxas de endividamento do consumidor de Maceió:** novembro 2006. Disponível em: <http://www.fecomercio-al.com.br/02_Relatorio_Endividamento_maceio_2007.zip>. Acesso em: 14 fev. 2006b.

IPDC. Taxas de endividamento do consumidor de Fortaleza. Disponível em: <http://www.fecomercio-ce.org.br/content/aplicacao/ipdc-ce2/2005-conteudo/conjuntural/2006_11_resumo_conjuntural_ceara.zip>. Acesso em: 20 dez. 2006.

IPEA. Boletim de Conjuntura. n. 75, dez. 2006. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 02 jan. 2007.

LEI complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp123.htm>. Acesso em: 8 jan. 2007.

PNUD. Brasil reduz desigualdades e sobe no ranking. Disponível em: <<http://www.pnud.org>>. Acesso em: 26 dez. 2006.

ROCHA, A. do A. Exportação de carne deve crescer até 15% em 2007. **Valor Econômico**. 12 dez. 2006. Disponível em: <<http://si.knowntec.com:8080/scriptps-si/MostraNoticia?&idnoticia=2591&idcontato=1004&origem=fiqueate...>>. Acesso em: 12 dez. 2006.

SINDUSCON-SP. Construção deve crescer 5% em 2006 e 4,9% em 2007. Disponível em: <<http://www.sindusconsp.com.br>>. Acesso em: 15 dez. 2007.

TESOURO NACIONAL. Resultado do Tesouro Nacional. Disponível em <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 20 dez. 2006.

TORRES FILHO, E. T.; PUGA, F. P. Por que os investimentos na indústria vão crescer. **Visão do Desenvolvimento**, BNDES, n. 19, 10 nov. 2006. Disponível em: <<http://www.bnDES.gov.br>>. Acesso em: 30 nov. 2006.

Reproduzimos a seguir a Tabela do Anexo A, da edição nº 10 de BNB Conjuntura Econômica, em virtude de ter sido publicada com erro de edição na página 99.

Anexo A

Discriminação do Resultado	Janeiro - Agosto		Variação %
	2005	2006	
I. RECEITA TOTAL	314.584,3	351.424,5	11,7
I.1. Receitas do Tesouro	247.163,6	275.486,2	11,5
I.2. Receitas da Previdência Social	66.456,2	74.980,3	12,8
I.3. Receitas do Banco Central	964,5	958,0	-0,7
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	54.721,0	60.934,5	11,4
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	259.863,2	290.490,0	11,8
IV. DESPESA TOTAL	212.955,5	242.522,8	13,9
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	59.233,0	65.939,6	11,3
IV.2. Benefícios Previdenciários	88.240,6	100.493,8	13,9
IV.3. Custeio e Capital	63.911,0	74.604,8	16,7
IV.4. Transferências do Tesouro Nacional ao Banco Central	392,9	407,9	3,8
IV.5. Despesas do Banco Central	1.178,0	1.076,7	-8,6
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	46.907,7	47.967,3	2,3

Fonte: Elaborada pela Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica, com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (2006).

(*) Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº110/2001.



*SUPERINTENDÊNCIA DE LOGÍSTICA
Ambiente de Recursos Logísticos
Célula de Produção Gráfica
OS 2007-04/1.928 - Tiragem: 1.250*